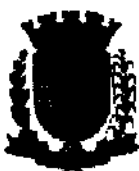




PREGÃO PRESENCIAL
Nº 033/2019
Processo nº 578/2019

**Registro de preços para eventual
aquisição de quadros lousas para as salas
de aula da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

002

Órgão requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
Nº requerimento:	31/2019
Data:	22/03/2018.

Descrição do objeto a ser comprado/contratado (Especificações técnicas - quantidades, tamanhos, cores, metragem, peso, capacidade, modelo, demais características):

Registro de Preços para futura aquisição de 28 quadros lousas para salas de aula, conforme descritivo anexo.

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

Essa licitação se faz necessária para substituição de forma parcelada dos quadros tipo lousas nas escolas do município, pois os que temos hoje presentes nas salas de aulas encontram-se bastante deteriorados.

Esse é um item essencial em sala de aula por ser um dos mais úteis, práticos e simples recursos visuais para o ensino-aprendizagem. Os quadros são usados geralmente para ensinar o uso da escrita, dúvidas, cálculos, atividades e anotações diversas, pertinentes ao assunto estudado momento. As marcas do giz podem ser limpas rapidamente com um apagador ou com um pano úmido.

É de grande importância manter as escolas com uma boa infraestrutura, desta forma bons quadros em salas de aula favorecem o processo de ensino-aprendizagem, bem como ainda será de grande valia para o professor, melhorando suas condições de trabalho.

A substituição desses quadros se dará de forma gradual, dentro das possibilidades do município.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? () Sim (X) Não
Em caso afirmativo descrever qual:

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? () Sim (X) Não
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

Dotação Orçamentária: 08.001.12.361.0009.2017.4490520000

Recursos (X) Próprios () Federais () Estaduais

Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	Horários:	Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Escolas Municipais.		30 dias após emissão de empenho.

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

Norilda Grossl Sacht.

Daiane dos Santos.

Diretoras de cada escola.

OBSERVAÇÕES: Anexo 03 orçamentos.


Noili Fortescki Gassner
Portaria nº. 039/2019
Decreto nº. 047/2019

Protocolo Depto. Licitações e Compras.

Depto. de Licitações e Compras
Protocolo nº 548/2018
Data 29/01/2019
Responsável: [Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

003

QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm.

Frete e Instalação inclusos.
Garantia mínima de 12 meses.

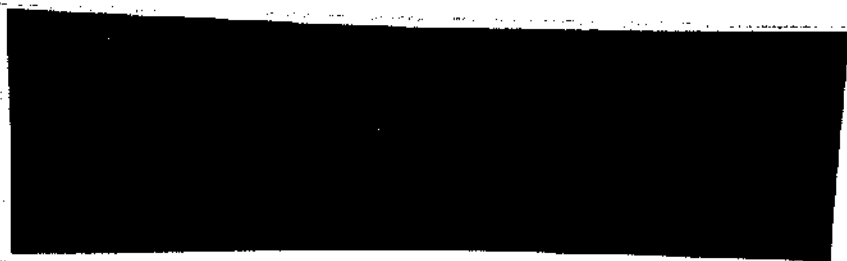


Foto Ilustrativa: 01

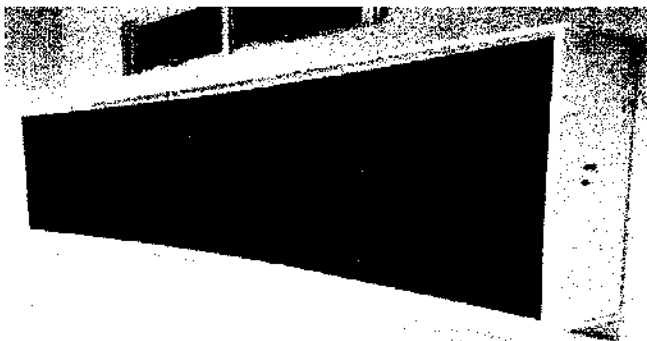


Foto Ilustrativa: 02

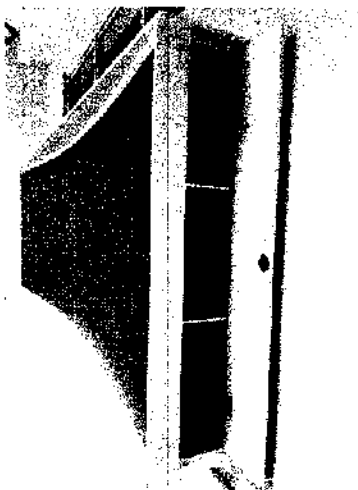


Foto Ilustrativa: 03



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

004

QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm.

Frete e Instalação inclusos.

Garantia mínima de 12 meses.

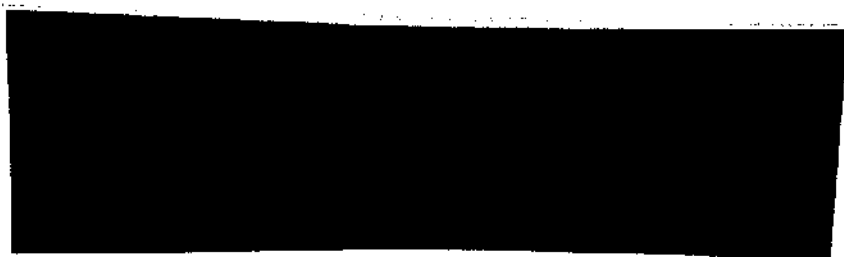


Foto Ilustrativa: 01

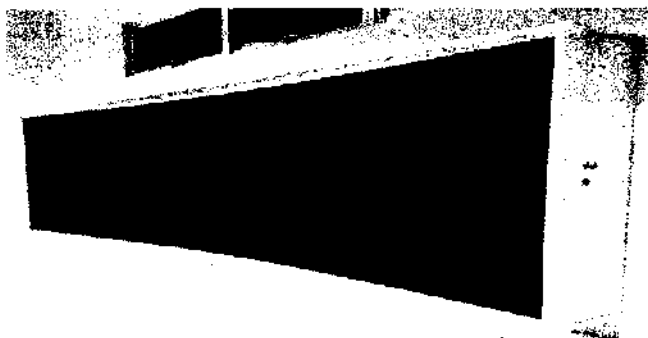


Foto Ilustrativa: 02

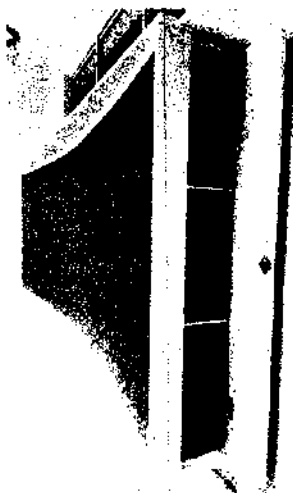
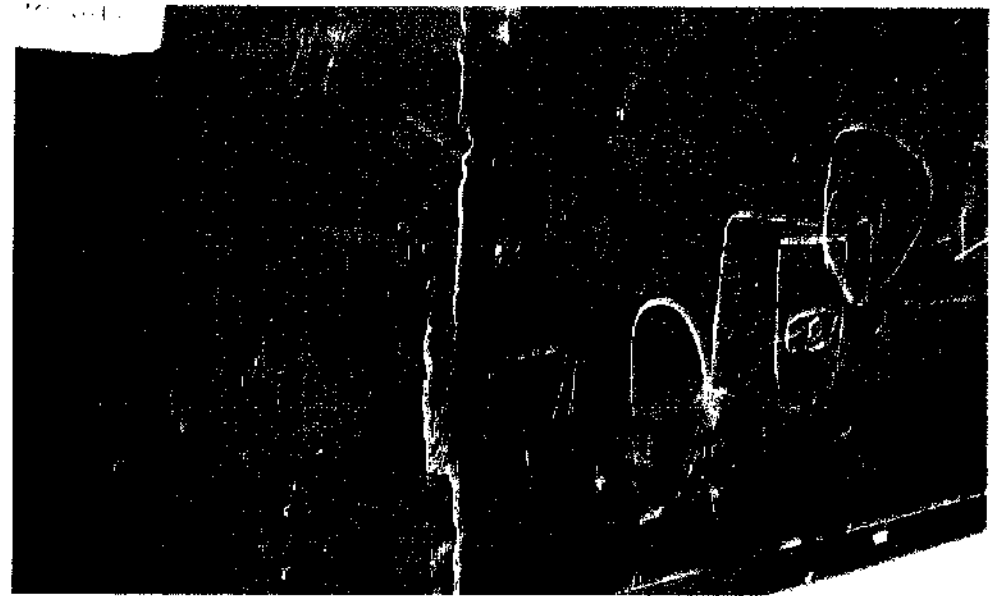
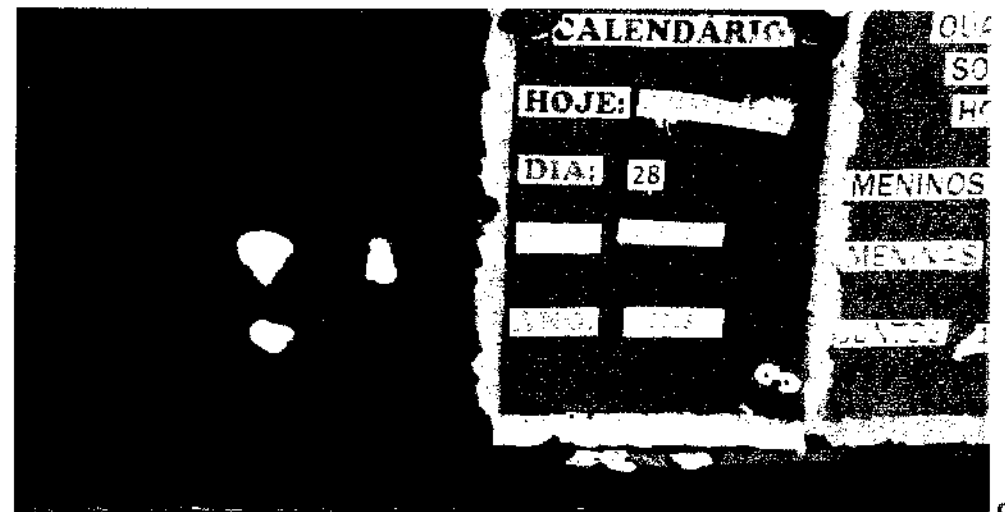
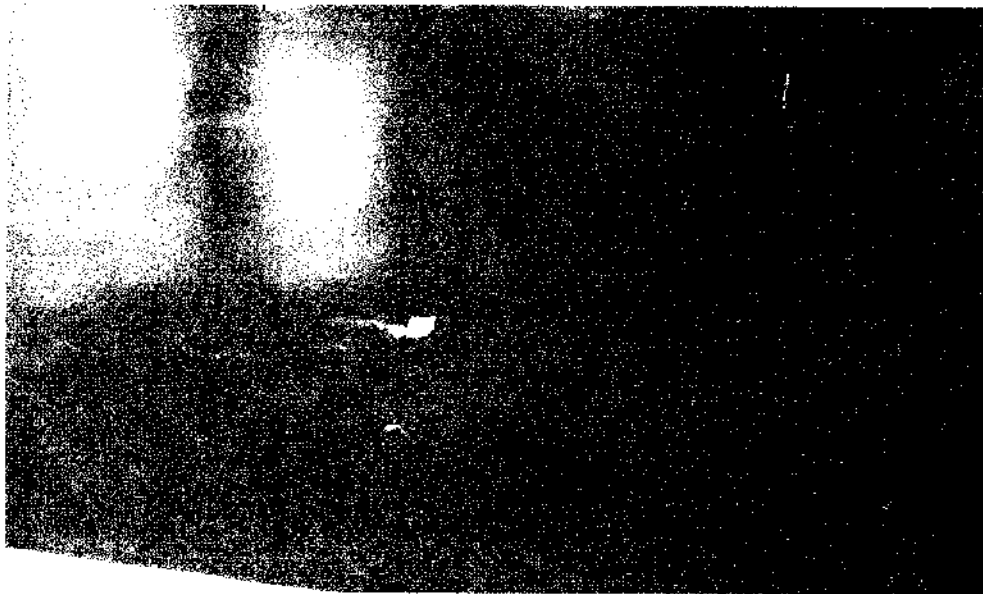
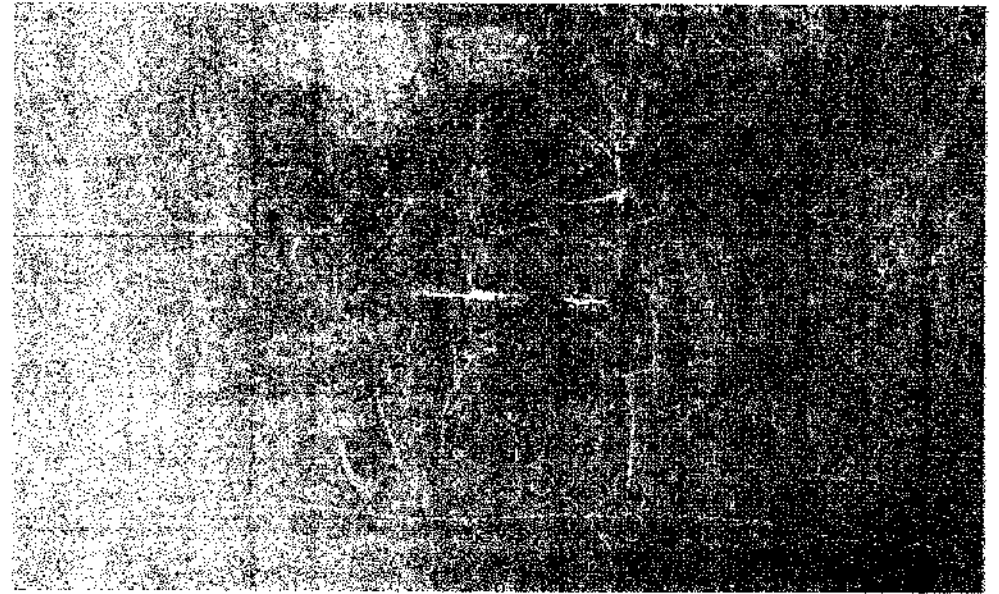
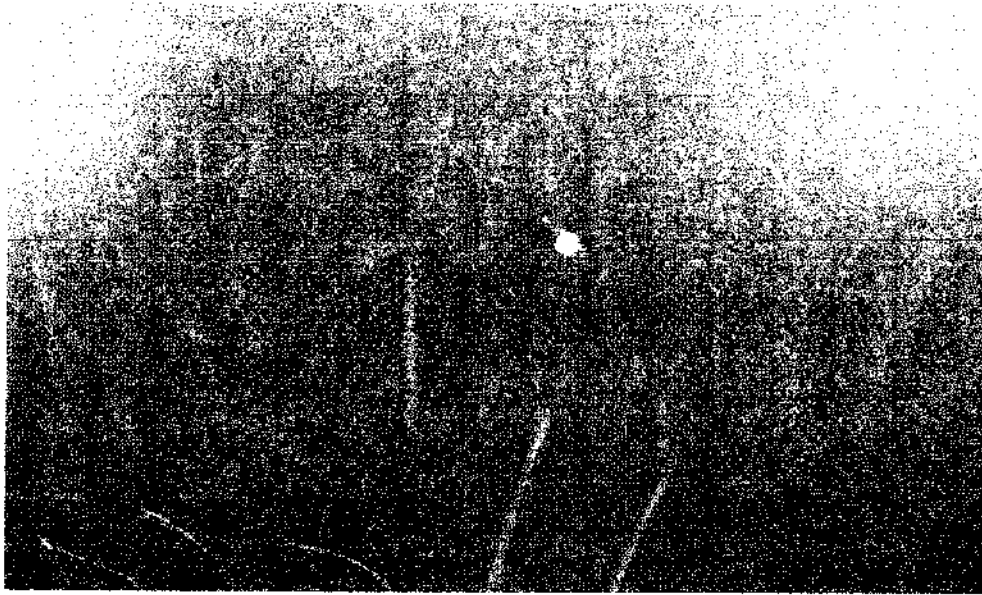


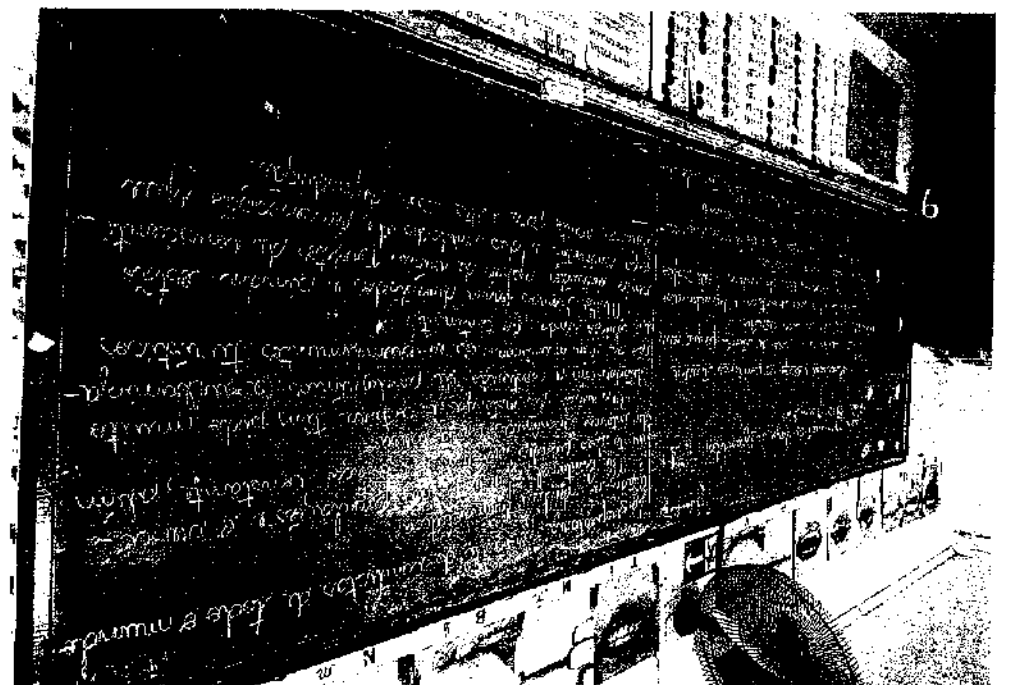
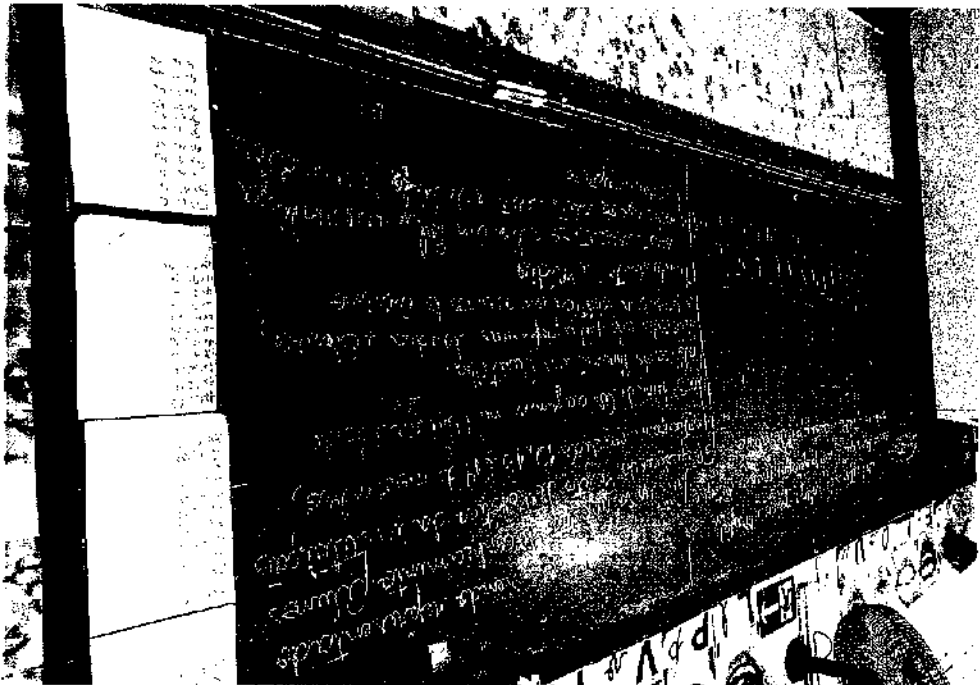
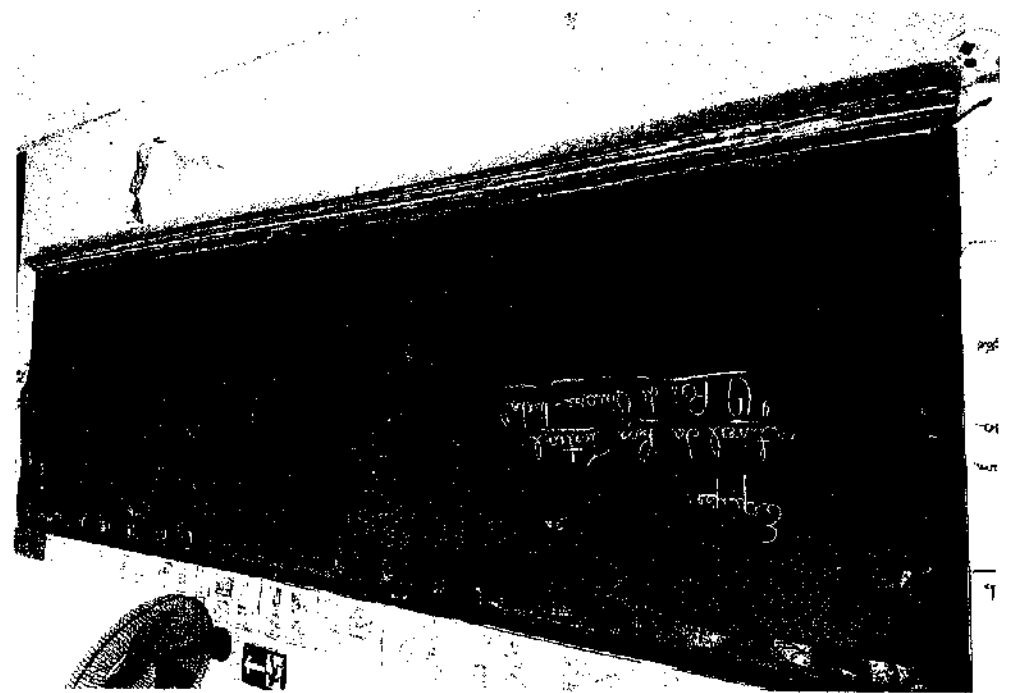
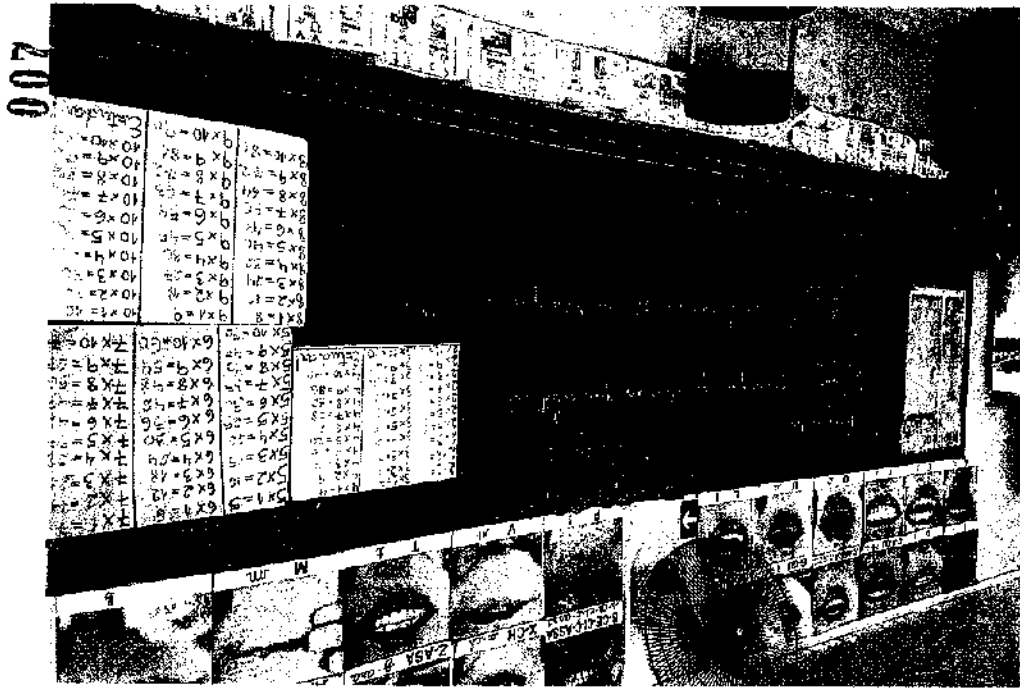
Foto Ilustrativa: 03

Óxido Prefeito Baúcio.



Escola Okhina Pachico





Orde de Quadras



800
Circulo Mariano Jala 3-A/NO



RAZÃO SOCIAL: ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Email: lousart.lousart@gmail.com
Curitiba- Av Manoel Ribas 7423- CEP: 82400-000
Telefone: (41) 3677-6442
CNPJ: 08.331.877/0001-77

009

Curitiba, 18 de Março de 2019.

Cliente:	Prefeitura Municipal de Pien	tel	41 3632-13-96
cidade:	Pien	Cnpj	
at:	Daiane	E-mail:	

ORÇAMENTO nº: 6340/2019

Qtde	Especificação	Unitário R\$	Total R\$
28	Quadro lousa verde quadriculada côncavo 1,20x4,00m com armário na lateral	2.269,00	63.532,00

Pagamento:	30 dias
Prazo de entrega:	30 dias
Validade da proposta:	60 dias
Entrega e instalação	Incluso
Imposto:	Optante pelo simples

Atenciosamente,

Andressa Almeida

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTD
Av. Manoel Ribas, 7423 CJ 01 – Santa Felicidade - Curitiba/PR – CEP: 82400-000
Fone: (41) 3677-6442 – CNPJ: 08.331.877/0001-77
e-mail: lousart.lousart@gmail.com
Grupo: Lousart



Assunto: **Re: Solicitação de orçamento.**
De: Ludmyla da Silva <comercial1@lousatec.com.br>
Para: <daiane@pien.pr.gov.br>
Data: 18/03/2019 15:54

- 2390 - Orcamento Lousatec - Secretaria de Educacao de Pien3.pdf (~71 KB)

Boa tarde Daiane,

Segue orçamento atualizado conforme solicitado

O prazo de entrega para 4 unidades (pedido mínimo) é de 10 dias

Podemos fazer com estrutura em MDF preto, que aumentará R\$130,00 no valor unitário de cada item

Qualquer dúvida estou a disposição

Atenciosamente,

Ludmyla da Silva Pereira
41 3039-8855

Em ter, 12 de mar de 2019 às 20:34, <daiane@pien.pr.gov.br> escreveu:

Muito obrigada,encaminharemos o edital assim que disponível.

Em 12/03/2019 17:48, Ludmyla da Silva escreveu:

Boa tarde Daiane,

Segue orçamento atualizado conforme conversado por telefone

Qualquer dúvida estou a disposição

Atenciosamente,

Ludmyla da Silva Pereira
41 3039-8855

Em sex, 8 de mar de 2019 às 16:27, <daiane@pien.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde, gostaria de solicitar orçamento para aquisição de forma parcelada de quadros de saia de aula, no valor do quadro devem estar incluso as despesas com frete e instalação.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Obrigada,

Daiane.

Descrição

A.C: Daiane

Cliente

Secretaria de Educação de Piên

Endereço

R Amazonas, 373

Centro

Piên - Paraná

83860-000

Telefones

41 3632-1396

Número: 2390

Data: 18/03/2019

Situação: Em Aberto

Moeda: R\$

Produtos

Prod. Barros	Identificação	Descrição	Unidade	Valor	Quantidade	Total
3004	QVQCMA120X400	QUADRO VERDE CÔNCAVO - Lousa Melamínica Quadriculada - Estrut MDF Branco - 1 Arm Lat - Med -120x400	UN	1.817,00	28	50.876,00
Total de Itens: 1				Total Produtos		50.876,00
				Desconto (-)		(0,00)
				Total Líquido		50.876,00

Outras Informações

Cond. de Pag.: A Vista

Vendedor: Ludmyla da Silva Pereira

Observações: ENTREGUE E INSTALADO EM PIÊN - PR

PRAZO DE ENTREGA: 30 DIAS

FORMA DE PAGAMENTO: BOLETO

VALIDADE DO ORÇAMENTO: 60 DIAS

** PEDIDO MÍNIMO 4 UNIDADES**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ**

012

**QUADRO PARA SALA DE AULA
COM FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS.**

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo, estrutura MDF Branco, 01 armário na lateral. Tamanho: 1,20 altura x 4,00 comprimento.	28	R\$1.875,00	R\$52.500,00

Ponta Grossa, 22 de março de 2019.


Rennan Bonafé de Oliveira
CPF: 095.508.149-12
RG: 12.530.529-6
PROCURADOR

W.A.M LICITAÇÕES LTDA EPP
Rua Visconde de Sinimbu, 1234 - Orfãs
CEP 84070-432 - Ponta Grossa - PR
(42) 3301-8323



E-Mail



Mais ▾

RES: RES: RES: Solicitação de orçamento.

vendas@wmill.com.br

Para: Você ▾

Visualizar anexo

Caixa de entrada (68)

Rascunhos (15)

Enviados

Spam

Lixeira

Drafts

Empenho Dederização e ...

Empenho Gás

Empenho lanches

Empenho manutenção p...

Empenho manutenção v...

Empenho material de ex...

Empenho material de li...

Empenho merenda escol...

Empenho Super Creche

Empenho utensílios de c...

Enviadas

Lixeira

▾ Outros

Ordem de serviço Bec...

Quarentena

Rascunhos

_S4_Bloquear

_S4_Liberar

Sent

...



○ 26% usado



Dalane@Pie... ▾



hce11142

BOM DIA

SEGUE ORÇAMENTO SOLICITADO.

FRETE: FOB(NÃO COTAMOS TRANSPORTADORA)

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 15 DIAS APÓS A CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO E PAGAMENTO.

FORMA DE PAGAMENTO: Á VISTA ANTECIPADO

ESTOU A DISPOSIÇÃO NO QUE FOR NECESSÁRIO**ATENCIOSAMENTE******CELULAR SOMENTE WHATSAPP NÃO ATENDE LIGAÇÕES****

013



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

014

QUADRO PARA SALA DE AULA
COM FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS.

DESCRIÇÃO	QTDDE	ESCOLA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,465 altura x 4,00 comprimento.	02	Prefeito Laércio	R\$2.689,00	5.378,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,345 altura x 3,60 comprimento.	02	Prefeito Laércio	R\$2.180,00	R\$4.360,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,25 altura x 5,00 comprimento.	04	Etelvina Pacheco	R\$3.180,00	R\$ 12.720,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,40 altura x 5,10 comprimento.	04	Santa Isabel	R\$3.318,00	R\$ 13.272,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,32 altura x 4,06 comprimento.	02	Gramados	R\$ 2.822,0	R\$ 5.644,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,32 altura x 4,12 comprimento.	02	Gramados	R\$ 2.890,00	R\$ 5.780,00
Quadro lousa verde quadriculado e côncavo Tamanho: 1,30 altura x 3,95 comprimento.	12	Marciano de Carvalho	R\$2.438,00	R\$ 29.256,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

015

FORMULÁRIO LICITAÇÕES EXCLUSIVAS MP/EPP

Informações gerais:

1) O pedido da(s) Secretaria(s) requisitante(s), refere-se, no presente caso, à compra, contratação de obra ou serviço:

- ☐ sem divisão de itens
☒ por item ou total até R\$ 80.000,00
☐ por item ou objeto com cota(s) reservada(s)
☐ com exigência de subcontratação de ME, EPP ou MEI
☐ impossibilidade de licitação exclusiva (itens acima de R\$ 80.000,00)
☐ impossibilidade de licitação com cota 25% (itens não divisíveis).

Motivo: _____

2) Existe no cadastro de fornecedores, ou demonstrado nos autos do processo, a existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados no regime de ME ou EPP, instalados no Município de Piên ou na região?

- ☒ sim
☐ não

3) Há no processo, demonstração quanto a não vantajosidade para a Administração Pública ou prejuízo para o conjunto ou complexo no caso de promover a licitação diferenciada:

- ☐ sim
☒ não

Informações gerais no caso de obras ou serviços, inclusive de engenharia:

4) Há no objeto a ser licitado, conforme projeto básico ou termo de referência, previsão de licitação com compromisso de subcontratação?

- ☐ sim, qual percentual: _____ %
☐ não

(x) não se aplica

Sendo a resposta positiva, justificar quanto à inexistência de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto em sua vantajosidade:

Informação final e conclusiva:

5) Diante das informações prestadas e documentos juntados ao processo, recomenda-se a licitação diferenciada?

- ☒ sim
☐ não

6) Sendo a resposta positiva, justificar de que modo:

- ☒ licitação destinada à participação exclusiva de ME, EPP ou MEI
☐ licitação com cota reservada
☐ licitação com exigência de subcontratação de ME, EPP ou MEI

Patricia Aparecida Trojanovski

Presidente da Comissão de Licitações (Decreto nº 197/2018)

Pregoeiro (Decreto nº 198/2018)

Piên/PR, 24/03/2019

**INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS PARA ABERTURA
DE PROCESSO LICITATÓRIO OU CONTRATAÇÃO DIRETA**1. Interessado: **Secretaria de Educação.**2. Objeto: **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino.**3. Valor Máximo Estimado: **R\$ 58.457,00**

4. Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	ID USO	Grupo	Fonte
08.001.12.361.0009.2017-4490520000	Contas: 2160			

☒ Há Dotação Orçamentária☒ Há Saldo Orçamentário☐ Não há Saldo Orçamentário☐ Não há Dotação Orçamentária

Obs: _____

27/03/2019**JOSÉ LUIZ DE BARROS**

Contador - Departamento de Finanças, Receitas e Contabilidade

5. Recursos Financeiros:

☒ Há recursos financeiros☐ Não há recursos financeiros

Condições de Pagamento: _____

27/03/2019**CRISTIANO QUADROS**

Secretário de Administração e Finanças



6. Despacho do PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO:

(X) Autorizo a abertura de procedimento licitatório ou a contratação direta com estrita observância aos ditames legais.

() Não autorizo a abertura do procedimento licitatório ou a contratação direta.

Obs: _____

27/03/2019


EDUARDO PIRES FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

7. Indicação de modalidade licitatória ou contratação direta feita pela Comissão de Licitações e encaminhamento para análise jurídica:

- (X) Pregão Presencial
- () Pregão Eletrônico
- () Tomada de Preços
- () Concorrência
- () Concurso
- () Dispensa de Licitação
- () Inexigibilidade de Licitação

8. Considerações:

Tendo em vista a necessidade de realizar licitação para eventual **aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino**, para a Secretaria de Educação, solicitamos a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Presencial, uma vez que o objeto do presente processo classifica-se como bens de consumo de natureza comum, podendo ser objetivamente definido no edital quanto aos padrões de desempenho e qualidade, e por entendermos que esta modalidade proporciona a conclusão mais célere do processo, além de promover considerável economia na fase negociação através de lances verbais.

Sugerimos ainda que a licitação seja feita para registro de preços, tendo em vista que se trata de compras que requer contratações frequentes, porém incertas, não sendo possível prever-se imediatamente o quantitativo exato a ser efetivamente demandado.

Encaminha-se à Procuradoria Jurídica o presente processo para análise quanto à adequação da escolha da modalidade ao caso em apreço e para aprovação da minuta do instrumento convocatório e da respectiva ata de registro de preços que segue em anexo, para cumprimento do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

27/03/2019


PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Pregoeira

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2011
PROCESSO Nº 181/2011
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

O Município de Piên, Estado do Paraná, através Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 002/2011, torna público que fará realizar às 9:30 horas do dia 07 de novembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça do Expedicionário, 104 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL, para contratação de empresa especializada em execução de serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana, para o Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. O valor máximo total é R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), com prazo de execução de 12 (doze) meses.

O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração do dia 18 de outubro a 07 de novembro de 2011. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas, para cadastro.

Piên/PR, 13 de outubro de 2011.

CRISTIANO QUADROS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2010
PROCESSO Nº 257/2010****REVOGAÇÃO**

GILBERTO DRANKA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando a disciplina do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
Considerando o que prescreve o item 26.1 do edital;
Considerando que o prazo para apresentação de contraditório e a ampla defesa pelos interessados foi respeitado em estrita observância ao § 3º do art. 49 da Lei nº 8.666/93, não havendo qualquer manifestação contrária à anulação;

TORNA PÚBLICO

A REVOGAÇÃO do procedimento licitatório modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2010, cujo objeto é a execução de pavimentação asfáltica com área de 3.420,00

m², com base no art. 49, da Lei nº 8.666/93, combinado com o item 26.1 do edital.

Piên/PR, 10 de outubro de 2011.

GILBERTO DRANKA
Prefeito Municipal**DECRETOS****DECRETO Nº 153, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.**

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO DRANKA, Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

- I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;
- II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;
- III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e
- IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro



de Preços.

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;
- II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;
- IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;
- V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
- VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;
- VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação

definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 3º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 4º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais



prorrogações.

§ 1º Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:
I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário

do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - o preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas;

IV - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - o prazo de validade do registro de preço;

VII - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VIII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação,



a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

Art. 10. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 11. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 12. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação

mais vantajosa.

§ 5º O Detentor da Ata de Registro de Preços fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços, excetuadas as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar esse limite.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 14. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 003/2006.

Piên/PR, 03 de outubro de 2011.

GILBERTO DRANKA
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

DIRLEI APARECIDA PIECKOCZ
Secretária de Administração

DECRETO Nº 155, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011

Prorroga prazo de validade de Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas no artigo 66, inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e demais legislações que regem a matéria, considerando ainda o disposto no artigo 37, inciso III da Constituição Federal e o constante no item 12.3 do

200

10.376.658-3/PR, inscrita no CPF sob nº 093.196.739-26, para exercer a função de-PREGOEIRA nos processos licitatórios realizados no Município de Piên, sob a modalidade PREGÃO, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para constituir a sua EQUIPE DE APOIO:

Nome	RG	CPF
DOROTI DE FÁTIMA PIECKOCZ	4.376.894-3/PR	601.575.509-15
SIMON SCHNEIDER	6.268.104-7/PR	021.904.219-30
ADRIANO ROBERTO DE OLIVEIRA	6.612.903-9/PR	029.123.799-11
INGRID RUBIANE DE BASSI FRAGOSO	9.795.293-0/PR	060.676.659-64
BERNADET MAQUEROVSKI DOS SANTOS	12.852.938-1/PR	037.729.099-81
NOILI FORTESCKI GASSNER	8.039.291-4/PR	031.909.409-08

Art. 3º Fica delegado à Pregoeira a atribuição de assinar todos os editais de Pregão elaborados pelo Município.

Art. 4º Ficam autorizados a Pregoeira e os membros da equipe de apoio a realizar os procedimentos licitatórios sob a modalidade Pregão nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên - PIÊNPREV.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 19 de dezembro de 2019.

EDUARDO PIRES FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se e registre-se.

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Ingrid Rubiane de Bassi Fragozo
Código Identificador:24BF771D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LEI Nº 1895/2018

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Piraquara para o exercício financeiro de 2019.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Piraquara para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I. Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município de Piraquara, incluindo os órgãos da Administração Pública Municipal;

II. Orçamento da Seguridade Social compreende a entidade de previdência do servidor.

Art. 2º A receita total estimada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 351.187.650,00 (trezentos e cinquenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e cinquenta reais), discriminada na forma do Anexo I, sendo a receita de cada Orçamento correspondente a:

I. Orçamento Fiscal: R\$ 312.027.650,00 (trezentos e doze milhões, vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta reais);

II. Orçamento da Seguridade Social: R\$ 39.160.000,00 (Trinta e nove milhões e cento e sessenta mil reais).

Anexo I

RECEITAS CORRENTES	RS 243.378.650,00
Receita Tributária	RS 42.005.000,00
Receita de Contribuições	RS 7.000.000,00
Receita Patrimonial	RS 19.109.650,00
Transferências Correntes	RS 199.974.000,00
Deduções para formação do FUNDEB	RS 24.710.000,00 (-)

RECEITAS DE CAPITAL	RS 68.649.000,00
Operações de Crédito	RS 68.580.000,00
Transferência de Capital	RS 69.000,00
TOTAL RECEITA FISCAL	RS 312.027.650,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 023 PIRAQUARAPREV

RECEITAS CORRENTES	RS 26.560.000,00
Receita de Contribuições	RS 9.430.000,00
Receitas Correntes Intraorçamentárias	RS 12.800.000,00
Outras Receitas Correntes	RS 400.000,00
Receita Patrimonial	RS 16.530.000,00
TOTAL PIRAQUARAPREV	RS 39.160.000,00
TOTAL CONSOLIDADO	RS 351.187.650,00

Parágrafo único. As Receitas do Orçamento da Administração Indireta, (PIRAQUARAPREV), decorrerão da arrecadação de contribuições patronais dos servidores ativos e demais receitas, na forma da legislação vigente e das Interferências Financeiras (transferências de recursos).

Art. 3º A despesa total fixada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 351.187.650,00 (Trezentos e cinquenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e cinquenta reais), distribuída entre os órgãos orçamentários conforme o Anexo II, sendo a despesa de cada Orçamento, correspondente a:

I. Orçamento Fiscal: R\$ 311.640.650,00 (Trezentos e onze milhões, seiscentos e quarenta mil e seiscentos e cinquenta reais);

II. Orçamento da Seguridade Social: R\$ 39.547.000,00 (Trinta e nove milhões e quinhentos e quarenta e sete mil reais).

Anexo II

I - PODER LEGISLATIVO	RS 9.120.000,00
0100 Câmara Municipal	RS 9.120.000,00

II - PODER EXECUTIVO	RS 302.520.650,00
0200 Gabinete do Prefeito	RS 4.381.000,00
0300 Procuradoria Geral do Município	RS 1.289.000,00
0400 Controladoria Geral do Município	RS 587.000,00
0500 Secretaria Municipal de Comunicação	RS 1.217.000,00
0600 Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral	RS 7.809.650,00
0700 Secretaria Municipal de Administração	RS 8.632.000,00
0800 Secretaria Municipal de Finanças	RS 6.165.000,00
0900 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	RS 2.904.000,00
1000 Secretaria Municipal de Educação	RS 78.303.500,00
1100 Secretaria Municipal de Saúde	RS 48.943.500,00
1200 Secretaria Municipal de Meio Ambiente	RS 5.909.000,00
1300 Secretaria Municipal de Assistência Social	RS 10.854.679,00
1400 Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer	RS 4.827.000,00
1500 Secretaria Municipal de Inf. e Serviços Urbanos	RS 100.274.321,00
1600 Encargos Gerais do Município	RS 15.065.000,00
1800 Secretaria de Desenvolvimento Urbano	RS 5.085.000,00
1900 Corregedoria	RS 300.000,00
TOTAL	RS 302.520.650,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
3000 Instituto de Previdência do Município de Piraquara - PIRAQUARAPREV	RS 39.547.000,00
TOTAL PIRAQUARAPREV	RS 39.547.000,00
TOTAL CONSOLIDADO	RS 351.187.650,00

Art. 4º Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal fica autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita, nos termos do contido no art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às alterações de metas definidas no Plano Plurianual 2018/2021 e nas Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2019, a fim de compatibilizar com as alterações constantes desta Lei Orçamentária Anual para 2019.

Art. 6º Para efeitos do cumprimento do disposto no inciso I, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal, o Quadro de Detalhamento da Despesa, anexo a presente Lei, demonstram a compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas estabelecidos nas Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PROCESSO Nº 578/2019

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTA EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Educação.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO: 10 de abril de 2019, às 15:00 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 28 de março a 10 de abril de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 27 de março de 2019.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI

PREGOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 PROCESSO Nº 509/2019

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Piên, Estado do Paraná, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006, do tipo MENOR PREÇO, POR ITEM.

1.2. O PREGÃO será conduzido pela PREGOEIRA, auxiliada pela EQUIPE DE APOIO, designados pelo Decreto nº 198/2018.

1.3. O PREGÃO será realizado no dia **10 de abril de 2019**, com início às **15:00 horas**, na Rua Amazonas, nº 373 – Centro, Piên/PR, quando deverão ser apresentados, no início, os documentos para credenciamento, a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (conforme ANEXO II)**, a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação (conforme ANEXO V), e os envelopes de proposta de preços (envelope 01) e de documentos de habilitação (envelope 02), seguindo-se em ato contínuo seu processamento.

1.4. ATENÇÃO: Os envelopes de Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação deverão ser entregues para protocolo no Setor de Licitações e Compras do Município **até 15 minutos antes do horário marcado para início da sessão na data de realização da mesma**, após a entrega dos envelopes, estes não poderão mais ser retirados em hipótese alguma.

1.4.1. Após esse horário não serão recebidos mais envelopes e novos licitantes não poderão ingressar na licitação.

1.4..2. Havendo alteração do horário e/ou data de abertura para recebimento dos envelopes automaticamente altera-se o prazo de protocolo, conforme item 1.4.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1. O objeto deste Pregão é o Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

026

constantes do ANEXO I.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este PREGÃO é do tipo menor preço por ITEM.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Dotações: 08.001.12.361.0009.2017-4490520000

Contas: 2160

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE):

5.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e do art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), a presente licitação é destinada à exclusiva participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, que apresentem condições de fornecer o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS.

5.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

5.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se microempresa, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

5.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se empresa de pequeno porte, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

027

5.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufera receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. Para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte no credenciamento, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar declaração de enquadramento como Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte conforme modelo (ANEXO II).

5.4. A comprovação de que o licitante possui condições de fornecer o objeto será feita por ocasião do julgamento de habilitação, através dos seguintes documentos: Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (cartão CNPJ), contrato social, atestado de capacidade técnica, ou ainda por outro meio de documento que comprove que o licitante já forneceu o objeto para outros clientes.

5.5. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

- a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;
- b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou ITENS distintos;
- e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);
- f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

g) Não será ainda admitida a participação daqueles que apresentem débitos junto a Fazenda Municipal de Piên/PR.

5.6. Para fins de verificação de atendimento às alíneas "f" e "g" do item 5.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

028

- a) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, disponível no (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao&cpfCnpj=12640302000103&ordenarPor=nome&direcao=asc>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, disponível em (<http://192.168.1.7:7474/esportal/stmcertidao.load.logic>)

5.7. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos junto à Fazenda Municipal de Piên/PR e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no item 5.2., sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Piên ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipais do Município de Piên, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02):

6.1. Os envelopes, respectivamente PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 02) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DATA:/...../2019

(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

029

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

DATA:/...../2019

6.2. Os documentos constantes do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser apresentados em 01 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem a sua análise, numeradas, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se, neste caso, a Procuração.

6.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS obedecerá também aos comandos contemplados nos subitens 6.3, 6.3.1, 6.3.1.1, 6.3.1.2, 6.3.1.3, 6.3.2 e 6.3.3.

6.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3. Os documentos de habilitação (ENVELOPE Nº 02) e os documentos para credenciamento poderão ser apresentados por cópias simples, ou por cópias autenticadas por cartório competente, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, ou em original, quando expedida via Internet.

6.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à PREGOEIRA, por ocasião da abertura do ENVELOPE Nº 02 e do credenciamento para devida autenticação.

6.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 6.3.1, o documento original a ser apresentado não poderá integrar o envelope.

6.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da PREGOEIRA.

6.3.1.3. A PREGOEIRA não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada caso não porte a comprovação da informação de que se trata.

6.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

030

por tradutor público juramentado.

6.4. Os licitantes que não possam se fazer presentes na sessão de abertura dos envelopes de habilitação e de proposta de preços, poderão enviar seus envelopes via correios ou transportadoras, devendo garantir que os mesmos cheguem até o Departamento de Licitações e Compras até a data marcada para a abertura dos envelopes, respeitado o horário previsto no item 1.4.

6.4.1. **Endereço para envio dos envelopes:** Rua Amazonas, nº 373, Centro, CEP 83860-000, Piên/PR, aos cuidados de Sra. Patricia Aparecida Trojanovski - Departamento de Licitações e Compras.

7. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01):

7.1. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:

- a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;
- b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;
- c) apresentar a descrição detalhada do objeto do PREGÃO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I; a descrição referida deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por ITEM;
- d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;
- e) apresentar preço unitário e total por ITEM, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, com duas casas decimais (Ex.: R\$ 1,12) e irrevogável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;
- f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, **fretes, equipamentos e materiais necessários para instalação**, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc., garantindo-se este durante toda a vigência da Ata de Registro De Preços, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental;
- g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;



h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

7.2. É facultado à proponente cotar todos ou quaisquer itens integrantes do objeto do PREGÃO, não sendo admitido, todavia, cotação inferior à quantidade prevista em cada ITEM.

7.3. Solicitar o arquivo para digitação da proposta pelo e-mail doroti@pien.pr.gov.br.

7.4. Além das especificações da proposta contidas nesse item, o licitante deverá atentar-se as orientações do Termo de Referência no ANEXO I deste edital.

8. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02):

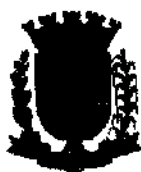
8.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes (observar disposições do item 6.3 e subitens deste edital):

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação);
- c) Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC) ou ainda o SINTEGRA;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);
- h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- i) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;
- j) Declaração, nos moldes do ANEXO III deste edital, sob as penas da Lei, que:

1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

032

com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

5) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

k) Comprovante de que a empresa se enquadra em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

1. Para as **empresas optantes** pelo Sistema Simples de Tributação através do comprovante extraído do *site* da Secretaria da Receita Federal, através do *site* <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>, ou, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou declaração prestada para a Junta Comercial do Estado, atestando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

2. Para **empresas não optantes** pelo Sistema Simples de Tributação, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou declaração prestada para a Junta Comercial do Estado, atestando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.1.1. A participação nas condições previstas na alínea "k" do item 8.1, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

8.2. A apresentação do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, emitido pelo Município de Piên, pertinente ao objeto licitado e em plena validade na data de apresentação dos envelopes, substitui os documentos elencados nos subitens 8.1, "a", "b" e "c".

8.2.1. Qualquer documento indispensável para a obtenção do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL com prazo de validade vencido deverá ser regularizado, impondo-se, para tanto, a apresentação do mesmo junto a documentação contemplada no subitem 8.2.

8.2.2. A regularização da documentação aludida no item 8.2.1 também poderá ser levada a efeito na própria sessão, cuja certidão/documento utilizada para a finalidade deverá observar as previsões contidas nos subitens 6.3, 6.3.1, 6.3.1.1, 6.3.1.2 e 6.3.1.3.

8.2.3. A entrega da documentação exigida no item 8.1 letra "d" durante o credenciamento dispensará a sua apresentação no envelope nº 02.

8.3. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.

CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: patricia@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

9
P



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

033

8.4. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

8.5. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

8.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

8.6.3. A regularização de documentos relativos à regularidade fiscal que possam ser obtidos sem custos via Internet, poderão ser impressos durante a própria sessão pública pelo pregoeiro juntos aos sítios oficiais dos órgãos responsáveis pela emissão dos mesmos e juntados ao processo, sanando-se, imediatamente a pendência.

8.6.4. No que pertine a providência prevista no item 8.6.3, adverte-se que o Pregoeiro não se responsabilizará por eventual indisponibilidade de acesso aos sítios oficiais dos emitentes de certidões de regularidade fiscal, cabendo aos interessados, neste caso, buscarem a comprovação da regularização no prazo assinalado no item 8.6.1.

8.7. Para certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data de abertura dos envelopes dos documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

034

8.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

9. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

9.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Piên, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, até a data marcada para recebimento dos documentos e dos ENVELOPES Nº 01 E Nº 02.

9.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial do Município, no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

9.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no subitem 9.1.

9.3.1. A providência a que se refere o subitem 9.3 poderá ser levada a efeito também através do e-mail patricia@pien.pr.gov.br.

9.4. As possíveis alterações do edital deverão ser consultadas pelo interessado no site www.pien.pr.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do interessado o acompanhamento do edital.

10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

10.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

10.1.1. A pretensão referida no subitem 10.1 pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do e-mail patricia@pien.pr.gov.br ou *fac-símile*, através do telefone (41) 3632-1136, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 10.1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

035

10.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

10.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

11. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

11.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. As medidas referidas no subitem 11.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* patricia@pien.pr.gov.br ou *fac-símile*, através do telefone (41) 3632-1136, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 11.1.

11.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

11.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

12. CREDENCIAMENTO:

12.1. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no subitem 12.2 deste EDITAL, o representante da proponente entregará a PREGOEIRA documento que o credencie para participar do aludido procedimento conforme estabelece o item 6.3. e subitem 6.3.1, respondendo por sua autenticidade e legitimidade.

12.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

036

formular lances ou ofertas na etapa de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de Interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e **atas de registro de preços**, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, podendo para tanto utilizar o modelo constante do ANEXO IV.

12.2.1. Quando se tratar de titular da empresa licitante: apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas (sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura).

12.2.2. Quando se tratar de representante designado pela empresa licitante: deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração ou ainda carta de credenciamento (conforme modelo do ANEXO IV), datada e assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas.

12.3. A documentação apresentada para fins de credenciamento (procuração pública ou particular ou contrato/estatuto social e cópia do documento de identificação do sócio ou representante) será anexada aos autos do processo, não sendo permitida a sua devolução.

12.4. É admitido somente um representante por proponente.

12.5. Não será admitido o credenciamento de uma única pessoa para representar mais de uma proponente, exceto nos casos em que se tratar de licitação por itens ou ITENS, em que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

037

comprovadamente as proponentes estejam apresentando propostas para itens ou ITENS distintos.

12.5.1. A comprovação a que se refere o item anterior será feita durante a avaliação das propostas.

12.5.2. Caso duas ou mais proponentes tenham nomeado o mesmo representante legal para o credenciamento do pregão e se verifique que estas formularam proposta para os mesmos itens ou ITENS o representante designado pelas proponentes deverá optar por continuar no certame representando apenas uma delas, não acarretando a desclassificação das demais.

12.6. A ausência da documentação relativa ao credenciamento ou sua apresentação em desconformidade com as exigências previstas não impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, mas impedirá que a mesma tenha possibilidade de formular lances verbais.

12.7. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, a PREGOEIRA declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte, consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital.

13. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02):

13.1. A etapa/fase para recebimento da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, da DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) será levada a efeito tão logo se encerre da fase de CREDENCIAMENTO.

13.1.1. A DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e a DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO não devem integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02), constituindo-se em DOCUMENTOS a ser fornecido separadamente; ficando facultada a utilização dos modelos constantes dos ANEXOS II e V, respectivamente.

13.2. Iniciada esta etapa/fase, a PREGOEIRA receberá e examinará a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.



13.2.1. A ausência das referidas declarações ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02).

13.2.2. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02).

13.2.3. Na hipótese de não apresentação destas declarações ou de sua apresentação em desconformidade com a exigência do edital, a proponente poderá firmá-las ou corrigi-las na própria sessão, desde que possua representante legal com poderes para fazê-lo presente à sessão.

14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01):

14.1. Compete a PREGOEIRA proceder à abertura dos ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01), conservando intactos os ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) e sob sua guarda.

15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

15.1. A PREGOEIRA examinará as PROPOSTAS DE PREÇOS sempre levando em conta as exigências fixadas nos itens 6 e 7.

15.1.1. O exame envolvendo o objeto ofertado implicará na constatação da conformidade do mesmo com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.

15.2. Definidas as PROPOSTAS DE PREÇOS que atendam às exigências acima, envolvendo o objeto e o valor, o PREGOEIRA elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do **menor preço por ITEM**.

16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

16.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação, inclusive quanto à especificação de itens;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

039

- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) apresentar ITEM com preço superior ao máximo estimado pela Administração.

17. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

17.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, A PREGOEIRA selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que tenham oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

17.1.1. Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 17.1, a PREGOEIRA selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.1.2.

17.1.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 03 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.1; ou
- b) todas as propostas coincidentes com um dos 03 (três) menores valores ofertados, se houver.

17.1.3. Na hipótese da ocorrência das previsões relacionadas no subitem 17.1.2, letras "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio, cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

17.1.4. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, a PREGOEIRA poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícia, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

18. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

040

18.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas/lances verbais, dar-se-á início ao oferecimento destes, os quais deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes.

18.1.1. Somente serão aceitos lances verbais que sejam inferiores ao valor da menor proposta escrita ou do último menor lance verbal oferecido.

18.2. A PREGOEIRA convidará individualmente as proponentes classificadas para oferecimento de lances verbais, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a oferecer lance verbal.

18.3. Quando convocado pela PREGOEIRA, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.4. A etapa de oferecimento de lances verbais terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

18.5. O encerramento da etapa de oferecimento de lances verbais ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.6. Declarada encerrada a etapa de oferecimento de lances e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance, sempre com base no último preço/lance apresentado, a PREGOEIRA examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

18.7. É facultado a PREGOEIRA negociar com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.8. Na hipótese de não realização de lances verbais, a PREGOEIRA verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.9. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado a PREGOEIRA negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

041

18.10. A PREGOEIRA deverá comparar os preços apresentados com os atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.11. A PREGOEIRA pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

18.12. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item 16.

18.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento de falha formal relativa à documentação na própria sessão.

18.14. Para efeito do saneamento a que se refere o subitem 18.13 a correção da falha formal poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento, ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, *fac-símile*, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o efeito indispensável.

18.15. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.

18.16. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, a PREGOEIRA examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

18.17. Sendo a proposta aceitável, a PREGOEIRA verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora, observando-se igualmente as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

042

previsões estampadas nos subitens anteriores.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO:

19.1. Por ocasião do final da sessão, a proponente que participou do PREGÃO ou que tenha sido impedida de fazê-lo, se presente à sessão, deverá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

19.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 03 (três) dias, a contar da ocorrência.

19.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

19.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, a PREGOEIRA examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informados, à autoridade competente para decisão.

19.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 9.1 deste EDITAL.

19.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. ADJUDICAÇÃO:

20.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo a PREGOEIRA adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

20.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21. HOMOLOGAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

043

21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

21.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

22. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO:

22.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

23. CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. Os itens objeto deste PREGÃO serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

23.2. A proponente adjudicatária deverá comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pelo Departamento de Licitações e Compras sito à Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

23.2.1. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar as outras proponentes classificadas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 153/2011, observada a ampla defesa e o contraditório.

23.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, inclusive por e-mail.

23.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de convocação.

23.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Licitante poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

044

23.6. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para o contrato dela decorrente ou para retirada da Nota de Empenho, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

23.7. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas no item 28 e subitens.

23.8. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, respeitadas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666, de 1993.

23.8.1. O preço registrado poderá ser revisto em razão de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23.8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

23.8.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

23.8.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

23.8.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder manter o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá:

23.8.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

23.8.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.8.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

045

de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis e necessárias para obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

23.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

24. ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO

24.1. Os itens registrados objeto deste PREGÃO serão prestados em perfeitas condições, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, através da Nota de Empenho, sem qualquer despesa adicional não constante da proposta apresentada na data da licitação.

24.2. Os itens efetivamente solicitados através da Nota de Empenho serão recebidos e aceitos provisoriamente para efeito de posterior verificação pelo responsável pela fiscalização da Ata, o qual apurará a compatibilidade dos itens com as especificações pactuadas na presente licitação, envolvendo a qualidade e a quantidade, resultando na aceitação definitiva, caso estejam de acordo com o pactuado, ou, na convocação do fornecedor para substituir os itens.

24.2.1. Para a providência de que trata o item anterior, a Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a efetiva entrega dos itens.

24.3. Em caso de não aceitação dos produtos objeto deste PREGÃO, fica a Contratada obrigada a retirá-los ou substituí-los no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, conforme a urgência do caso, sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 28 e subitens deste Edital.

24.4. Em caso de diferença de quantidade, fica a Contratada obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, conforme a urgência do caso, sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 28 e subitens deste Edital.

24.5. O fornecimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, na própria Ata de Registro de Preços, bem como nos contratos dela decorrentes.

25. PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

046

25.1. O objeto deste PREGÃO deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, onde constarão todas as instruções para a entrega, de segunda a sexta feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.

25.2. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a prestar itens solicitados na Nota de Empenho, mesmo que em pequena quantidade.

26. PAGAMENTO:

26.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, junto a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, previstas neste Edital.

26.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

26.2. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

27. DISPENSA DE GARANTIA:

27.1. Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste PREGÃO.

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

28.1. Pela inexecução total ou parcial da ata de registro de preço a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas nos art. 86 e 87 da lei 8.666/93, conforme segue:

28.1.1. ADVERTÊNCIA

a) Aplicável no caso de descumprimento de obrigação contratual de menor gravidade, que não traga prejuízos econômicos e funcionais para a Secretaria requisitante.

28.1.2. MULTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

047

a) Pelo atraso injustificado na entrega dos itens, o fornecedor ficará sujeito à penalidade de **multa de mora**, a partir do 1º dia útil posterior ao vencimento do prazo devido, a ser calculada pela seguinte equação:

$$M = V.F.N$$

Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à parcela em atraso

F=fator percentual correspondente a 0,33% por dia de atraso

N=período de atraso em dias corridos

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata de registro de preço, a critério da Administração Municipal de Piên, que avaliará a gravidade da falta cometida e os prejuízos sofridos pela Administração, nos seguintes casos, entre outros:

- b.1) reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;
- b.2) quando houver atraso injustificado na entrega dos itens por prazo superior a 05 (cinco) dias ou que impossibilite o atendimento de prazos máximos a que se sujeite a Secretaria requisitante;
- b.3) descumprimento ou cumprimento irregular das condições estabelecidas neste edital, envolvendo especificações, prazos, garantia, entre outros;
- b.4) interrupção na entrega dos itens sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- b.5) a subcontratação total ou parcial do seu objeto não autorizada pela Administração;
- b.6) desatendimento injustificado das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- b.7) cometimento reiterado de faltas na vigência da Ata de Registro de Preços;
- b.8) recusa injustificada do adjudicatário em aceitar e assinar a ATA de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a válida convocação, ou pelo cancelamento não amigável da Ata de Registro de Preços por iniciativa do contratado.

28.1.3. **SUSPENSÃO**: Para o detentor da ata/contratado que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, aplicar-se-á suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Piên, pelo período de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor.

28.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**: No caso de o licitante agir de má fé ou fraudulentamente, configurando ilícito penal e, no caso de inexecução dolosa da Ata de Registro de Preços que, será declarada a inidoneidade do licitante ou contratado para licitar e contratar com a Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

048

Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.2. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra. O valor da multa aplicada será descontado dos créditos devidos ao Contratado. Caso o valor da multa seja superior aos créditos referidos neste item, será cobrada administrativamente pela municipalidade, ou ainda judicialmente.

28.3. Às multas e sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

28.4. Independentemente da aplicação das penalidades indicadas no item 28.1, a proponente ficará sujeita, ainda, ao desconto do valor referente as parcelas não entregues ou reprovadas pela fiscalização, bem como à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

28.5. A inadimplência total ou parcial da Ata de Registro de Preços, poderá ensejar, além da aplicação das penalidades descritas no item 28.1, a rescisão contratual, constituindo motivo para tanto as hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02. Fica reconhecido o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa.

28.6. Poderão ser aplicadas, cumulativamente, as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar.

28.7. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

28.8. A interposição de recursos protelatórios e impugnações ao Edital por pessoas físicas ou jurídicas que visem tumultuar e/ou retardar o processo licitatório, incidirá nas penalidades do artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, com consequente responsabilidade civil e criminal que o ato ensejar.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS:

29.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), estabelecendo-se, para o presente certame a licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

049

29.2. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do Contrato/Ata e dos futuros contratos dela decorrentes.

29.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.3.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.3.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação da PREGOEIRA em sentido contrário.

29.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

29.6. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

29.7. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

29.8. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus Anexos, **inclusive quanto a não obrigatoriedade da promoção das contratações derivadas do sistema de Registro de Preços.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

050

29.9. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

29.10. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado da Ata de Registro de Preços, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

29.10.1. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual.

29.11. A proponente se obriga a manter, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

29.12. A assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **não implicará em direito à contratação.**

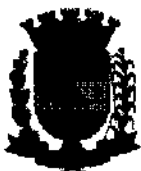
29.13. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes beneficiárias, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

29.14. Os ENVELOPES Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das proponentes não convocadas para assinarem a Ata de Registro de Preços deverão ser retirados no endereço apontado no subitem 9.1, depois de formalizada a referida Ata.

29.15. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pela PREGOEIRA, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

29.16. Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, corrigidas as inconformidades.

29.16.1. Ocorrendo a previsão delineada no item anterior na fase de habilitação, a documentação a ser reapresentada deverá ser apenas a documentação em desconformidade com o solicitado no item 8.1 deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

051

29.17. A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

29.18. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

30. RELAÇÃO DE ANEXOS

30.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

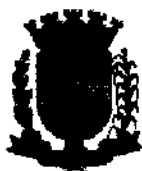
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Procuração para Credenciamento
ANEXO V	Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos do Edital
ANEXO VI	Modelo de Proposta de preços
ANEXO VII	Minuta Ata de Registro de Preços

31. ELEMENTOS BASES NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

31.1. O edital completo ficará à disposição dos interessados e as dúvidas poderão ser esclarecidas na Prefeitura Municipal de Piên, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên, 27 de março de 2019.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
PREGATEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

052

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos.Garantia mínima de 12 meses.	28	R\$ 2.087,75	R\$ 58.457,00

II. A PROPOSTA DEVE CONTER O VALOR UNITÁRIO E TOTAL DOS ITENS, A MARCA, e o PRAZO DE VALIDADE da proposta (não inferior a 60 dias).

III. DA ENTREGA: O objeto deste PREGÃO deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, onde constarão todas as instruções para a entrega, de segunda a sexta feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.

III.I Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

IV. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Esta licitação se faz necessária para a substituição de forma parcelada dos quadros tipos lousas nas escolas do Município, pois os que temos hoje presentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

053

nas salas de aulas encontram-se bastante deteriorados. Esse é um item essencial em sala de aula por ser um dos mais úteis, práticos e simples recursos visuais para o ensino-aprendizagem. Os quadros são usados geralmente para ensinar o uso da escrita, dúvidas, cálculos, atividades e anotações diversas, pertinentes aos assuntos estudados.

IV.I. JUSTIFICATIVA QUANTO À EXCLUSIVIDADE CONCEDIDA À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

A realização de procedimentos licitatórios cuja participação é exclusiva para Microempresas e/ou empresas de Pequeno Porte, encontra respaldo legal na Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/14), mas precisamente no disposto no inciso I do art. 48 da referida Lei, bem como está amparada pelo que disciplina a Lei Complementar Municipal nº 1/15, que trata da questão no inciso III do § 1º do art. 34. Ademais, a grande maioria das empresas localizadas no Município de Piên e região estão enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou são Microempreendedores Individuais, os quais, por equiparação, são também contemplados com os benefícios das Leis acima citadas. O crescimento e o desenvolvimento do Município vêm proporcionando inúmeras oportunidades de negócios às micro e pequenas empresas instaladas na cidade e na região e cada vez mais o município tem empregado esforços para a construção de um ambiente que permita a essas empresas um melhor aproveitamento dessas oportunidades e a conversão destas em inclusão social, emprego e renda. O Município de Piên, desde 2009 concede tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. O tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas visa ampliar sua participação nas licitações municipais e assim impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Há que se considerar que as contratações públicas são de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. O planejamento adequado das compras governamentais é um fator relevante em favor do desenvolvimento local e regional, visto que pode privilegiar os pequenos negócios sediados no município e região. Assim, o Município de Piên busca realizar licitações voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento econômico e social da cidade, sempre ancorado nas legislações pertinentes e nas políticas públicas de que visam esse desenvolvimento.

V. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, previstas neste Edital.

V.I. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.



VII. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

VI. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

VI.I. São obrigações da Contratada:

- a) Efetuar as entregas de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de entrega dos itens, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo ou em parte o produto em que se verifique falha, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação;
- h) Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;
- i) Não subcontratar todo e nem de parte do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

VI.II. São obrigações da Contratante:

- a) Emitir as Notas de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA antes do início de cada entrega;
- b) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a entrega dos itens;
- c) Acompanhar, controlar e avaliar a prestação dos serviços, através da unidade responsável por esta atribuição;
- d) Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos itens;
- e) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- f) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VII. DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da execução do objeto da Ata de Registro de Preços será realizada pela Administração, através da servidora indicada abaixo, a qual atuará no acompanhamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ 055

das solicitações, entrega e recebimento dos materiais e execução destes:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DAIANE DOS SANTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

056

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

A Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de nº/....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(local e data)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

057

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Presencial nº/2019

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

- a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
- b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
- c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
- e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

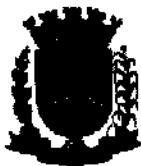
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2019.

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).

(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

058

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..., Inscrição Estadual sob nº ... e Inscrição Municipal sob nº, representada neste ato por seu (qualificação do outorgante), Sr. ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ... e CPF nº..., nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ... CPF nº..., a quem confere amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º ... /2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e atas de registro de preços, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante. A presente Procuração é válida até o dia

.....
(Local e data)

.....
Nome e Assinatura do Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ**

059

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO.**

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

REF. PREGÃO Nº ... /2019

Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa
.....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o
PREGÃO Nº .../2019, cujo objeto é

.....
(Local e data)

.....
Nome e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

060

ANEXO VI

(razão social, CNPJ, endereço, telefone, "fac-simile" e e-mail)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Piên

Sra. Pregoeira,

Ref.: Edital de Pregão nº ____/2019

Apresentamos e submeteremos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é

O prazo de validade da proposta de preços é de (inserir o prazo de validade) (inserir o prazo de validade por extenso) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Local, ____ de ____ de 2019.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

061

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, autorizado pelo **Pregão Presencial nº 033/2019**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) e Decretos Municipais nº 002/2006 e nº 153/2011, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA:

1. Consideram-se registrados os preços constantes do relatório em anexo, do Detentor da Ata:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, Inscrição Municipal nº, com endereço na Rua, nº, em/....., CEP:, fone/fax: (..), e-mail, neste ato representada por, inscrito(a) no CPF sob nº
2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega da Nota de Empenho com que correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile e e-mail, na forma descrita no Edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**.
3. O objeto deste PREGÃO deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, onde constarão todas as instruções para a entrega, de segunda a sexta feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.
- 3.1. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, **mesmo que em pequena quantidade**.
4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, junto a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

062

5.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.2 O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

6. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo Órgão Gerenciador.

7. Os itens serão entregues provisoriamente o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e quantidade, e consequentemente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega dos itens, ou imediatamente quando for o caso.

8. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta do código a seguir discriminado(s):

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Dotações: 08.001.12.361.0009.2017-4490520000

Contas: 2160

9. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

10. O descumprimento das obrigações pactuadas sujeitará o fornecedor às sanções definidas no item 28 do edital e subitens do edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**, que desta Ata faz parte integrante.

11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**.

12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**, as Notas de Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.A fiscalização da execução do objeto da Ata de Registro de Preços será realizada pela Administração, através da servidora indicada abaixo, a qual atuará no acompanhamento das

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.

CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: patricia@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

063

solicitações, entrega e recebimento dos materiais e execução destes:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DAIANE DOS SANTOS

14. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro/PR, esgotadas as vias administrativas.

15. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo **Sr. EDUARDO PIRES FERREIRA**, Prefeito em exercício de Piên, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.

EDUARDO PIRES FERREIRA - MUNICÍPIO DE PIÊN
ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Testemunhas:

Nome: NORILDA GROSSL SACTH

Assinatura: _____

Nome: DAIANE DOS SANTOS

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

064

PROCURADORIA JURÍDICA PARECER JURÍDICO INICIAL

Processo administrativo nº: **578/2019**

Interessado: **Departamento de Licitações e Compras/Comissão Permanente de Licitação**

Assunto: **Aprovação jurídica da abertura de licitação na modalidade Pregão Presencial e aprovação da minuta do edital e da ata de registro de preços.**

Recebe esta Procuradoria Jurídica, pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao processo administrativo nº **578/2019**, que trata da abertura de licitação para **registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino**, em atendimento à Secretaria de Educação.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja Pregão Presencial, e solicita aprovação jurídica da minuta do instrumento convocatório e da respectiva ata de registro de preços, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei das Licitações.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela Secretaria interessada, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão.

A requisição foi protocolada pelo Departamento de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo contador responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas; a existência de previsão dos recursos financeiros necessários para o custeio das despesas, confirmada pela Secretaria responsável, e a autorização do Prefeito para que seja dada continuidade ao processo.

Sugeriu a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade Pregão Presencial, justificando que o objeto é de natureza comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

A Pregoeira anexou formulário ao processo, descrevendo a necessidade de se realizar licitação exclusiva para Micro e Pequenas Empresas, em razão dos valores de cada item, os quais não ultrapassam o limite estabelecido pelas referidas normas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

065

Com relação a licitação ser destinada à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tal exclusividade encontra respaldo no disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como está amparada pelo que disciplina o inciso III do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 1/15, ambos transcritos abaixo:

LC nº 123/06:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

(...)

Lei Complementar Municipal nº 1/15:

Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a Administração Pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, especialmente:

(...)

III - realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

(...)

Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão Presencial, bem como da respectiva ata de registro de preços, para atendimento das necessidades da Secretaria interessada, as quais ora são submetidas à apreciação da Procuradoria Jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Verificamos pelos documentos constantes dos autos que os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório foram corretamente observados.

Quanto à adoção da modalidade Pregão Presencial para atender aos interesses da Secretaria interessada, há que se registrar algumas considerações.

A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

066

Pela leitura retro apresentada, constatamos que o objeto do processo em análise pode ser classificado como "comum", tendo em vista que não se trata de objeto de maior complexidade e que não possui nenhuma especificidade que prejudique a elaboração da proposta.

Cabe ainda ressaltar que o Município de Piên regulamentou a utilização do Pregão, na forma Presencial e Eletrônica, através da edição do Decreto nº 002/06.

Portanto, não se verifica nenhum óbice para a utilização da modalidade Pregão, seja na forma Presencial, seja na forma Eletrônica, para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da Secretaria interessada.

Já a utilização do sistema de registro de preços no âmbito do Município de Piên está regulamentada pelo Decreto Municipal nº 153/11, disciplinando o cabimento em seu art. 2º, *ipsis verbis*:

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

- I- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Isto posto, entendemos que seja mais vantajoso para o Município efetuar a licitação com vistas a realizar o registro de preços, tendo em vista a imprevisibilidade do montante total a ser efetivado durante o período contratual, o qual poderá ficar aquém ou além da estimativa da Secretaria interessada.

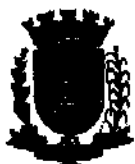
Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de no mínimo 07 (sete) dias úteis.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

067

a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
 - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
 - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;
- XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que o edital foi elaborado em harmonia com os ditames do art. 40 da Lei nº 8.666/93, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhuma recomendação a ser feita.

4. Da análise da minuta da ata de registro de preços:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

068

Da análise da minuta da ata de registro de preços vinculada ao instrumento convocatório apresentado, constatamos que a mesma observa os requisitos mínimos exigidos pelas disposições legais pertinentes, não sendo necessária nenhuma correção.

5. Da conclusão:

Por todo o exposto, opina esta Procuradoria pela regularidade da escolha da modalidade Pregão Presencial para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e da respectiva ata de registro de preços, não existindo óbice para o prosseguimento do processo licitatório.

Contudo, alerta esta Procuradoria que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*.

Ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer.

Piên/PR, 27 de Março de 2019.


Fernanda Ribas Wierzynski

OAB/PR 92.275

Valor Total: R\$ 6.586,80 (seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)
 Dotação Orçamentária: 10.001.08.244.0012.2025-3390301100
 Data de assinatura: 27 de março de 2019.
 Validade: 12 (doze) meses

CRISTIANO QUADROS

Secretário de Administração e Finanças

EDUARDO PIRES FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:62F386CF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PROCESSO Nº 578/2019

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Educação.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO: 10 de abril de 2019, às 15:00 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 28 de março a 10 de abril de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 27 de março de 2019.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI

Pregoeira

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:0096DF0D

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

PROCESSO Nº 574/2019

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE

PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

069

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de premiações em troféus e medalhas, para eventos esportivos, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO: 10 de abril de 2019, às 09:30 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 28 de março a 10 de abril de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 27 de março de 2019.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI

Pregoeira

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:9138056E

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

Detentor da Ata: COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS MATÃO LTDA – ME.
 CNPJ sob nº 19.372.932/0001-93

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de madeiras em atendimento a Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários.
Valor Total: R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais)
Dotação Orçamentária: 05.001.15.452.0005.2009-3390302400
Data de assinatura: 28 de março de 2019.
Validade: 12 (doze) meses

CRISTIANO QUADROS

Secretário de Administração e Finanças

EDUARDO PIRES FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:8B3F2DAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pesquisar Licitações:

R\$

070

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019**PROCESSO N° 578/2019****TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM**

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Educação.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais n° 8.666/1993 e n° 10.520/2002, Lei Complementar Federal n° 123/2006 (alterada pela Lei Complementar n° 147/2014), Lei Complementar Municipal n° 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal n° 176/2016), Decreto Municipal n° 002/2006.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO: 10 de abril de 2019, às 15:00 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, n° 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 28 de março a 10 de abril de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 27 de março de 2019.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI

PREGOEIRA

☒ Solicite o edital completo desta licitação, envie um email para doroti@pien.pr.gov.br informando o número e ano do processo!

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PROCESSO Nº 578/2019

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Educação.

LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), Decreto Municipal nº 002/2006.

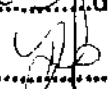
DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO: 10 de abril de 2019, às 15:00 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 28 de março a 10 de abril de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 27 de março de 2019.


PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
PREGOEIRA

PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins que este Edital foi publicado no quadro de editais da Prefeitura de Piên, Piên de 28 de 03 de 2019.

Funcionário Responsável



Prefeitura Municipal de Piên

072

PROTOCOLO

Processo: 691 / 2019

Requerente: **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS** CNPJ: **23.042.258/0001-56**

Contato: **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: LOUSATEC

Tempo Minimo Estimado: **0** dias.

Tempo Maximo Estimado: **0** dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 691 / 2019

Requerente: **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS** CNPJ: **23.042.258/0001-56**

Contato: **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI -**

Telefone:

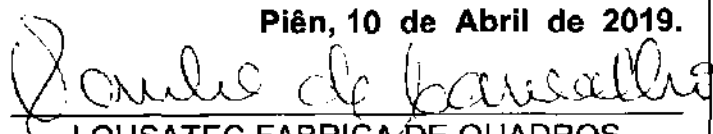
Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: LOUSATEC

Tempo Minimo Estimado: **0** dias.

Tempo Maximo Estimado: **0** dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


LOUSATEC FABRICA DE QUADROS
Requerente

**ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO INDIVIDUAL
PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI 073**
CNPJ/MF: nº 23.042.258/0001-56

Folha: 1 de 4

Pelo presente instrumento do Ato Constitutivo de transformação de **EMPRESÁRIO** para **EIRELI**:

ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO, brasileira, maior, empresaria, solteira, nascida em 23/08/1977, natural de Curitiba-PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 860.110.579-34, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob n.º 36883383/SESP-PR em 05/04/2017, residente e domiciliada na Rua Dulcídio Teixeira de Lara, 60, Bl 02 Apto 403, CIC, CEP: 81230-510 em Curitiba-PR, Titular do Empresário **ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO MARCENARIA - ME**, com sede e domicílio na Rod Gumerindo Boza, 19071, Brcao C, Sede, Campo Magro-PR, inscrita na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE N.º 418.0354171-0 e no CNPJ sob n.º 23.042.258/0001-56, ora transforma seu registro de Empresário em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA — EIRELI**, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980-A da Lei n.º 10406/02, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica transformada esta sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA — EIRELI**, sob a denominação de **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: O endereço do presente Empresário Individual que é na Rodovia Gumerindo Boza, 19071, BRCAO C, Sede, Campo Magro-PR, CEP: 85535-000 fica alterado para **Rodovia Gumerindo Boza, 14863, Galpão 001, Mato Limpo, CEP: 85535-000, Campo Magro-PR**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL: A sociedade que tem por objeto social a exploração do ramo de: **FABRICAÇÃO DE MOVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA, FABRICAÇÃO DE QUADROS NEGROS E ARTEFATOS ESCOLARES, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMESTICO, COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE MOLDURAS E QUADROS DE MADEIRA, SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MOVEIS E REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO**, passa a partir desta data a ter o seguinte objeto: **FABRICAÇÃO DE MOVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA, FABRICAÇÃO DE QUADROS NEGROS E ARTEFATOS ESCOLARES, COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE MOLDURAS E QUADROS DE MADEIRA, SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MOVEIS E REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA - DO AUMENTO DE CAPITAL: O acervo do Empresário Individual que era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em razão da transformação, passa a ser



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/01/2019 15:42 SOB Nº 41600810945.
PROTOCOLO: 186025262 DE 21/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900051136. NIRE: 41600810945.
LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

TRANSMISSÃO MARCOS DAUER REZENDE

**ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO INDIVIDUAL
PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**
CNPJ/MF: nº 23.042.258/0001-56

074

Folha: 2 de 4

alterado para o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, divididos em 100.000 (cem mil) cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme quadro abaixo:

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO	100,00	100000	100.000,00
Total	100,00	100000	100.000,00

CLÁUSULA QUINTA: Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor seguinte.

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI**

ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO, brasileira, maior, empresaria, solteira, nascida em 23/08/1977, natural de Curitiba-PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 860.110.579-34, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº 36883383/SESP-PR em 05/04/2017, residente e domiciliada na Rua Dulcídio Teixeira de Lara, 60, Bl 02 Apto 403, CIC, CEP: 81230-510 em Curitiba-PR, **RESOLVE** constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA EIRELI**, e que regerá mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI girará sob o nome empresarial de **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI**, início das atividades do dia 11/08/2015, CNPJ sob nº 23.042.258/0001-56, será regida por este contrato social, pelo Código Civil Lei. 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá a sua sede na Rodovia Gumerindo Boza, 14863, Galpão 001, Mato Limpo, CEP: 85535-000 em Campo Magro-PR, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da EIRELI será: **FABRICAÇÃO DE MOVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA, FABRICAÇÃO DE QUADROS NEGROS E ARTEFATOS ESCOLARES, COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE MOLDURAS E QUADROS DE MADEIRA, SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MOVEIS E REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO.**

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo em 11 de agosto de 2015. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/01/2019 15:42 SOB Nº 41600810945.
PROTOCOLO: 186025262 DE 21/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900051136. NIRE: 41600810945.
LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

TRANSMISSÃO DE QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO

**ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO INDIVIDUAL
PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**
CNPJ/MF: nº 23.042.258/0001-56

075

Folha: 3 de 4

maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social da EIRELI na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual está totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO	100,00	100000	100.000,00
Total	100,00	100000	100.000,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da EIRELI caberá ao titular ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO, dispensado de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Único - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA: O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/01/2019 15:42 SOB Nº 41600810945.
PROTOCOLO: 186025262 DE 21/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900051136. NIRE: 41600810945.

LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

FRANCO MARCOS RAYCEL BYCATA

ATO CONSTITUTIVO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO INDIVIDUAL
PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CNPJ/MF: nº 23.042.258/0001-56

076

Folha: 4 de 4

propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O endereço do titular, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O titular fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente, cuja importância, e de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE: O Titular da EIRELI declara que:

- a) a sociedade se enquadra na situação de empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, não excedeu o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, observado o disposto no § 2º do mesmo artigo;
- c) a sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O titular elege o Foro da Comarca de Campo Magro-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinados ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelo Titular, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Magro-PR, 12 de novembro de 2018



Alessandra G. de Carvalho
ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO
CPF: 860.110.579-34



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/01/2019 15:42 SOB Nº 41600810945.
PROTOCOLO: 186025282 DE 21/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900051136. NIRE: 41600810945.

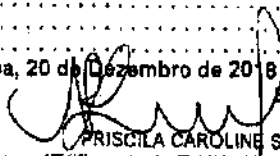
LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

CAMPUS MAGRO RAVENH REGATA

077

Reconheço por VERDADEIRA a(s) assinatura(s) de
 (0194109)-ALESSANDRA COUTO DE CARVALHO.

Curitiba, 20 de Dezembro de 2018

Em test.  de verdade.

PRISCILA CAROLINE SANTOS LISOVSKI - ESCRIVENTE

Selo: rblkn . 4TJKh . yebml - TskjM . UkOmO

Consulte em <http://funarpen.com>.



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/01/2019 15:42 SOB N° 41600810945.
 PROTOCOLO: 186025262 DE 21/12/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11900051136. NIRE: 41600810945.

LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL






PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a Lousatec Fábrica de Quadros Escolares Eireli, com sede Rodovia Gumerindo Boza, N° 14863 – KM 14.3 – Galpão 01, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.042.258/0001-56, Inscrição Estadual sob nº 90739246-58 e Inscrição Municipal sob nº 0116/2016, representada neste ato por seu representante legal, Sra. Alessandra Couto de Carvalho, portador da Cédula de Identidade RG nº 3688338-3 e CPF nº 86.011.057.934, nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. Paulo Roberto Oliveira de Carvalho, portador da Cédula de Identidade RG nº 444949 CPF nº 320.980.739-68, a quem confere amplos poderes para representar a Lousatec Fábrica de Quadros Escolares Eireli perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º 033/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e atas de registro de preços, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante. A presente Procuração é válida até o dia 30 abril 2019.

Campo Magro, 10 de Abril 2019


Alessandra Couto de Carvalho.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO			
NOME: PAULO TORRES OLIVEIRA DE CARVALHO			
CPF: 444949		RG: 252	
CPF: 320.980.799-68		DATA NASCIMENTO: 24/12/1949	
ENDEREÇO: RUA TORRES DE CARVALHO			
RUA OLIVEIRA DE CARVALHO			
PROFISSÃO: AB		CIT. NASC: AB	
NO. REGISTRO: 00889624440		VIGÊNCIA: 03/03/2018	
DATA EMISSÃO: 09/12/2016		DATA EXPIRAÇÃO: 09/12/2016	
ASSINATURA: Paulo de Carvalho			
LOCAL: Curitiba, PR		DATA EMISSÃO: 09/12/2016	
ASSINATURA DO EMISSOR: [Assinatura]		43960541647	
ASSINATURA DO EMISSOR: [Assinatura]			
0811981321			
DETRAN - PR (PARANÁ)			

PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
CONFERE COM O ORIGINAL
RESPONSÁVEL

RESPONSABILITY

DECLARAÇÃO

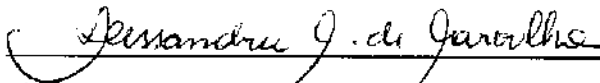
Lousatec Fábrica de Quadros Escolares Eireli, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.042.258/0001-56, por intermédio de seu Representante Legal, Sr. (a) Alessandra Couto de Carvalho, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 3688338-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 86.011.057.934, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial N° 033/2019 nº 509/2019, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ☐ MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. ☒ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. ☐ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Campo Magro, 10 de Abril 2019


Alessandra Couto de Carvalho RG 3688338-3













ANEXO V

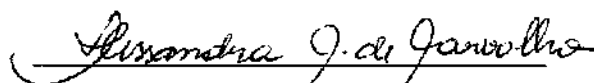
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

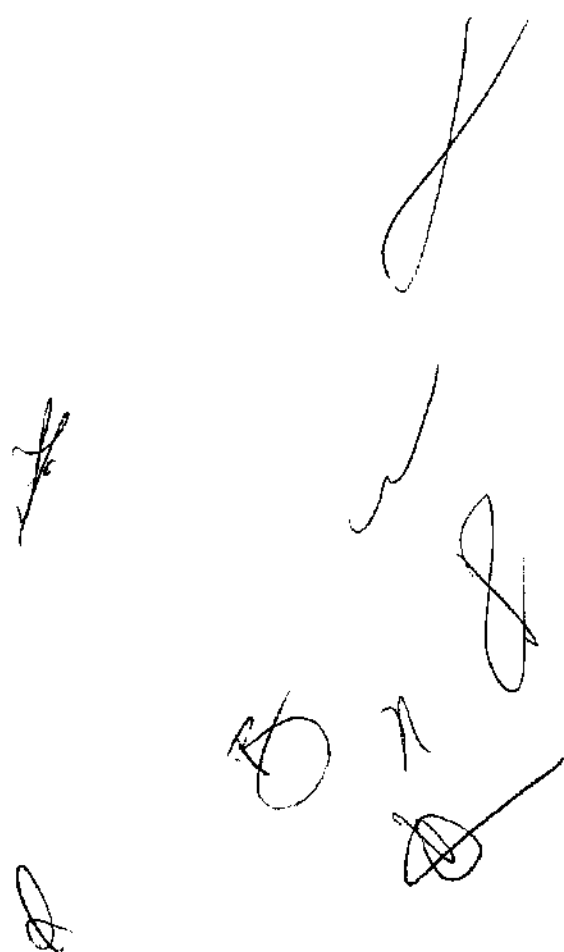
REF. PREGÃO Nº 033 /2019

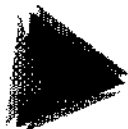
Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa Lousatec Fábrica de Quadros Escolares Eireli, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2019, cujo objeto é QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO.

Campo Magro, 10 de Abril 2019


Alessandra Couto de Carvalho.





Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	
Tipo documento	CNPJ ▼
Número documento	23042258000156
Nome	

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 23042258000156!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 23042258000156

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

084

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:46) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 23.042.258/0001-56.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2C08.3BEB.D408



085

CPF/CNPJ não encontrado. Emita Certidão Negativa de Cadastro.

Certidão negativa de débitos**Seleção do contribuinte**Cadastro: ☐ Imóvel urbano ☐ Imóvel rural ☐ Empresa do município ☒ Empresa de fora ☐ Pessoa física ☐ AutônomoInscrição municipal: CNPJ: **Dados da certidão**

Contribuinte:

Finalidade: **Dados do requerente**Nome: CPF/CNPJ: [Gerar nova certidão](#)[Limpar](#)[Página inicial](#)

LOUSATEC FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI.

ENDEREÇO: ROD. GUMERCINDO BOZA, 14863 – KM 14.3 – GALPÃO 01 BAIRRO: MATO LIMPO, CIDADE: CAMPO MAGRO - PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DATA: 10/04/2019

Lousatec Fabrica de quadros Escolares Eireli

CNPJ: 23:042.258/0001-56

41-3039-8855 – 41-3026-6253

PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Piên

Sra. Pregoeira,

Ref.: Edital de Pregão nº 033/2019

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.**

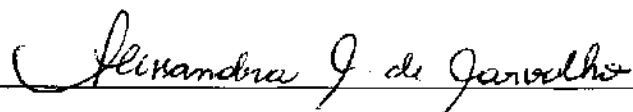
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	MARCA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses.	28	Lousatec	R\$ 1.400,00	R\$ 39.200,00

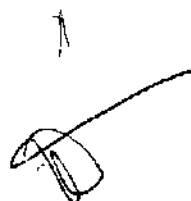
O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

E-mail: Lousatec@lousatec.com.br e loustec,licitacao@gmail.com

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Campo Magro, 10 de abril de 2019.


Alessandra Couto de Carvalho, RG nº 3688338-3





Prefeitura Municipal de Piên

089

PROTOCOLO

Processo: 689 / 2019

Requerente: **NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME**

CNPJ: 17.591.628/0001-01

Contato: **NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: NAMIARE

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.

BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 689 / 2019

Requerente: **NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME**

CNPJ: 17.591.628/0001-01

Contato: **NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: NAMIARE

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.

NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME
Requerente

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 002
TULESKI LOCAÇÕES- EIRELI ME
CNPJ 17.591.628/0001-01
NIRE 41600042310

090

1

MARIO LUIZ TULESKI, brasileiro, natural de Curitiba estado do Paraná, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador da célula de identidade RG 4.867.306-6 SESP-PR e do CPF nº 818.259.609-25, residente e domiciliado na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, 1.º Andar, Bairro Barigui, CEP 83707-642, único sócio da empresa TULESKI LOCAÇÕES EIRELI - ME com sede e foro em Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, 1.º Andar - Bairro Barigui, no CEP 83707-642, registrada na Junta Comercial do Paraná sob n.º 41600042310 de 13/02/2013 e última alteração sob protocolo 164126317 de 01/07/2016 e inscrita no CNPJ sob n.º 17.591.628/0001-01, Resolve, na melhor forma de direito e consoante com o artigo 980-A a lei 10.406/02 e em conformidade com a Lei 12.441/2011 alterar e consolidar o Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª: O empresário Mario Luiz Tuleski que residia na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, 1.º Andar, Bairro Barigui, CEP 83707-642 **passou a residir** em Curitiba Estado do Paraná sito a Rua Coronel Ailton Plaisant, 443 – Bairro Santa Quitéria, CEP 80310-160.

Cláusula 2ª: O Nome Empresarial que era TULESKI LOCAÇÕES EIRELI – ME, **passará a ser NAMIARE MOVEIS EIRELI ME.**

Cláusula 3ª: O endereço da empresa que era na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, Bairro Barigui, 1.º Andar, CEP 83707-642, **passará a ser** na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, Bairro Barigui, CEP 83707-642.

Cláusula 4ª: O objeto social que era: Serviços de Coleta de Resíduos não Perigosos e Aluguel de Máquinas e equipamentos sem Operador, **passa a ser:** Fabricação de móveis em geral com predominância em madeira, metal e outros materiais.

Cláusula 5ª: À vista das modificações ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação.

“CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
NAMIARE MÓVEIS EIRELI ME
NIRE 41600042310
CNPJ 17.591.628/0001-01



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017 16:44 SOB Nº 20172395259.
PROTOCOLO: 172395259 DE 16/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701806394. NIRE: 41600042310.
NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 002
TULESKI LOCAÇÕES- EIRELI ME
CNPJ 17.591.628/0001-01
NIRE 41600042310

091

2

MARIO LUIZ TULESKI, brasileiro, natural de Curitiba estado do Paraná, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador da célula de identidade RG 4.867.306-6 SESP-PR e do CPF nº 818.259.609-25, residente e domiciliado na Curitiba Estado do Paraná sito a Rua Coronel Airton Plaisant, 443 – Bairro Santa Quitéria, CEP 80310-160, Único sócio da empresa **NAMIARE MÓVEIS EIRELI ME** com sede na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, Bairro Barigui, no CEP 83707-642, registrada na Junta Comercial do Paraná sob n.º 41600042310 de 13/02/2013 e última alteração sob protocolo 164126317 de 01/07/2016 e inscrita no CNPJ sob n.º 17.591.628/0001-01

Cláusula 1ª: A empresa gira sob o nome empresarial de **NAMIARE MOVEIS EIRELI ME** com sede na Cidade de Araucária estado do Paraná sito a Avenida das Araucárias, 885, Bairro Barigui, no CEP 83707-642.

Cláusula 2ª : O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um real), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País, pelo empresário:

SÓCIO	COTAS	VALOR R\$	Participação em %
MARIO LUIZ TULESKI	100.000	100.000,00	100,00%

Cláusula 3ª : O objeto social da EIRELI é: Fabricação de móveis em geral com predominância em madeira, metal e outros materiais

Cláusula 4ª : A EIRELI teve inicio de suas atividades em 13/02/2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª : A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017 16:44 SOB Nº 20172395259.
PROTOCOLO: 172395259 DE 16/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701806394. NIRE: 41600042310.
NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 002
TULESKI LOCAÇÕES- EIRELI ME
CNPJ 17.591.628/0001-01
NIRE 41600042310

092

3

Cláusula 6ª: A administração da EIRELI cabe ao titular **MARIO LUIZ TULESKI** com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da EIRELI.

§ 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

Cláusula 7ª: O titular da EIRELI declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Cláusula 8ª: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 9ª: A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Cláusula 10ª : O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 11ª : Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017 16:44 SOB Nº 20172395259.
PROTOCOLO: 172395259 DE 16/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701806394. NIRE: 41600042310.
NAMIARE MOVETS EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 002
TULESKI LOCAÇÕES- EIRELI ME
CNPJ 17.591.628/0001-01
NIRE 41600042310

093

4

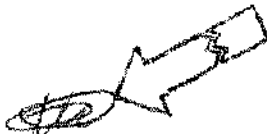
patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

Cláusula 12ª : O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 13ª: Fica eleito o foro de Araucária estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Araucária, PR 08 de Maio de 2017


MARIO LUIZ TULESKI




CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017 16:44 SOB Nº 20172395259.
PROTOCOLO: 172395259 DE 16/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701806394. NIRE: 41600042310.
NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

2º TABELIONATO DE NOTAS DE ARAUCÁRIA - PARANÁ
 Rua Agrim. Carlos Hasselmann, 349 - (641)3843.1212
 Selo Digital Nº 00QR.6TUH6.4u3jM-jatCO.v0064

Valide esse selo em <http://funaropn.com.br>

Reconheço por VERDADEIRA a(s) assinatura(s) de MARIO LUIZ
 TULESKI. Dou fé. Araucária-Paraná. 00 de maio de
 2017.*FGSOZAB0-73B062-74*
 Em Teste da Verdade

Gabriel Moser Galvão Mendes - Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017 16:44 SOB Nº 20172395259.
 PROTOCOLO: 172395259 DE 16/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11701806394. NIRE: 41600042310.
 NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 17/05/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO

LUKE FERNANDO TULESKI

MARIA FERNAL TULESKI

CPF: 008.258.609-25 DATA NASCIMENTO: 01/05/1973

PLACA: 02042034737

VALIDADE: 25/10/2021

13/08/1993

1334132892

1334132892

13022195096

BR011492279

DETRAN-PR (PARANÁ)

PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
 CONFERE COMO ORIGINAL
 RESPONSÁVEL

096

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

CNPJ 17.591.628/0001-01

I.E. 907.50536-70

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

Av das Araucárias, 885 – CEP 83.707.642

Araucária - PR

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

REF. PREGÃO Nº 033/2019

Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa NAMIARE MOVEIS EIRELI ME, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2019, cujo objeto é Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

Araucária, 10 de Abril de 2019


NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

MARIO LUIS TULESKI

RG 4.867.306-6 CPF 818.259.609-25

PROPRIETÁRIO

NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Av das Araucárias, 885 - Araucária - PR - Cep 83.707-642 - Fone/fax: 41-3607.1881

CNPJ: 17.591.628/0001-01 Inscr. Estadual: 907.50536-70

Email: namiaremoveis@gmail.com

097

CNPJ 17.591.628/0001-01

I.E. 907.50536-70

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME**NAMIARE MOVEIS EIRELI ME**Av das Araucárias, 885 – CEP 83.707.642
Araucária - PR**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

A Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

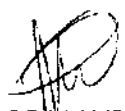
NAMIARE MOVEIS EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.591.628/0001-01, por intermédio de seu Representante Legal, Sr. MARIO LUIS TULESKI, portador da Carteira de Identidade n.º 4.867.306-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 818.259.609-25, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 033/2019, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ☒ **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Araucária, 10 de Abril de 2019


NAMIARE MOVEIS EIRELI ME
MARIO LUIS TULESKI**RG 4.867.306-6 CPF 818.259.609-25**
PROPRIETÁRIO**NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME**

Av das Araucárias, 885 - Araucária - PR - Cep 83.707-642 - Fone/fax: 41-3607.1881

CNPJ: 17.591.628/0001-01 Inscr. Estadual: 907.50536-70

Email: namiaremoveis@gmail.com



Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▼

Número documento: 17591628000101

Nome

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Procurador

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 17591628000101!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 17591628000101

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26
Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

100

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:51) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 17.591.628/0001-01.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2D33.9597.8707



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/05/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 10 de Abril de 2019

NEGATIVA Nº: 480/2019

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJ42QETJ244MXUQQ

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
61395	17.591.628/0001-01		

ENDEREÇO

AV DAS ARAUCARIAS, 885 - BARIGUI CEP: 83707642 Araucária - PR

CNAE / ATIVIDADES

Fabricação de móveis com predominância de madeira

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

102

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

CNPJ 17.591.628/0001-01
I.E. 907.50536-70

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

Av das Araucárias, 885 – CEP 83.707.0
Araucária - PR

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME
AVENIDA DAS ARAUCARIAS, 885 – ARAUCÁRIA PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA: 10/04/2019

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

CNPJ 17.591.628/0001-01

I.E. 907.50536-70

NAMIARE MOVEIS EIRELI MEAv das Araucárias, 885 – CEP 83.707.642
Araucária - PR**ANEXO VI**

razão social: NAMIARE MOVEIS EIRELI ME

CNPJ: 17.591.628/0001-01

Endereço: Avenida das Araucárias, 885 – Araucária PR

Telefone/fac-simile: 41-36071881

e-mail: namiaremoveis@gmail.com**PROPOSTA DE PREÇOS**À Prefeitura Municipal de Piên
Sra. Pregoeira,

Ref.: Edital de Pregão nº 033/2019

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

ITEM 01 QUANTIDADE 28 UNIDADES

QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco.

01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm.

Frete e Instalação inclusos.

Garantia mínima de 12 meses.

MARCA: NAMIARE MODELO QDL

Preço Unitário R\$1.400,00 (Hum mil quatrocentos Reais)

Preço Total R\$39.200,00 (Trinta e nove mil duzentos Reais)

NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

Av das Araucárias, 885 - Araucária - PR - Cep 83.707-642 - Fone/fax: 41-3607.1881

CNPJ: 17.591.628/0001-01 Inscr. Estadual: 907.50536-70

Email: namiaremoveis@gmail.com

CNPJ 17.591.628/0001-01

I.E. 907.50536-70

NAMIARE MOVEIS EIRELI ME**NAMIARE MOVEIS EIRELI ME**

Av das Araucárias, 885 – CEP 83.707.642

Araucária - PR

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Indicar e-mail: namiaremoveis@gmail.com para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Araucária, 10 de Abril de 2019


NAMIARE MOVEIS EIRELI ME**MARIO LUIS TULESKI****RG 4.867.306-6 CPF 818.259.609-25****PROPRIETÁRIO****NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME**

Av das Araucárias, 885 - Araucária - PR - Cep 83.707-642 - Fone/fax: 41-3607.1881

CNPJ: 17.591.628/0001-01 Inscr. Estadual: 907.50536-70

Email: namiaremoveis@gmail.com



Prefeitura Municipal de Piên

105

PROTOCOLO

Processo: 694 / 2019

Requerente: **CWR COMERCIAL LTDA**

CNPJ: 10.524.956/0001-46

Contato: **CWR COMERCIAL LTDA -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: CWR COMERCIAL

Tempo Mínimo Estimado: 0 dias.

Tempo Máximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.

BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 694 / 2019

Requerente: **CWR COMERCIAL LTDA**

CNPJ: 10.524.956/0001-46

Contato: **CWR COMERCIAL LTDA -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: CWR COMERCIAL

Tempo Mínimo Estimado: 0 dias.

Tempo Máximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.

CWR COMERCIAL LTDA
Requerente

CWR COMERCIAL LTDA ME
CNPJ/ME n. 10.524.956/0001-36
NIRE 412.9638728-7

Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho. Comércio varejista de material elétrico. Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. Comércio varejista de artigos de papelaria. Comércio varejista de artigos esportivos. Locação de automóveis sem condutor. Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico. Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho. Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria. Comércio varejista de lubrificantes. Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping. Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal. Serviços combinados de escritório e apoio administrativo. Comércio varejista de artigos de exposição, cortinas e persianas. Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

TABELA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO SÓCIO

[illegible]

PLACUSULA CUARTA. El presente Reglamento de Fomento de la Industria y Comercio de la Provincia de Buenos Aires, queda sancionado y aprobado en su totalidad por el Honorable Concejo Provincial de Buenos Aires, en la Sesión Ordinaria de fecha 11 de Mayo de 1907, y en consecuencia, queda sancionado y aprobado en su totalidad por el Honorable Concejo Provincial de Buenos Aires, en la Sesión Ordinaria de fecha 11 de Mayo de 1907, y en consecuencia, queda sancionado y aprobado en su totalidad por el Honorable Concejo Provincial de Buenos Aires, en la Sesión Ordinaria de fecha 11 de Mayo de 1907.

[illegible]

RUBILAN BRANCALHONI SAPLA, a quem compete o cargo de administrador da sociedade, tendo sido eleito em 08/06/2017 pelo Conselho Deliberativo da Sociedade, para o período de 01/07/2017 a 30/06/2019.

50. $\vec{r} = x\vec{i} + y\vec{j} + z\vec{k}$ is the position vector of a point $P(x, y, z)$ in the 3D space. The vector $\vec{r}$ is called the position vector of the point P with respect to the origin O . The magnitude of the vector $\vec{r}$ is denoted by $|\vec{r}|$ and is equal to the distance of the point P from the origin O . The vector $\vec{r}$ is called the position vector of the point P with respect to the origin O . The magnitude of the vector $\vec{r}$ is denoted by $|\vec{r}|$ and is equal to the distance of the point P from the origin O .

Q11. How do you think the current situation in the world is affecting the U.S. economy?

1. The first step in the process is to identify the problem. This involves gathering information about the situation and understanding the needs of the stakeholders involved.

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased by 100 million. The number of people who are illiterate in the world is 1 billion. The number of people who are illiterate in the world is 1 billion.

Table 1. *Salmonella* serotypes and phage types isolated from the 1997-1998 salmonellosis outbreak in the Netherlands

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
CWR COMERCIAL LTDA - ME
CNPJ/ME nº 13.524.956/0001-46
NIRE 412.0634738-7

108

CLÁUSULA SÉTIMA - NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL - A nova distribuição do capital da sociedade é a seguinte:

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
RUBILAN BRANCALHONI SAPLA	100,00	100,000	100,000,00
LEONARDO STADLER SAPLA	0,00	0,000	0,000,00
TOTAL	100,00	100,000	100,000,00

CLÁUSULA Oitava - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO - Os signatários desta alteração contratual declaram que não possuem qualquer impedimento para a realização da presente alteração contratual, e que a mesma não gera qualquer ônus para a sociedade.

CLÁUSULA NONA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO - A presente alteração contratual consolida todas as alterações anteriores, e a partir desta data, o contrato social da sociedade é o presente instrumento.

CONTRATO SOCIAL - CONSOLIDADO
CWR COMERCIAL LTDA - ME
CNPJ/ME nº 13.524.956/0001-46
NIRE 412.0634738-7

Art. 1º - A sociedade é constituída por:

1) RUBILAN BRANCALHONI SAPLA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 10/05/1978, em São Paulo, SP, inscrita no CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado em São Paulo, SP, Rua 1000, nº 1000, Jd. Primavera, São Paulo, SP, CEP 01305-000, e

2) LEONARDO STADLER SAPLA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 10/05/1978, em São Paulo, SP, inscrita no CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado em São Paulo, SP, Rua 1000, nº 1000, Jd. Primavera, São Paulo, SP, CEP 01305-000, e

Os signatários desta alteração contratual declaram que não possuem qualquer impedimento para a realização da presente alteração contratual, e que a mesma não gera qualquer ônus para a sociedade.

Em 10/05/2018, em São Paulo, SP, compareceram os signatários desta alteração contratual, e assinaram o presente instrumento, em duas vias, uma para cada parte, e uma para a sociedade.

Assinatura do Rubilan Brancalhon Sapla

Assinatura do Leonardo Stadler Sapla

Em 10/05/2018, em São Paulo, SP, compareceram os signatários desta alteração contratual, e assinaram o presente instrumento, em duas vias, uma para cada parte, e uma para a sociedade.

CLÁUSULA SETIMA - CESSAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS - A qualquer tempo, qualquer dos sócios poderá vender, alienar, cessar ou transferir a totalidade ou parte de suas quotas para quem quiser, desde que a transferência não seja para pessoa jurídica, e, nesse caso, a transferência não poderá ser feita para pessoa que não seja residente no Brasil, e, nesse caso, a transferência não poderá ser feita para pessoa que não seja residente no Brasil, e, nesse caso, a transferência não poderá ser feita para pessoa que não seja residente no Brasil.

[illegible]

Parágrafo único. - Os sócios poderão exercer o direito de preferência de compra de quotas de outras sociedades, desde que a quantidade de quotas a serem adquiridas não exceda a quantidade de quotas de que dispõem na sociedade em que exercem o direito de preferência. A preferência de compra de quotas de outras sociedades não se estende às quotas de que dispõem na sociedade em que exercem o direito de preferência.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL. - A administração da sociedade ficará sob a responsabilidade de **PUBILAN BRANCALHONI SAPIA**, que poderá nomear e destituir, a qualquer tempo, o administrador, desde que a nomeação ou destituição não seja feita em prejuízo da sociedade. O administrador será responsável perante a sociedade e os sócios por todos os atos praticados em nome da sociedade, bem como por todos os atos praticados em nome da sociedade que não forem autorizados pelo Conselho de Administração. O nome empresarial da sociedade será usado apenas para as atividades comerciais e industriais da sociedade.

§1º. - O administrador não poderá exercer o direito de administração de outra sociedade, sem a autorização do Conselho de Administração.

§2º. - O administrador não poderá exercer o direito de administração de outra sociedade, sem a autorização do Conselho de Administração.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO. - O administrador declara, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento para exercer o direito de administração da sociedade, bem como que não possui qualquer impedimento para exercer o direito de administração de outra sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - RETIRADA PRET. ANTECIPADA. - A retirada antecipada de quotas da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS. - A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio. A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio. A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio.

Parágrafo único. - A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio. A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio. A administração da sociedade será feita de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JULGAMENTO DAS CONTAS. - O julgamento das contas da sociedade será feito de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio.

Parágrafo único. - O julgamento das contas da sociedade será feito de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio. O julgamento das contas da sociedade será feito de acordo com o disposto no artigo 1.042 do Código de Comércio.

Assinado e rubricado por **PUBILAN BRANCALHONI SAPIA**, administrador da sociedade, em 10/05/2011, no endereço **Av. ...**

Assinado e rubricado por **...**, em 10/05/2011, no endereço **...**

100-443887-128
NIRE 412 0434718
- BIBLIOTECA DE MATERIAIS E AUMENTO DE INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
- BIBLIOTECA DE MATERIAIS E AUMENTO DE INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
- BIBLIOTECA DE MATERIAIS E AUMENTO DE INTERPRETAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

PROCESO DE MA TERMINA - A ELEMENTO JU INTERIORAL DE EXAMEN

7300137401 1403-23

LAUREA SECONDA CLASSE 1970

1. NAME CHARLES ALBERT

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

LEONARDO STALLERMAN
 1900-1960
 1900-1960

POSSIBLY A MISTAKE, STATIONER

MONARD, STALLER, SPP. 1
SPRINGER, SPP. 1
FRISCH, MICHAEL, STALLER

8

2

UNITED STATES
 DEPARTMENT OF JUSTICE
 FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
 WASHINGTON, D. C. 20535

TO : DIRECTOR, FBI (100-441100)
 FROM : SAC, NEW YORK (100-100000)
 SUBJECT: [Illegible]

RE: [Illegible]

DATE: [Illegible]

TIME: [Illegible]

BY: [Illegible]

100-441100-100000

[Illegible text block]

ALL INFORMATION CONTAINED
 HEREIN IS UNCLASSIFIED
 DATE 10-10-2000 BY 60322
 100-441100-100000

[Handwritten marks and signatures]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RUBILAN BRANCALHONI SAPLA

DOC. IDENTIDADE DOC. EMISSOR UF
7319039-1 SESP PR

CPF DATA NASCIMENTO
007.880.519-89 26/03/1981

FILIAÇÃO
ONEY ROBERTO SAPLA
ELEA BRANCALHONI SAPLA

REPRESSÃO ACC CAT 000
00000000000000000000000000000000

Nº SACOSTO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
24/05/1999

OPERAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO
ARAUCARIA, PR 21/10/2014

ASSINATURA DO EMISSOR 98446893611
PR908255162

DETRAN-PR (PARANÁ)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 945960719

PROIBIDO REPRODUZIR

PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
CONFERE COM O ORIGINAL
RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

A Empresa **CWR COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.524.956/0001-46, situada na rua Pedro Druszc, 630, sala 04, Araucária-PR, CEP 83.702-080, neste ato representada por seu Representante Rubilan Brancalhoni Sapla, empresário, casado, portador da cédula de identidade/RG nº 7.319.359-1, inscrito no CPF/MF sob o n. 007.880.519-89, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

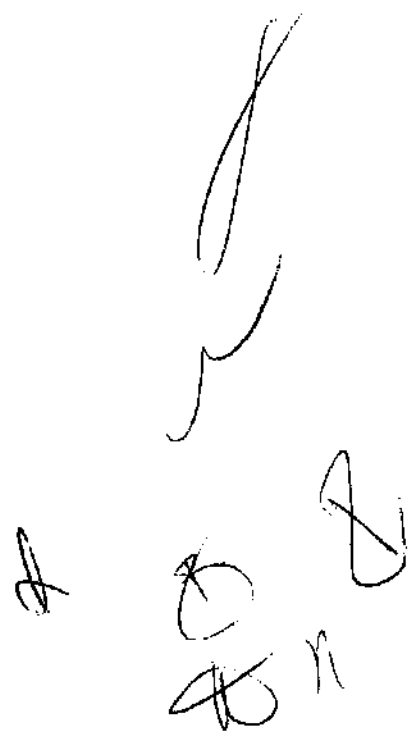
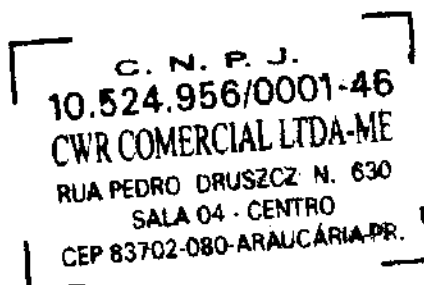
1. () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. (**X**) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

Caso assinalada a opção (1) ou (2), DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Araucária, 10 de Abril de 2019.


CWR Comercial Ltda
Rubilan Brancalhoni Sapla
Sócio Administrador



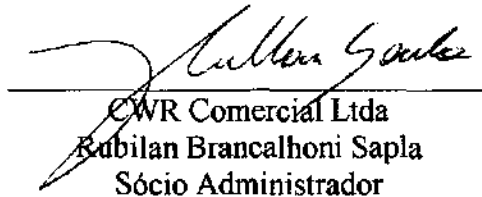
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO Nº 33/2019

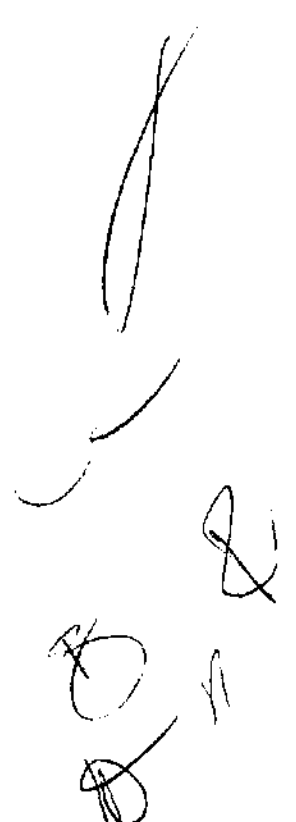
Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a Empresa **CWR COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.524.956/0001-46, situada na rua Pedro Druszc, 630, sala 04, Araucária-PR, CEP 83.702-080, neste ato representada por seu Representante Rubilan Brancalhon Sapla, empresário, casado, portador da cédula de identidade/RG nº 7.319.359-1, nos termos da 6ª Alteração do Contrato Social cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 33/2019, cujo objeto é Registro de preços para eventual aquisição de materiais de proteção e segurança em atendimento as secretarias municipais

Araucária, 10 de Abril de 2019.


CWR Comercial Ltda
Rubilan Brancalhon Sapla
Sócio Administrador

C. N. P. J.
10.524.956/0001-46
CWR COMERCIAL LTDA-ME
RUA PEDRO DRUSCZ N. 630
SALA 04 - CENTRO
CEP 83702-080-ARAUCÁRIA-PR.



**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

116

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	Tipo documento	CNPJ	Número documento	10524956000146
Nome				

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 10524956000146!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 10524956000146

LIMPAR**Data da consulta:** 10/04/2019 14:55:59**Data da última atualização:** 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------

Nenhum registro encontrado



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/05/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 10 de Abril de 2019

NEGATIVA Nº: 483/2019

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJ42QETJ244MXUSX

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: CWR COMERCIAL LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA
DE FORA

60062

CNPJ/CPF

10.524.956/0001-46

INSCRIÇÃO ESTADUAL

41206347387

ALVARÁ

ENDEREÇO

RUA PEDRO DRUSZCZ, 630 CEP: 83702080 Araucária - PR

CNAE / ATIVIDADES

Não definidas

Emitido por: << Equiplano Público Web >>



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade¹¹⁹

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 15:01) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 10.524.956/0001-46.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2F66.E7CC.8270

CWR COMERCIAL LTDA

CNPJ: 10.524.956/0001-46

ENDEREÇO: Pedro Druszc, 630 Sala 04 Centro Araucária – PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DATA:10/04/2019

A Prefeitura Municipal de Piên - PR.
 Pregão Presencial Nº 033/2019.
 Processo nº 578/2019
 Abertura: 10/04/2019 as 15:00 horas
 Aquisição de Quatros Lousas

CWR COMERCIAL LTDA ME

CNPJ/MF nº 10.524.956/0001-46 Insc. Estadual: 90471995-11
 Endereço: Pedro Druszc, 630, sala 04, Araucária – PR. CEP 83.702-080
cwrcomercial@hotmail.com Fone(fax): (41) 3607-3244
 Banco do Brasil:Ag: 1467-2 C/C: 32080-3

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses. Marca: América	Uni	28	R\$ 1.590,00	R\$ 44.520,00

Valor da proposta: R\$ 44.520,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reais).

No valor ofertado estão inclusos todos os custos e despesas, tais como: instalação dos quadros nos locais indicados pela prefeitura, tributos incidentes, taxa de administração, embalagens, transportes/frete, seguros, lucro e outros que direta ou indiretamente tenha relação com o objeto deste edital e seus anexos.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) corridos a contar da data de sua apresentação.

Prazo de Garantia dos produtos será conforme edital.

O prazo de entrega após a emissão da Requisição de Empenho será de 30 dias úteis.

Declaramos estar de acordo com as especificações e condições expostas no Edital e Termo de Referência.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006.

Araucária, 10 de Abril de 2019.

CWR COMERCIAL LTDA

RUBILAN BRANCALHONI SAPLA

RG : 7.319.359 - 1

Representante Legal

C. N. P. J.

10.524.956/0001-46

CWR COMERCIAL LTDA-ME

RUA PEDRO DRUSCZ N. 630

SALA 04 - CENTRO

CEP 83702-080-ARAUCÁRIA-PR



Prefeitura Municipal de Piên

122

PROTOCOLO

Processo: 690 / 2019

Requerente: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS** CNPJ: 08.331.877/0001-77

Contato: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA -**

Telefone:

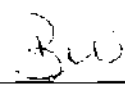
Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: ADVANCED

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 690 / 2019

Requerente: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS** CNPJ: 08.331.877/0001-77

Contato: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA -**

Telefone:

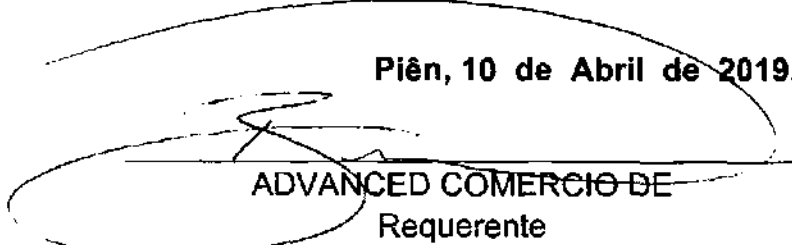
Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: ADVANCED

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


ADVANCED COMERCIO DE
Requerente

ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF 08.331.877/0001-77

STEFANY ALBERTI, brasileira, empresária, solteira, nascida em Curitiba-PR em 12/04/1996, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua Ângelo Slompo, 229 - casa 03 - Santa Felicidade - CEP 82020-480, R.G 11.137.721-9/SESP/PR e CPF 077.439.189-80 e **EVERTON DALAVECHIA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em Curitiba-PR em 09/12/1985, residente e domiciliado em Curitiba-PR à Rua Manoel Silvério dos Santos, 603 - Butiatuvinha - CEP 82400-200, R.G 8.385.058-2/SESP/PR e CPF 048.334.839-20, únicos componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome comercial **ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, com sede em Curitiba/PR à Av. Manoel Ribas, 7423, Cj 01 - Santa Felicidade - CEP 82400-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41205791496 em 22/09/2006 e última alteração contratual de nº 20164842624 de 16/08/2016, resolvem ALTERAR o Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio **EVERTON DALAVECHIA**, cedendo e transferindo, por venda onerosa, as 500 (quinhentas) quotas que possui pelo valor nominal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI**, brasileira, casada com regime de comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, vendedora, nascida em 12/09/1968, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua Ângelo Slompo, 229 - casa 03 - Santa Felicidade - CEP 82020-480, R.G 4.935.075-9/SESP/PR e CPF 720.903.329-72, à qual dá plena, geral e raza quitação da cessão das quotas ora efetuada.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sócia **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI** ingressa pelo presente ato na sociedade e DECLARA conhecer a situação econômico financeira da mesma, ficando desta forma sub-Rogada nos direitos e obrigações do presente instrumento; DECLARA ainda que não está incurso em nenhum crime previsto em Lei que a impeça de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA TERCEIRA: Após as alterações o Capital Social de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), integralizado em moeda corrente do país, permanece dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma e assim subscrito:

	Quotas	Valor R\$
STEFANY ALBERTI	49.500	49.500,00
GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI	500	500,00
Total	50.000	50.000,00

CLÁUSULA QUARTA: Permanece investida como **administradora** da sociedade a sócia **STEFANY ALBERTI**, à qual cabe **individualmente** a responsabilidade ou a representação ativa e passiva da mesma, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/08/2017 11:53 SOB Nº 20175380430.
PROTOCOLO: 175380430 DE 17/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703221407. NIRE: 41205791496.
ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/08/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

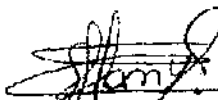
ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF 08.331.877/0001-77

CLÁUSULA QUINTA: A administradora declara sob as penas da Lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

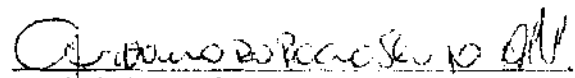
CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Lavrado em 01 uma via.

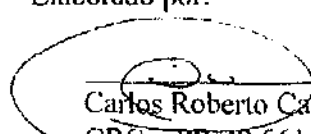
Curitiba, 27 de Julho de 2017.


STEFANY ALBERTI


EVERTON DALAVECHIA


GIOVANA DO R. SLOPPE ALBERTI

Elaborado por:


Carlos Roberto Casagrande
CRC - PR-42.561/O-2



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/08/2017 11:53 SOB Nº 20175380430.
PROTOCOLO: 175380430 DE 17/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703221407. NIRE: 41205791496.
ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 21/08/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

CARTÓRIO DE SANTA FELICIDADE

Av. Manoel Ribas, 8031 s/roja fone:(041)33721671
 Selo Nº dEXYJ.Ka3IX.wkaIX-5YUd6.f5n8R

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por Verdadeira as assinaturas retro
 indicadas de STEFANY ALBERTI e GIOVANA DO
 ROCIO SLOMPO ALBERTI. Dou fé: *104525F*****

Curitiba-PR, 08 de agosto de 2017.

Em Teste da Verdade:

Jonas Brasil das Chagas Lima - Escrevente Substituto

CARTÓRIO DE SANTA FELICIDADE

Av. Manoel Ribas, 8031 s/roja fone:(041)33721671

Selo Nº NEXFp.2bIdr.DrNHG-mLIJ7.4ZwCr

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por Verdadeira a assinatura retro indicada
 de EVERTON DALAVECHIA. Dou fé: *13513F*****

Curitiba-PR, 08 de agosto de 2017.

Em Teste da Verdade:

Jefferson Tullio - Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/08/2017 11:53 SOB Nº 20175380430.
 PROTOCOLO: 175380430 DE 17/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11703221407. NIRE: 41205791496.
 ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 21/08/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF 08.331.877/0001-77

126

ZEILA THOALDO CANTERI, brasileira, casada com regime de comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, empresária, nascida em 12/06/1973, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua João Santo Miola, 51 - Butiatuvinha - CEP 82320-280, R.G 5.134.196-1/SESP/PR e CPF 856.866.039-87 e **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI**, brasileira, casada com regime de comunhão universal de bens na vigência da Lei 6.515/77, empresária, nascida em 12/09/1968, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua Angelo Slompo, 99 - Santa Felicidade - CEP 82020-480, R.G 4.935.075-9/SESP/PR e CPF 720.903.329-72, únicas componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome comercial **ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, com sede em Curitiba/PR à Av. Manoel Ribas, 7423, Cj 01 - Santa Felicidade - CEP 82400-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41205791496 em 22/09/2006, resolvem ALTERAR o Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade a sócia **ZEILA THOALDO CANTERI** cedendo e transferindo, por venda onerosa, as 25.000 (vinte e cinco mil) quotas que possui pelo valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) à **STEFANY ALBERTI**, brasileira, estudante, solteira, nascida em Curitiba-PR em 12/04/1996, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua Angelo Slompo, 99 - Santa Felicidade - CEP 82020-480, R.G 11.137.721-9/SESP/PR e CPF 077.439.189-80, à qual dá plena, geral e raza quitação da cessão das quotas ora efetuada.

CLÁUSULA SEGUNDA: Retira-se da sociedade a sócia **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI** cedendo e transferindo, por venda onerosa, 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) quotas que possui pelo valor nominal de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) à sócia ingressante **STEFANY ALBERTI**, anteriormente qualificada, à qual dá plena, geral e raza quitação da cessão das quotas ora efetuada. A sócia retirante **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI**, cede e transfere ainda, por venda onerosa, 500 (quinhentas) quotas que possui pelo valor nominal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a **EVERTON DALAVECHIA**, brasileiro, solteiro, Auxiliar de Produção, nascido em Curitiba-PR em 09/12/1985, residente e domiciliado em Curitiba-PR à Rua Manoel Silvério dos Santos, 603 - Butiatuvinha - CEP 82400-200, R.G 8.385.058-2/SESP/PR e CPF 048.334.839-20, ao qual dá plena, geral e raza quitação da cessão das quotas ora efetuada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Os sócios **STEFANY ALBERTI** e **EVERTON DALAVECHIA** ingressam pelo presente ato na sociedade e DECLARAM conhecer a situação econômico financeira da mesma, ficando desta forma sub-Rogados nos direitos e obrigações do presente instrumento; DECLARAM ainda que não estão incurso em nenhum crime previsto em Lei que os impeça de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA QUARTA: Após as alterações o Capital Social de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), integralizado em moeda corrente do país, permanece dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma e assim subscrito:

	Quotas	Valor R\$
STEFANY ALBERTI	49.500	49.500,00
EVERTON DALAVECHIA	500	500,00
Total	50.000	50.000,00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2016 15:26 SOB Nº 20164842624.
PROTOCOLO: 164842624 DE 09/08/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601516540. NIRE: 41205791496.
ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/08/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF 08.331.877/0001-77

127

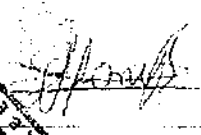
CLÁUSULA QUINTA: Fica investida como administradora da sociedade a sócia **STEFANY ALBERTI**, à qual cabe **individualmente** a responsabilidade ou a representação ativa e passiva da mesma, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA SEXTA: A administradora declara sob as penas da Lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

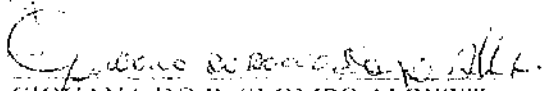
Lavrado em 01 uma via.

Curitiba, 20 de Maio de 2016.

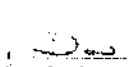

STEFANY ALBERTI


EVÊRTON DALAVECHIA


ZEILA THOALDO CANTERI


GIOVANA DO R. SLOPPE ALBERTI

Elaborado por:


Carlos Roberto Casagrande
CRC PR-42.561/O-2



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2016 15:26 SOB Nº 20164842624.
PROTOCOLO: 164842624 DE 09/08/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601516540. NIRE: 41205791498.

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/08/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

100 TABELA DE CURITIBA
 CNPJ 75.228.866/0001-53
 R. CANDIDO LOPES, 289 - LO 09
 GALERIA TIJUCAS-CEP: 80020-060

**RECOMENDADO: 40163477788XX

4X390.94PK8.D08M-28Zch.288.
 Valido esse selo em http://funarpen.com.br
 RECONHECIMENTO COM VERDADEIRA AUTENTICA
 FIRMA DE LUIS FELIPE DO ESPRITO SANTO
 (537756) //

====DO QUE DOU FE.====
 CURITIBA-PR, 20 de julho de 2016.

Luiza Priscilla Frizon
 Escrevente

CARTÓRIO DE SANTA FELICIDADE
 Av. Manoel Ribas, 6031 - Jd. Tupy (047) 33721671
 Selo Nº VuWUc.9UisE.3Es2B-nuOLI.OTdF
 Valide esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por Verdadeira as assinaturas retro
 indicadas de STEFANY ALBERTI, GIOVANA DO
 RÓCIO SLOMPO ALBERTI e EVERTON
 DALAVECHIA. Dou fe. *1303242*****

Curitiba-PR, 17 de julho de 2016.

Em Teste da Verdade

Luiz Felipe do Espírito Santo - Escrevente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2016 15:26 SOB Nº 20164842624.
 PROTOCOLO: 164842624 DE 09/08/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11601516540. NIRE: 41205791496.
 ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME



Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 16/08/2016
 www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
 Informando seus respectivos códigos de verificação

**ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL**

ZEILA THOALDO CANTERI, brasileira, casada com regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Auditora, nascida em 12/06/1973, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua João Santo Miola, 51 - Butiafuvinha - CEP 82320-280, R.G. 5.134.196-1/PR e CPF 856.866.039-87 e **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI**, brasileira, casada com regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, do lar, nascida em 12/09/1968, residente e domiciliada em Curitiba-PR à Rua Ângelo Slompo, 99 - Santa Felicidade - CEP 82020-480, R.G. 4.935.075-9/PR e CPF 720.903.329-72, resolvem constituir uma sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome comercial de **ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá a sua sede à **AV. MANOEL RIBAS, 7423 - CJ 01 - SANTA FELICIDADE - CURITIBA/PR - CEP 82400-000**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade será **COMÉRCIO VAREJISTA DE: MÓVEIS, QUADROS, MADEIRA E SEUS ARTEFATOS, MATERIAIS ELÉTRICOS PARA CONSTRUÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, ARTIGOS DE PAPELARIA, MATERIAL DIDÁTICO OU ESCOLAR E ARTIGOS DE ESCRITÓRIO**.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social é de **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país, dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de **R\$ 1,00** (um real) cada uma e assim subscritas:

	Quotas	Valor R\$
ZEILA THOALDO CANTERI	25.000	25.000,00
GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI	25.000	25.000,00
Total	50.000	50.000,00

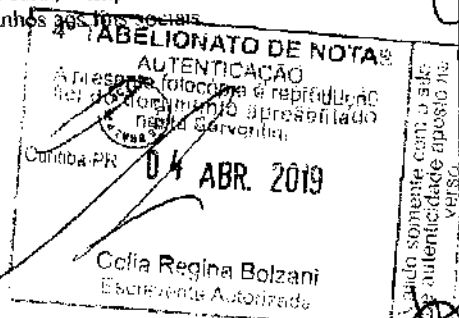
CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciará suas atividades em 05/10/2006 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

Parágrafo Único: Se um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar essa intenção ao outro sócio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que, nesse prazo, seja exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, nos termos do art. 1.052 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil).

CLÁUSULA OITAVA: Ficam investidas como administradoras da sociedade as sócias **ZEILA THOALDO CANTERI** e **GIOVANA DO ROCIO SLOMPO ALBERTI**, às quais cabe individualmente a responsabilidade ou a representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.



ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA: A sociedade não poderá prestar fiança, aval, ou qualquer outra forma de garantia, mesmo garantia real a terceiros, inclusive às pessoas físicas dos sócios, ainda que representem a maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término do exercício social em 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço no término de cada exercício social serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social, podendo os sócios optar pelo aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Caberá às sócias decidirem sobre os negócios da sociedade nos termos do art. 1.010 da Lei 10.406/2002 e as deliberações sociais nos termos no art. 1.071 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo abrir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, por deliberação dos sócios nos termos do art. 1.010 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As sócias poderão de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, pelo exercício de administração da sociedade, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.

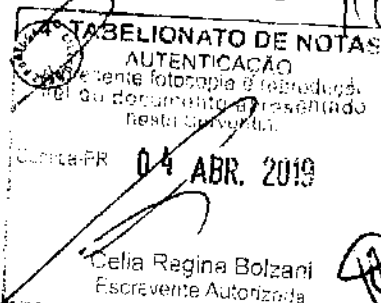
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A morte de um dos sócios não dissolverá necessariamente a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido poderão ingressar na sociedade, desde que haja o consentimento dos sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de não ser admitida a inclusão dos herdeiros na sociedade, serão apurados os haveres do sócio falecido, mediante balanço especialmente levantado e apurado o patrimônio líquido com avaliação real dos bens por avaliador escolhido de comum acordo, ou por arbitramento judicial em caso de discordância. Os herdeiros do sócio falecido receberão seus haveres de acordo com condições acertadas entre as partes.

Parágrafo Segundo: Deverão os herdeiros do sócio falecido, em qualquer hipótese, manifestar o seu interesse de ingressar na sociedade no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do óbito, através de comunicação escrita, devendo a sociedade em igual prazo responder sobre sua concordância.

Parágrafo Terceiro: Até que se decida sobre a participação dos herdeiros na sociedade, ou apuração de seus haveres, eles serão representados por um dentre eles, devidamente credenciado e autorizado pelos demais, que acompanhará e fiscalizará os negócios da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As administradoras declaram sob as penas da Lei que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



**ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL**

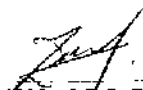
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A sociedade representada por todos os sócios DECLARA, para os fins do art. 5º da Lei nº 9841/99, que:

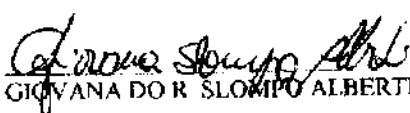
- a) se enquadra na situação de Microempresa;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no presente exercício, não excederá o limite fixado no inciso I do art. 2º da Lei nº 9841/99, observado o disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo;
- c) não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Curitiba-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

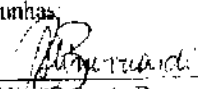
Lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

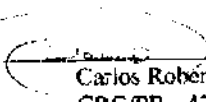
Curitiba, 18 de Setembro de 2006


ZEILA THOALDO CANTERI

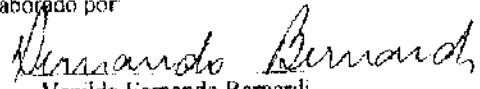

GIOVANA DO R. SLOPPE ALBERTI

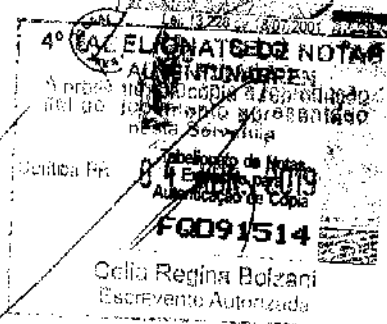
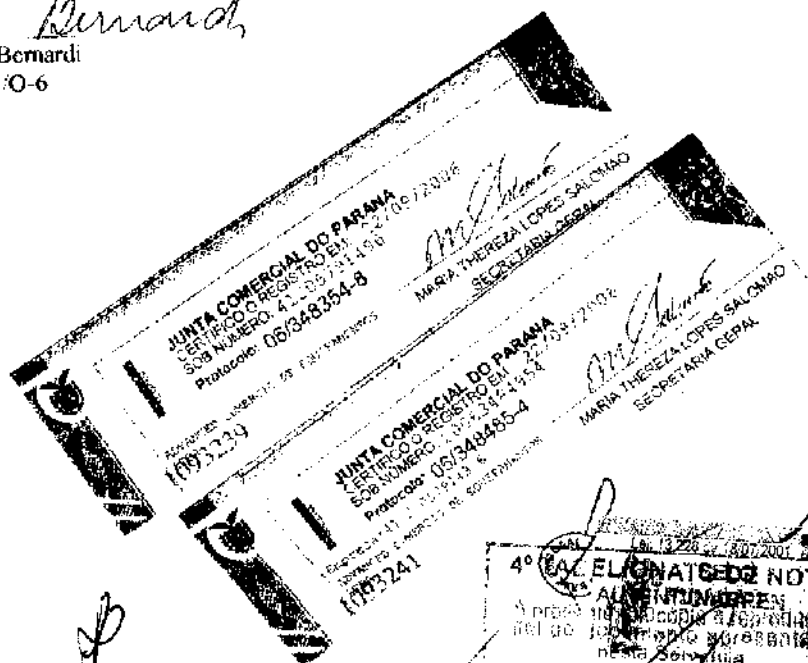
Testemunhas:


Aliné Roberta Bernardi Paese
RG - 4.850.889-8/PR


Carlos Roberto Casagrande
CRC/PR - 42.561

Elaborado por


Vanildo Fernando Bernardi
CRC - PR-022181/O-6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

PAULO CESAR ALBERTI

CPF: 077.439.189-80 DATA DE NASCIMENTO: 12/04/1996

ENDEREÇO: RUA DO RÓCIO, 3100 ALBERTI

PROFISSÃO: MOTORISTA

DATA DE EMISSÃO: 25/08/2013 DATA DE VALIDADE: 13/12/2018

06255670294

1248116935

PROVA DE PLASTIFICAR

1248116935

Assinatura do Titular

LOCAL: CURITIBA, PR DATA DE EMISSÃO: 19/02/2016

11658501169

PROVA DE PLASTIFICAR

1248116935

DETRAN - PR (PAGAR)

4º TABELÃO

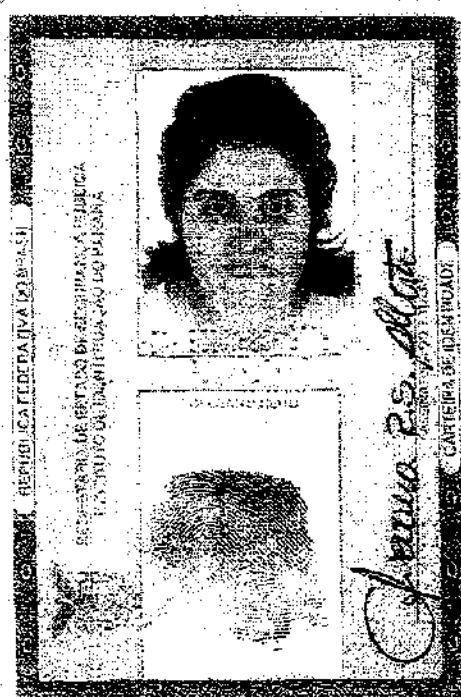
Curitiba-PR

05 DEZ. 2013

Tabuleiro de Notas
 Exclusivo para
 Autenticação de Cópia

FPL88727

Carla Regina Bolzani



VAZ DA PATRULHA DE TRAFICANTES NACIONAIS

Nome: **GIOVANA DO Rocio SIOMPO ALBERTI**

CPF: **4.935.078-9**

Assinatura: **07/11/1997**

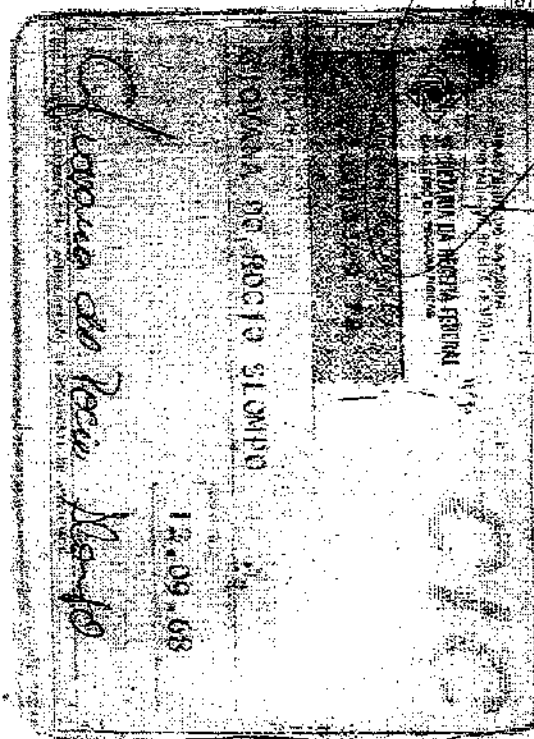
Endereço: **TEREZINHA VAZ PROLIMA SIOMPO**

Cidade: **CRICIÚBA/PR**

Estado: **PR**

Data de Nascimento: **12/09/1968**

Assinatura do Detentor: **Detentor do Nascimento: RUA**



TABELAÇÃO DE NOTAS

Para autenticação de cópia e reprodução
do documento apresentado
na Serventia.

PR 13 DEZ. 2018

Exclusivo para
Autenticação de Cópia
Celia Regina Bolzani
Escrivente Autorizada

90.000/7535

28/11/88

DRF - CUNHIBA

TABELAÇÃO DE NOTAS

AUTENTICAÇÃO

Este documento é reprodução
do documento apresentado
na Serventia.

PR 13 DEZ. 2018

Celia Regina Bolzani
Escrivente Autorizada

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FP076238

Válido somente com o selo
de autenticação apostado no
verso.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.331.877/0001-77 e no Cadastro Estadual sob o nº. 903.848.44-83, com sede na Av. Manoel Ribas, nº. 7.423, bairro Santa Felicidade, CEP: 82.400-000, Curitiba/PR, neste ato representado por sua representante legal a Sr. **STEFANY ALBERTI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI/RG nº. 11.137.721-9 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 077.439.189-80.

OUTORGADO: **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº. 06.213.683/0001-41, com sede à Rua Jose Merhy, nº. 1266, bairro Boa Vista, Curitiba/PR, CEP: 82.660-440, telefone (41) 3019-7434, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade (RG) nº. 5.673.153-9 SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 792.323.299-72.

PODERES: Pelo Presente instrumento de mandato a Outorgante confere ao Outorgado plenos poderes para atuar perante aos órgãos da Administração Pública direta e indireta das esferas federal, estadual ou municipal, bem como, nos órgãos integrantes do terceiro setor, sistema S, fundações, Ong's e OSCIP, em especial, participar como preposto em licitações, concorrências, dispensas e convite, inclusive praticar de todos os atos negociais compatíveis à participação, podendo para tanto, apresentar e retirar documentos, esclarecer e impugnar termos e editais ou avisos específicos, interpor recursos contra o resultado, além de contra-recursos, solicitar e prestar declarações e esclarecimentos, assinar atas e demais documentos, inclusive, formular lances na fase competitiva da licitação que combor o preço final da proposta original ou desistir deste, requer, na fase permitida, assistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, praticar, enfim, todos os atos em direito permitidos para o bom e fiel do presente mandato, **podendo substabelecer no todo ou em parte**. Arcando o Outorgante, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil por todas as obrigações contraiadas por foro dos poderes aqui conferidos, respondendo diretamente pelas sanções previstas pela inexecução contratual, irregularidade na documentação de qualificação ou danos causados a contratante ou a terceiros e pelo ressarcimento das perdas e prejuízos sofridos pela Outorgada no cumprimento deste mandato. **Esta outorga de poderes é válida tão somente do dia 19/12/2018 até a data 31/12/2019.**

Fazer a expressão da verdade, firma o presente.

CURITIBA (PR), 19 de dezembro de 2018.

4º TABELIONATO DE NOTARIAS AUTENTICAÇÃO A presente fotocópia é reproduzida fiel do documento apresentado nesta Serventia.	ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME STEFANY ALBERTI	08.331.877/0001-77
Curitiba-PR 04 ABR. 2019 Celia Regina Bolzani Escrivente Autorizada	ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 08.331.877/0001-77 AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000 Tel: 41 3677- 6434	ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01 SANTA FELICIDADE - CEP 82400-000 CURITIBA - PR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DA JUSTICA DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICACAO NACIONAL DE IDENTIFICACAO	
NOME LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	
DATA DE NASCIMENTO 26/03/1973	LOCAL DE NASCIMENTO SAO JESUS - SP
NÚMERO DE IDENTIFICACAO 782.323.295-72	
NOME DO TITULAR MARIA HELENA BUENO DE OLIVEIRA	
DATA DE EMISSAO 09/03/2017	LOCAL DE EMISSAO SAO JESUS - SP
NÚMERO DE IDENTIFICACAO 02210353692	
DATA DE VALIDACAO 09/03/2027	
DATA DE EXPIRACAO 24/03/1997	
FOTOGRAFIA	
ASSINATURA	
LOCAL DE EMISSAO SAO JESUS - SP	
DATA DE EMISSAO 09/03/2017	
NÚMERO DE IDENTIFICACAO 02210353692	
DATA DE EXPIRACAO 24/03/1997	

4º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICACAO
Fotocópia e reprodução
do documento apresentado
nesta cartilha.

13228 de 2014
SECO
FUNARPEN
Cantiba-PR
04 ABR. 2019

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

Regina Bolzani
Pereira Autorizada

F0091516

Valido somente para fins de autenticação apostado no
de autenticação apostado no

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
CNPJ: nº 06.213.683/0001-41
NIRE: 412.0808322-1

136

Folha: 1 de 4

O abaixo identificado e qualificado:

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 26/10/1973, inscrito no CPF/MF sob nº. 792.323.299-72, portador da carteira de identidade RG nº. 5.673.153-9 SESP/PR e CNH nº. 02210353692 DETRAN/PR, residente e domiciliada na Rua Máximo João Kopp, 346, Apto. 010, BL. B, Térreo, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP: 82630-492.

Tem constituída entre si, uma sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, com sede na Rua José Merhy, 1266, Boa Vista, Curitiba/PR, CEP: 82560-440, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 06.213.683/0001-41, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº. 412.0808322-1 em 09/09/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL - O capital social que é de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), divididos em 79.000 (setenta e nove mil) quotas de capital no valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é elevado para R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), divididos em 88.000 (oitenta e oito mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

§1º - FORMA E PRAZO: O aumento de capital acima previsto e consolidado, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), é inteiramente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país.

§2º - NOVA DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL: Em virtude das modificações havidas, o capital social, inteiramente integralizado em moeda nacional, fica assim distribuído:

NOME	(%)	Quotas	Valor R\$
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	100.00	88.000	88.000,00
TOTAL	100.00	88.000	88.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA TRANSFORMAÇÃO - Fica transformada esta sociedade em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, sob o nome empresarial de **SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI ME**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ATO CONSTITUTIVO - EIRELI - Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor a seguir:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2016 09:46 SOB Nº 20160838622.
PROTOCOLO: 160838622 DE 15/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160838622. NIRE: 41600434013.
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETARIA GERAL
CURITIBA, 21/03/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
CNPJ: nº. 06.213.683/0001- 41
NIRE: 412.0808322-1

137

Folha: 2 de 4

SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI ME
CNPJ/MF: nº. 06.213.683/0001- 41

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 26/10/1973, inscrito no CPF/MF sob nº. 792.323.299-72, portador da carteira de identidade RG nº. 5.673.153-9 SESP/PR e CNH nº. 02210353692 DETRAN/PR, residente e domiciliada na Rua Máximo João Kopp, 346, Apto. 010, BL. B, Térreo, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP: 82630-492.

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI girará sob o nome empresarial de **SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI ME**, com sede na Rua José Merhy, 1266, Boa Vista, Curitiba/PR, CEP: 82560-440, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 06.213.683/0001- 41.

CLÁUSULA SEGUNDA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A empresa iniciou suas atividades em 03/05/2004 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente da titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA TERCEIRA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

CLÁUSULA QUARTA – OBJETO SOCIAL: A empresa terá por objeto a exploração no ramo de: Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; prestação de serviços à empresas; preparação de documentos, serviços especializados de apoio administrativo; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação para instalação e treinamento de equipamentos de informática; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), dividido em 88.000 (oitenta e oito mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscritas e já integralizadas, em moeda corrente do País, distribuídas da seguinte forma:

NOME	(%)	Quotas	Valor R\$
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	100.00	88.000	88.000,00
TOTAL	100.00	88.000	88.000,00

CLÁUSULA SEXTA- RESPONSABILIDADE DO TITULAR: A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2016 09:46 SOB Nº 20160838622.
PROTOCOLO: 160838622 DE 15/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160838622. NIRE: 41600434013.
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 21/03/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
CNPJ: nº 06.213.683/0001-41
NIRE: 412.0808322-1

138

Folha: 3 de 4

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO: A empresa será administrada pelo titular, **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI.

§1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§2º - Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÃO: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA NONA – DO EXERCÍCIO SOCIAL: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação ao seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RETIRADA DE PRO-LABORE: O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO: Fica eleito o foro de Curitiba/PR, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente ato constitutivo de EIRELI.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2016 09:46 SOB Nº 20160838622.
PROTOCOLO: 160838622 DE 15/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160838622. NIRE: 41600434013.
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 21/03/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
CNPJ: nº 06.213.683/0001-41
NIRE: 412.0808322-1

139

Folha: 4 de 4

E, por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina, o presente instrumento particular de ato constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, em 01 (uma) via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba/PR, 25 de Janeiro de 2016.



LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2016 09:46 SOB Nº 20160838622.
PROTOCOLO: 160838622 DE 15/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160838622. NIRE: 41600434013.
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 21/03/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

LUCAS COMDEIRO SARANSKI
Escrevente Juramentado

TABELIONATO BACELLAR	
Distrito do Bacacheri	
ROGERIO PORTUGAL BACELLAR FILHO	
TABELIAO DESIGNADO	
Reconheço a(s) firma(s) de:	
[3712] LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA...	
pela forma VERDADEIRA.	
Em testemunho da verdade.	
Curitiba, 03 de Fevereiro de 2016	
127-PRISCILA RODRIGUES CASTILHO	
ESCREVENTE JURAMENTADA	
IGCM	
IFUNARPEN - SELLO DIGITAL	
lrnX0c . 9tmVZ . 0Yije - Y3tt7 . 2mPS	
Valide esse selo em	
http://funarpen.com.br	



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2016 09:46 SOB Nº 20160838622.
PROTOCOLO: 160838622 DE 15/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160838622. NIRE: 41600434013.
SIEG - APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 21/03/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PR
A/C PREGOEIRO (A) E COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REF.: PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019

SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento particular de substabelecimento de procuração, a empresa, **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.213.683/0001-41, inscrição estadual nº 90.305.059-45, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Luiz Fernando de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 5.673.153-9 SSP/PR e do CPF nº 792.323.299-72. **Substabelece** o Dr. Bruno César Barboza, com endereço na Avenida Argolo, nº 490, sala 102, Centro, São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, Advogado, inscrito na OAB/SC 36443, portador do RG nº 4.425128 e CPF nº 065239679-80. **Com reserva de poderes**, para atuar perante aos órgãos da Administração Pública direta e indireta das esferas federal, estadual ou municipal e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PR**, em especial, participar como preposto em licitações promovidas através da modalidade Pregão Presenciais, inclusive praticar de todos os atos negociais compatíveis à participação na licitação, instaurada na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, podendo para tanto, apresentar e retirar documentos, impugnar termos e editais ou avisos específicos, interpor recursos contra o resultado da licitação, solicitar e prestar declarações e esclarecimentos, assinar atas e demais documentos, inclusive, formular lances na fase competitiva da licitação que compor o preço final da proposta original ou desistir deste, requer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, praticar, enfim, todos os atos em direito permitidos para o bom e fiel do presente mandato, **não podendo este ser substabelecido no todo ou em parte**. Bem como exercer poderes que me foram outorgados pela Srta. Stefany Alberti, representante legal da pessoa jurídica de direito privado, **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MG sob o nº 08.331.877/0001-77, inscrição estadual nº 903.848.44-83, com seus atos constitutivos devidamente registrados na (Junta Comercial do Estado) sob o nº 41205791496, ora estabelecida na Av. Manoel Ribas nº 7423, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Arcando o Outorgante; nos termos dos artigos 653 e seguinte do Código Civil por todas as obrigações contraídas por fora dos poderes aqui conferidos, respondendo diretamente pelas sanções previstas pela inexecução contratual, ilegalidade na documentação de qualificação ou danos causados a contratante ou a terceiros e pelo ressarcimento das perdas e prejuízos sofridos pela Outorgada no cumprimento deste mandato.

Curitiba, 04 de Abril de 2019.


ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
PROCURADOR: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA
CPF: 792.323.299-72

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 08.331.877/0001-77
AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000
Tel: 41 3677- 6434



Reconheço a(s) assinatura(s) por SEMELHANÇA de
10555271 - LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA.
Em testemunho da verdade.
CURITIBA, 04 de Abril de 2019.
CELIA REGINA BOLZANI - ESCRIVENTE
OAB/PR nº 80434, nº 80434 - 80434 - 80434 - 80434
OAB/PR nº 80434, nº 80434 - 80434 - 80434 - 80434
OAB/PR nº 80434, nº 80434 - 80434 - 80434 - 80434



ANEXO IV PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 7423, Santa Felicidade, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.331.877/0001-77, Inscrição Estadual sob nº 903.848.44-83 e Inscrição Municipal sob nº 514389-0, representada neste ato por seu procurador, Sr. Luiz Fernando de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.673.153-9 e CPF nº 792.323.299-72, nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. Bruno César Barboza, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.425128 CPF nº 065239679-80, a quem confere amplos poderes para representar a **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME** perante a Prefeitura Municipal de Piên, no que se referir ao PREGÃO N.º 033 /2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão e atas de registro de preços, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

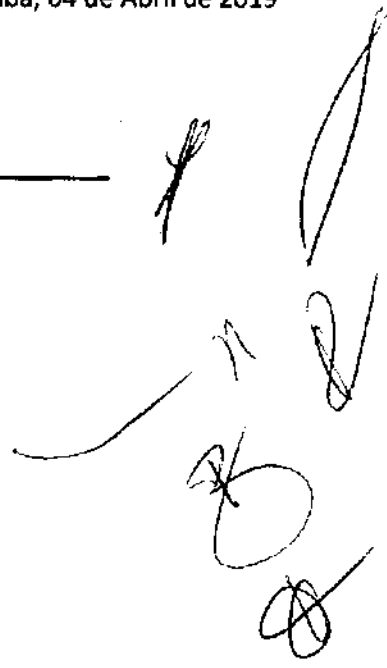
A presente Procuração é válida até o dia 09/07/2019.

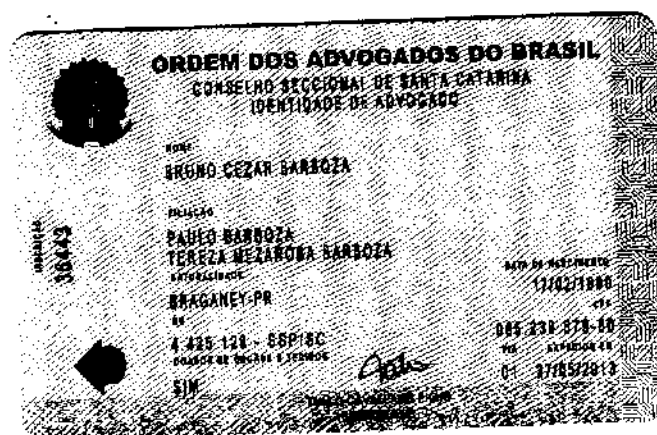
Curitiba, 04 de Abril de 2019



ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
PROCURADOR: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA
CPF: 792.323.299-72 / RG: 5.673.153-9

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 08.331.877/0001-77
AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000
Tel: 41 3677- 6434





PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
CONFERE COM O ORIGINAL

RESPONSÁVEL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

A empresa **ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ nº 08.331.877/0001-77, sediada na Avenida Manoel Ribas, 7423, Santa Felicidade, Curitiba - PR, neste ato representada pelo seu procurador, o Sr. Luiz Fernando de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 5.673.153-9 e do no CPF sob o nº 792.323.299-72, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do MUNICIPIO DE PIÊN nº 33/2019, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ☒ **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Curitiba, 04 de Abril de 2019


ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME

PROCURADOR: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA

CPF: 792.323.299-72 / RG: 5.673.153-9

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 08.331.877/0001-77

AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000

Tel: 41 3677- 6434



ANEXO V

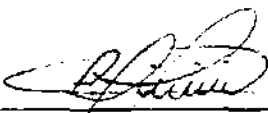
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO Nº 033 /2019

Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa **ADVANCED**
COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME., cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº
33/2019, cujo objeto é aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino.

Curitiba, 04 de Abril de 2019



ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME

PROCURADOR: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA

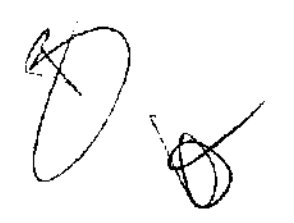
CPF: 792.323.299-72 / RG: 5.673.153-9

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 08.331.877/0001-77

AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000

Tel: 41 3677- 6434



Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	
Tipo documento	CNPJ ▼
Número documento	08331877000177
Nome	

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 08331877000177!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 08331877000177

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade¹⁴⁸

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:44) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 08.331.877/0001-77.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2B7E.4075.D270



149

CPF/CNPJ não encontrado. Emita Certidão Negativa de Cadastro.

Certidão negativa de débitos**Seleção do contribuinte**

Cadastro: ☐ Imóvel urbano ☐ Imóvel rural ☐ Empresa do município ☒ Empresa de fora ☐ Pessoa física ☐ Autônomo

Inscrição municipal:

CNPJ:

Dados da certidão

Contribuinte:

Finalidade:

Dados do requerente

Nome:

CPF/CNPJ:

[Gerar nova certidão](#)[Limpar](#)[Página inicial](#)

LICITANTE: ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME./ CNPJ: 08.331.877/0001-77

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

DATA: 10/04/2019

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 08.331.877/0001-77 Fornecedor : ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

E-mail: advanced@sieg-ad.com.br

Endereço : AV. MANOEL RIBAS 7423 - SANTA FELICIDADE - CURITIBA/PR - CEP 82400-000

Telefone: (41)3019-7434 Fax:

Celular:

Inscrição Estadual: 9038484483

Contador: CARLOS ROBERTO CASAGRANDE

Telefone contador:

Representante: Bruno César Barboza

CPF: 065.239.679-80

RG: 4.425128

Endereço representante: Avenida Argolo 490 sala 102 - Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-040

Telefone representante: (41)3019-7434

E-mail representante: advanced@sieg-ad.com.br

Banco: 1 - BB

Agência: 3390-1 - - Curitiba/PR

Conta: 19680-0

Data de abertura:

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Preço Unitário	Preço Total
001	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO - MEDIDA 120 ALTURA X 400 COMPRIMENTO - CONFECCIONADO EM MDF 9MM, E LAMINADO MELAMÍNICO VERDE QUADRICULADO, ESPESSURA DE 1,0MM, 1 MÓDULO CENTRAL DE PLANO COM MEDIDA PROPORCIONAL AO QUADRO E 2 MÓDULOS LATERAIS COM CURVATURA NAS EXTREMIDADES DE 20 CM A 35 CM DE ACORDO COM O COMPRIMENTO E COMPLEMENTANDO A MEDIDA DO QUADRO, LATERAIS EM MDF 15MM BRANCO, 01 ARMÁRIO LATERAL CONFECCIONADO EM MDF COM PORTA E FECHADURA, SUPORTE PARA GIZ E APAGADOR ACOMPANHANDO TODA A EXTENSÃO E CONCAVIDADE DO QUADRO, CONFECCIONADO EM MDF BRANCO NA ESPESSURA DE 9MM. FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	28,00	UN	2.087,75	LOUSART	1.796,60	50.304,80

PREÇO TOTAL DO LOTE : 50.304,80

TOTAL DA PROPOSTA : 50.304,80

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 08.331.877/0001-77

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PR

PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social: ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.

CNPJ: 08.331.877/0001-77

I.E: 903.848.44-83

Endereço: Avenida Manoel Ribas, 7423, Santa Felicidade, Curitiba - PR

Telefone: (41) 3019-7434

E-mail: advanced@sieg-ad.com.br

Dados Bancários: Banco do Brasil, AG: 3390-1, C/C: 19680-0

Responsável legal da empresa: Stefany Alberti, portadora do RG n° 11.137.721-9 e CPF n° 077.439.189-80.

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	QUADRO LOUSA VERDECÔNCAVO QUADRICULADO - Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses. MARCA/MODELO: LOUSART/ QLQC002	28	R\$ 1.796,60 (um mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos)	R\$ 50.304,80 (Cinquenta mil trezentos e quatro reais e oitenta centavos)

Entrega: 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia da Nota de Empenho.

Pagamento: 30 (trinta) dias contados da data de entrega da Fatura ou da Nota Fiscal à Fiscalização.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

Curitiba, 08 de Abril de 2019

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME.

PROCURADOR: Bruno César Barboza

RG n° 4.425128 CPF n° 065239679-80

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 08.331.877/0001-77

AV MANOEL RIBAS, 7423 CJ 01, CEP: 82400-000

Tel: 41 3677- 6434



Prefeitura Municipal de Piên

153

PROTOCOLO

Processo: 695 / 2019

Requerente: **RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP**

CNPJ: 20.265.303/0001-43

Contato: **RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO 33/2019

Tempo Mínimo Estimado: 0 dias.

Tempo Máximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 695 / 2019

Requerente: **RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP**

CNPJ: 20.265.303/0001-43

Contato: **RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP -**

Telefone:

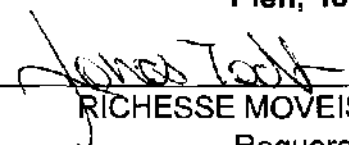
Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO 33/2019

Tempo Mínimo Estimado: 0 dias.

Tempo Máximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP
Requerente

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RICHESSE MÓVEIS LTDA.

TEREZINHA MARIA POZOGA, brasileira, divorciada, nascida em 07/04/1949, empresária, natural de Itapuí - SP, inscrita no CPF sob nº 003.594.869-83, portadora da cédula de identidade nº 5.765.014, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SC, residente e domiciliada na Rua Cecília Planinscheck Marquardt, 60, Bairro Vila Rau, CEP 89254-330, em Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, sócia proprietária da **RICHESSE MÓVEIS LTDA.**, estabelecida na Rua Jorge Buhr, 336 - Sala 04, Bairro Água Verde, Jaraguá do Sul, CEP 89254-440, Estado de Santa Catarina, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42205284854 em 05/02/2015, inscrita no CNPJ sob nº 20.265.303/0001-43, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo nº 1033, da Lei nº 10.406/2002, resolve:

CLÁUSULA 1ª - A sócia **TEREZINHA MARIA POZOGA** subscreve 76.000 (setenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) integralizando-as neste ato, em moeda corrente do País. À vista da subscrição e integralização das quotas supra mencionadas, o Capital Social será de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), dividido em 96.000 (noventa e seis mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

QUOTISTA	N.º DE QUOTAS	VALOR (R\$)
Terezinha Maria Pozoga	96.000	96.000,00
TOTAL	96.000	96.000,00

CLÁUSULA 2ª - Fica transformada esta sociedade em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI, sob o nome empresarial de **RICHESSE MÓVEIS EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA 3ª - A Cláusula 1ª deste Contrato passa a ter a seguinte redação: A empresa individual de responsabilidade limitada terá o nome empresarial de **RICHESSE MÓVEIS - EIRELI**, com sede na Rua Edmundo Koch, 1.527 - Sala 02, Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul, CEP 89265-515, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA 4ª - A Cláusula 3ª deste Contrato passa a ter a seguinte redação:

- SERVIÇOS:** Instalação e manutenção de sistema de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalação, manutenção de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- COMÉRCIO VAREJISTA:** comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; artigos de armários; artigos de cama, mesa e banho; artigos de colchoaria; artigos de papelaria; artigos esportivos; brinquedos e artigos recreativos; cosméticos; produtos de perfumaria e de higiene pessoal; equipamentos para

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/07/2018

Arquivamento 4260044834 Protocolo 188763732 de 09/07/2018

Nome da empresa: RICHESSE

Este documento pode ser verifi

Chancela 309946783011601

Para verificar a autenticidade acesse www.jucasa.sc.gov.br e digite o número 109928/2018-03

em 11/07/2018

12/07/2018



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 03/04/2019
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucasa.sc.gov.br/certificado

escritório; móveis; equipamentos e suprimentos de informática.

CLÁUSULA 5ª - Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor a seguir:

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA JLA VEÍCULOS EIRELI.

TEREZINHA MARIA POZOGA, brasileira, divorciada, nascida em 07/04/1949, empresária, natural de Itapuí - SP, inscrita no CPF sob nº 003.594.869-83, portadora da cédula de identidade nº 5.765.014, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SC, residente e domiciliada na Rua Cecília Planinscheck Marquardt, 60, Bairro Vila Rau, CEP 89254-330, em Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, com fundamento no artigo 980-A, da Lei nº 10.408/2002, resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, conforme abaixo:

CAPÍTULO I - NOME EMPRESARIAL, SEDE, FILIAIS, OBJETO, INÍCIO E PRAZO

CLÁUSULA 1ª - A empresa individual de responsabilidade limitada terá o nome empresarial de **RICHELSE MÓVEIS EIRELI**, com sede na Rua Edmundo Koch, 1.527 - Sala 02, Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul, CEP 89265-515, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA 2ª - A empresa individual de responsabilidade limitada poderá, a qualquer tempo, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios ou departamentos em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 3ª - A empresa individual de responsabilidade limitada terá por objeto o ramo de:

- a) **SERVIÇOS:** Instalação e manutenção de sistema de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalação, manutenção de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- b) **COMÉRCIO VAREJISTA:** comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; artigos de avarinhos; artigos de cama, mesa e banho; artigos de colchoaria; artigos de papelaria; artigos esportivos; brinquedos e artigos recreativos; cosméticos; produtos de perfumaria e de higiene pessoal; equipamentos para escritório; móveis; equipamentos e suprimentos de informática.

PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo atividades profissionais especializadas, a empresa se habilitará perante os respectivos órgãos de fiscalização profissional indicando responsável que atuará com as atribuições e autoridade previstas no respectivo regulamento.

CLÁUSULA 4ª - A empresa individual de responsabilidade limitada iniciou suas atividades em 02 de maio de 2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/07/2018

Arquivamento 42600444834 Protocolo 188763732 de 09/07/2018

Nome da empresa RICHELSE MÓVEIS EIRELI NIRE 42600444834

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 309946783011601

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 109928/2019-03

o código de verificação - Secretário-geral;

12/07/2018

CAPÍTULO II - DO CAPITAL

CLÁUSULA 5ª - O Capital é de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, em ato anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade do titular é limitada à importância do capital integralizado.

CAPÍTULO III - DO EXERCÍCIO

CLÁUSULA 6ª - O exercício iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, devendo, o administrador, proceder à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, podendo a empresa individual de responsabilidade limitada levantar demonstrações financeiras intermediárias, cabendo-lhe os lucros ou perdas apurados.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 7ª - A empresa individual de responsabilidade limitada será administrada por seu titular **TEREZINHA MARIA POZOGA**, com poderes e atribuições de administrar os negócios da empresa, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto.

CLÁUSULA 8ª - A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da empresa individual de responsabilidade limitada, nem está condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 9ª - A empresária **TEREZINHA MARIA POZOGA** declara que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

CAPÍTULO V - DO FALECIMENTO DO TITULAR

CLÁUSULA 10ª - Falecendo o titular, a empresa individual de responsabilidade limitada, continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor e seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11ª - Nos casos omissos neste contrato, serão aplicadas as disposições constantes na Lei 10.406 de 10.01.2002, com regência supletiva na Lei n.º 6.404 de 15.12.1976 das Sociedades Anônimas.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/07/2018

Arquivamento 42600444834 Protocolo 188763732 de 09/07/2018

Nome da empresa RICHESSE MOVEIS EIRELI NIRE 4260044834

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 309946783011601

12/07/2018



Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.net.br e informe o número 109928/2019-03 ou consulte o e-mail secretaria@jucesc.sc.gov.br - Secretário-geral;

CLÁUSULA 12ª - Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul, SC, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, com desistência de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O empresário individual de responsabilidade limitada, firma o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Jaraguá do Sul, 2 de Julho de 2018.


TEREZINHA MARIA POZOGA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/07/2018

Arquivamento 42600444834 Protocolo 188763732 de 09/07/2018

Nome da empresa RICHESSE MOVEIS EIRELI NIRE 42600444834

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 309946783011601

12/07/2018

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br digitalmente e assinada em 12/07/2018
e informe o número 109928/2019-03 no campo de processo - Secretário-geral;



158

188763732

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RICHESSE MOVEIS EIRELI
PROTOCOLO	188763732 - 09/07/2018
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 42600444834
CNPJ 20.265.303/0001-43
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 11-07-2018
SOLICIT: 42600444834

[Handwritten signatures and marks]



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

12/07/2018

Certifico o Registro em 11/07/2018

Arquivamento 42600444834 Protocolo 188763732 de 09/07/2018

Nome da empresa RICHESSE MOVEIS EIRELI NIRE 42600444834

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos-autenticacao.aspx>

Chancela 309946783011601

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br digitalmente e assinada em 12/07/2018
e informe o número 109928/2019-03 no canal de atendimento.

p. 0001 de 0001 - Secretário-geral;

*[Handwritten mark]**[Handwritten mark]*

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

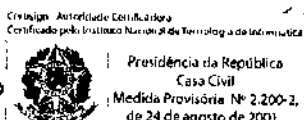
- 1 **TEREZINHA MARIA POZOGA**, brasileira, divorciada, nascida em 07/04/1949, empresária, natural de Itapui - SP, inscrita no CPF sob nº 003.594.869-83, portadora da cédula de identidade nº 5.765.014, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SC, residente e domiciliado na Rua Cecília Planinscheck Marquardt, 60, Bairro Vila Rau, CEP 89254-330, em Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina,

Única sócia da sociedade empresária constituída sob a forma de sociedade limitada, e que opera sob a denominação de **SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP**, com sede na Rua Jorge Buhr, 336 - Sala 04, Bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul, CEP 89254-440, Estado de Santa Catarina, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42205284854 em 05/02/2015 e inscrita no CNPJ sob nº 20.265.303/0001-43, **resolve, de alterar, reorganizar e consolidar** o contrato social, pela terceira vez, fazendo-o mediante as cláusulas e as condições abaixo dispostas:

Primeira - A cláusula primeira do contrato social passa a ter a seguinte redação: A Sociedade girará sob o nome empresarial de **RICHESS MOVEIS LTDA. - EPP**

Segunda - A cláusula quarta do contrato social passa a ter a seguinte redação: A Sociedade terá como objeto o ramo de:
a) Serviços: de instalação e manutenção de divisórias, de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalação, manutenção e reforma parques infantis/playground de madeira, plástico e metal; academia de ginástica ao ar livre; lixeiras plásticas e de metal; móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos; cadeiras em geral e móveis de aço exclusivamente no estabelecimento do cliente.

b) Comércio Varejista: de tintas, materiais para pintura, vidros, ferragens, ferramentas, materiais de construção em geral, equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e comunicação, móveis, artigos de colchoaria, tecidos, artigos de armário, artigos de cama, mesa e banho, instrumentos musicais e seus acessórios, peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de uso pessoal, doméstico e industrial, livros, jornais, revistas, artigos de papelaria, discos, cds, dvds, fitas, brinquedos e artigos recreativos, artigos esportivos, bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, artigos médicos e ortopédicos, equipamentos para escritório, artigos e alimentos para animais de estimação, lixeiras plásticas e metal, móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos, ar condicionado, móveis de aço, utilidades domésticas, artigos de inox, cubas, mesas, estantes, carrinhos, cadeiras para bebês, áudio, vídeo, som, embalagens e



Documento Assinado Digitalmente 26/02/2019
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA
SOCIEDADE

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

160

JUCESC 0743

c) **Comércio atacadista:** de divisórias, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico em geral, produtos alimentícios em geral, artigos do vestuário e acessórios, calçados, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico e máquinas e equipamentos para uso industrial e comercial; partes e peças, lixeiras plásticas e metal, móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos, ar condicionado, produto para proteção individual EPI, móveis de aço, balança elétrica e eletrônica, utilidades domésticas, cones e sinalizadores, artigos de inox, cubas, mesas, estantes, carrinhos, cadeiras para bebês, áudio, vídeo, som, e embalagens.

Terceira - Em consequência das alterações contratuais acima procedidas e para uma aplicação mais funcional, o Contrato Social constitutivo e suas alterações, passam a ter a seguinte redação:

Da Consolidação do Contrato Social:

Diante das alterações e deliberações acima, o sócio resolve **alterar, reorganizar e consolidar** o Contrato Social, passando a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO SOCIAL

Denominação Social, Sede, Abertura e Fechamento de Filiais, Objeto Social, Início e Prazo de Duração

Cláusula Primeira – A sociedade gira sob o nome empresarial de **RICHESSSE MÓVEIS LTDA. - EPP**

Cláusula Segunda – Rua Jorge Buhr, 336 - Sala 04, Bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul, CEP 89254-440, Estado de Santa Catarina.

Cláusula Terceira – A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula Quarta – A Sociedade tem como objeto o ramo de:
a) **Serviços:** de instalação e manutenção de divisórias, de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, instalação, manutenção e, reforma parques infantis/playground de madeira, plástico e metal; academia de ginástica ao ar livre; lixeiras plásticas e de metal; móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos; cadeiras em geral e móveis de aço exclusivamente no estabelecimento do cliente.

b) **Comércio Varejista:** de tintas, materiais para pintura, vidros, ferragens, ferramentas, materiais de construção em geral, equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e comunicação, móveis, artigos de colchoaria, tecidos, artigos de armarinho, artigos de cama, mesa e banho, instrumentos musicais e seus acessórios, peças e acessórios para aparelhos

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA
SOCIEDADE

161

JUCESC 0744

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

eletroeletrônicos para uso doméstico, artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de uso pessoal, doméstico e industrial, livros, jornais, revistas, artigos de papelaria, discos, cds, dvds, fitas, brinquedos e artigos recreativos, artigos esportivos, bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, artigos médicos e ortopédicos, equipamentos para escritório, artigos e alimentos para animais de estimação, lixeiras plásticas e metal, móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos, ar condicionado, móveis de aço, utilidades domésticas, artigos de inox, cubas, mesas, estantes, carrinhos, cadeiras para bebês, áudio, vídeo, som, embalagens e;

c) **Comércio atacadista:** de divisórias, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico em geral, produtos alimentícios em geral, artigos do vestuário e acessórios, calçados, equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico e máquinas e equipamentos para uso industrial e comercial; partes e peças, lixeiras plásticas e metal, móveis sob medida, profissionais, planejados e corporativos, ar condicionado, produto para proteção individual EPI, móveis de aço, balança elétrica e eletrônica, utilidades domésticas, cones e sinalizadores, artigos de inox, cubas, mesas, estantes, carrinhos, cadeiras para bebês, áudio, vídeo, som, e embalagens.

Cláusula Quinta – A Sociedade iniciou suas atividades em 02 de maio de 2014.

Cláusula Sexta – O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

Capital Social, Quotas, Quotistas e Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sétima – O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas, já integralizadas e assim distribuídas:

QUOTISTAS	Nº Quotas	Valor Unitário R\$	Valor C.S. R\$
Terezinha Maria Pozoga	20.000	1,00	20.000,00
TOTAL	20.000		20.000,00

Cláusula Oitava – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Nona – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.



JUCESC 0745

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

Retirada, Morte ou Exclusão de Sócios

Cláusula Décima – Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da Sociedade comunicar aos demais, por escrito e com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo Único – Se nenhum dos sócios usar o direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata esta cláusula, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Cláusula Décima Primeira – O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a Sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo Primeiro – Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Parágrafo Segundo – Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

Cláusula Décima Segunda – Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Segundo – Será também de pleno direito excluído da sociedade, o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credos particular do sócio.

Parágrafo Terceiro – No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

**TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA
SOCIEDADE**

163

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

JUCESC 0746

Parágrafo Quarto – Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

Cláusula Décima Terceira – A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

Exercício Social, Balanço e Distribuição de Lucros ou Prejuízos

Cláusula Décima Quarta – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Administração, Remuneração e Contabilidade

Cláusula Décima Quinta – A administração da Sociedade é exercida, isoladamente, pelo Sócia Administradora **Terezinha Maria Pozoga**, competindo-lhe a administração de todos os negócios sociais e a prática de todos os atos e operações referentes ao objeto social.

Cláusula Décima Sexta – A Sociedade poderá admitir Administradores Não Sócios, os quais deverão ser nomeados por resolução dos sócios representantes da totalidade do capital social, sendo determinado um *pro laobre* mensal a todos os administradores nomeados, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

Cláusula Décima Sétima – A Sociedade manterá os registros contábeis e fiscais exigidos em leis e regulamentos.

Reuniões

Cláusula Décima Oitava – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

Parágrafo Primeiro – O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo – As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da Sociedade, e em jornal de grande circulação.

**TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA
SOCIEDADE**

164

JUCESC 0747

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

Parágrafo Terceiro – Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto – A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto – Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sexto – A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

Deliberações dos Sócios

Cláusula Décima Nona – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas em Lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de recuperação judicial.

Cláusula Vigésima– As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras “e” e “f”;

II – pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras “b”, “c”, “d” e “h”;

III – pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

Parágrafo Primeiro – As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria dos votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA
SOCIEDADE

165

SOLENE AMBIENTES PERSONALIZADOS LTDA. - EPP

JUCESC 0748

Parágrafo Segundo – As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Disposições Finais

Cláusula Vigésima Primeira – Os casos omissos serão tratados pelo que determina a Lei nº 10.406/02 (Código Civil) e a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A's).

Cláusula Vigésima Segunda – Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Vigésima Terceira – Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assina o presente instrumento de alteração e consolidação contratual, em 04 (quatro) vias, para que produza todos os efeitos legais.

Jaraguá do Sul (SC), 09 de dezembro de 2015.


Terezinha Maria Pozoga

Testemunhas:



Marcos Evandro Stinghen
CPF 733.286.269-72



Jeferson Luis Muniz
CPF 902.004.549-00



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/12/2015 SOB Nº: 20156491977
Protocolo: 15/649187-7, DE 10/12/2015

Empresa: 42 2 0528485 4
RICHESSE MÓVEIS LTDA. EPP



ANDRÉ LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL



166

RICHESSE

MÓVEIS EIRELI EPP

PROCURAÇÃO PARTICULAR

Através da presente, credenciamos o Sr. **JONAS TODT**, portador da cédula de identidade nº **3.117.935 SSP/SC**, e CPF sob nº **937.966.769-87**, a participar de licitações nacionais em órgãos Federais, Estaduais e Municipais, nas modalidades de Pregão, Carta Convite, Tomada de Preços e Concorrências, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da Empresa **RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP**, inscrita sob o CNPJ nº **20.265.303/0001-43**, bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar atas, contratos propostas e declarações.

Jaraguá do Sul, SC, 07 de agosto de 2018.

[Handwritten signature]

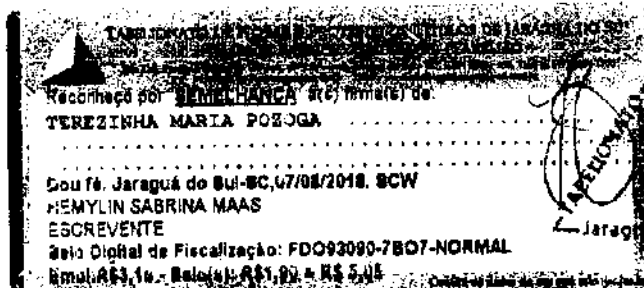
PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
CONFERE COM O ORIGINAL
RESPONSÁVEL

[Handwritten signature]
Terezinha Maria Pozoga – Sócia/Administradora

CPF: 003.594.869-83

RG: 5.765.014

20.265.303/0001-43
RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP
Rua Edmundo Koch.1527
89265-515 - Nereu Ramos
Jaraguá do Sul - Santa Catarina



CNPJ: 20.265.303/0001-43 Inscrição Estadual: 257.580.700
Rua Edmundo Koch nº 1527 - Sala 02, Bairro Nereu Ramos, Cidade Jaraguá do Sul/SC CEP 89.265-515
Telefone: (47) 3275-6175 Email: richessemoveis@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **Jonas Todor**

NOE: **2317835** SEX: **M**

CPF: **937.964.964-07** DATA NASCIMENTO: **15/08/1978**

FUNÇÃO: **LUTERO TODY**

ALTEZA: **1,80**

PERMISSÃO: **DEFENSIVA** ALI: **DEFENSIVA** CAT: **AD**

Nº REGISTRO: **01698094918** VALIDADE: **04/05/2022** EXPIRAÇÃO: **07/12/1998**

OBSERVAÇÕES:

Jonas Todor

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **JARAGUÁ DO SUL, SC** DATA DE EMISSÃO: **15/05/2017**

Número de Série: **5548527884**
SC124906400

SANTA CATARINA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1475501446

PROIBIDO PLASTIFICAR 1475501446

PREF. MUNICIPAL DE PIEN-PR
CONFERE COM O ORIGINAL
RESPONSÁVEL



RICHESSE

MÓVEIS EIRELI EPP

À: Prefeitura Municipal de Piên PR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

Sra. Pregoeira.

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa Richesse Móveis EIRELI EPP cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2019, cujo objeto é **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino.**

Jaraguá do Sul, SC, 10 de Abril de 2019.

20.265.303/0001-43

RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP

Rua Edmundo Koch, 1527

39265-515 - Nereu Ramos

Jaraguá do Sul - Santa Catarina

JONAS TODT – Procurador/Representante Legal da Empresa

CPF: 937.966.769-87

RG: 3117935

CNPJ: 20.265.303/0001-43 Inscrição Estadual: 257.580.700

Endereço: Rua Edmundo Koch, nº 1527, Sala 02 - Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul/SC CEP
89.265-515 Telefone: (47) 3275-6175 Email: richessemoveis@gmail.com



RICHESSE

MÓVEIS EIRELI EPP

À: Prefeitura Municipal de Piên PR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Richesse Móveis EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº20.265.303/0001 por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)Jonas Todt, portador(a) da Carteira de Identidade n.º3117935 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº937.966.769-87, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. (X) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Importante:

- 1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.
- 2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Jaraguá do Sul, SC, 10 de Abril de 2019.

20.265.303/0001-43

RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP

Rua Edmundo Koch, 1527

89265-515 - Nereu Ramos

JONAS TODT - Procurador/Representante Legal da Empresa

CPF: 937.966.769-87

RG: 3117935

CNPJ: 20.265.303/0001-43 Inscrição Estadual: 257.580.700

Endereço: Rua Edmundo Koch, nº 1527, Sala 02 - Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul/SC CEP

89.265-515 Telefone: (47) 3275-6175 Email: richessemoveis@gmail.com

**TCEPR**
Tribunal de Contas do Estado do Paraná

170

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	Tipo documento	CNPJ	Número documento	20265303000143
Nome				

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 20265303000143!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 20265303000143

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:55:59

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade¹⁷²

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:57) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 20.265.303/0001-43.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2E83.66C2.E043



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/05/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 10 de Abril de 2019

NEGATIVA Nº: 481/2019

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJ42QETJ244MXU79

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: RICHESSE MOVEIS -EIRELI EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA
DE FORA

59951

CNPJ/CPF

20.265.303/0001-43

INSCRIÇÃO ESTADUAL

257580700

ALVARÁ

ENDEREÇO

RUA EDMUNDO KOCH, 1527 - SALA: 01 - NEREU RAMOS CEP: 89265515 Jaraguá do Sul - SC

CNAE / ATIVIDADES

Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Emitido por: << Equiplano Público Web >>



RICHESSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

Razão Social da Empresa: RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP CNPJ: 20.265.303/0001-43

Insc.Estadual: 257.580.700 Insc.Municipal: 37081

Endereço: Rua Edmundo Koch nº1527 Sala 02 - Nereu Ramos - Jaraguá do Sul - SC

Telefone: (47) 3275-6175 E-mail: richessemoveis@gmail.com

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 DATA: 10/04/2019

Envelope Nº 01 - Proposta de Preço

174

RICHESSE MOVEIS EIRELI EPP

CNPJ: 20.265.303/0001-43 Insc.Estadual: 257.580.700 Insc.Municipal: 37081

Endereço: Rua Edmundo Koch nº1527 Sala 02 - Nereu Ramos - Jaraguá do Sul - SC

Telefone: (47) 3275-6175 E-mail: richessemoveis@gmail.com

**RICHESSE****Razão Social:** RICHESSE MÓVEIS LTDA EPP CNPJ: 20.265.303/0001-43**Inscrição Estadual:** 257.580.700 **Inscrição Municipal:** 37081**Endereço:** Rua Jorge Buhr nº 336, Água Verde - Jaraguá do Sul/SC CEP: 89.254-440**Telefone:** (47) 3275-6175 **E-mail:** richessemoveis@gmail.com

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino.**

Item	Quant	Un	Especificação	Marca/Mod	V. Unit.	V. total
1	28	Un	QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses.	Varnel	1.352,00	37.856,00
						37.856,00

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 Dias** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

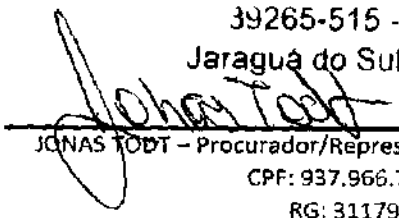
Dados da Licitante:**Razão Social:** RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP**CNPJ:** 20.265.303/0001-43**Inscrição Estadual:** 257580700 **Inscrição Municipal:** 37081**Endereço:** Rua Edmundo Koch, nº 1527, Sala 02 - Bairro Nereu Ramos, Jaraguá do Sul/SC**CEP** 89.265-515 **Tefone:** (47) 3275-6175**TeE-mail:** richessemoveis@gmail.com**Dados Bancários:****Banco:** BRADESCO**Agencia:** 0356-5**Conta Corrente:** 118.752-0**20.265.303/0001-43****RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP**

Jaraguá do Sul, SC, 10 de Abril de 2019

Rua Edmundo Koch, 1527

39265-515 - Nereu Ramos

Jaraguá do Sul - Santa Catarina


JONAS TODT - Procurador/Representante Legal da Empresa

CPF: 937.966.769-87

RG: 3117935



Prefeitura Municipal de Piên

176

PROTOCOLO

Processo: 673 / 2019

Requerente: **FFN FORNAZARI - ME**

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Contato: **FFN FORNAZARI - ME -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019. RECEBIDO POR CORREIO
FORNECEDOR: FFN FORNAZARI - ME

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 09 de Abril de 2019.


BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 673 / 2019

Requerente: **FFN FORNAZARI - ME**

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Contato: **FFN FORNAZARI - ME -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019. RECEBIDO POR CORREIO
FORNECEDOR: FFN FORNAZARI - ME

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 09 de Abril de 2019.

FFN FORNAZARI - ME
Requerente

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUEF 35126608571

RIO

NOME COMPLETO		NOME COMPLETO	
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
ESTADO	UF	CIDADE	SEXO
Itapui	SP	Brasileira	Feminino
Casado(a)	Comunhão parcial de bens		
Nome do(a) esposo(a)		Nome do(a) esposa(o)	
Orival Furiato do Nascimento		Brazília de Leis Nascimento	
DATA DE NASCIMENTO	CPF	CPF	CPF
28/09/1982	42.294.126-8	SSP	302 814 698-30
RUA		RUA	
Rua Prudente de Moraes		1273	
BARRIO	CEP	CEP	
Centro	17230-000	5126	
Cidade		Cidade	
Itapui		Brasil	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.			
Atos			
Constituição Normal:			
NOME EMPRESARIAL			
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
RUA		RUA	
Rua Santa Catarina		1415	
BARRIO	CEP	CEP	
Potunduva	7220-000	5152	
Distrito de Potunduva			
Cidade	UF	Cidade	E-mail
Jau	SP	Brasil	casaflexmagazine@hotmail.com
Capital Social		Capital Social	
25.000,00		VINTE CINCO MIL REAIS	
Atividade Principal	Atividade Secundária		
4754701	(8)		
4741503	4752100		
4753905	4759899		
Comércio varejista de: de móveis em geral, artigos para pintura, equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e comunicação, equipamento eletrônico doméstico, eletrônicos, equipamentos de áudio, vídeo e som, utensílios para uso doméstico, artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de papelaria, brinquedos e artigos recreativos, artigos para decoração, suvenires e artesanatos			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NOME DO ESTABELECIMENTO	TIPO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO	TIPO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO
28/12/2010			Não
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
DATA DE ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
28/12/2010	FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI (Empresário)		

DEFERIDO

REGISTRO

CONTROLE INTERNET

007130933-1



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELionato DE NOTAS - Código CIMJ 00070
Av. Presidente Getúlio Vargas, 110 - Bairro São Lucas - Jatoí - CEP 05040-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3441-1111

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.932/1994 e Art. 8º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 publicado e transcrita eletronicamente no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, de 27/08/2017 e no site: <http://portal.jus.br>

Cód. Autenticação: 49988708171504340291-2; Data: 07/08/2017 15:10:10

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFN15420-L65A
Valor Total do Ato: R\$ 4,12

Del. Vitor da Mota Cavalcanti
Thiery

Contra as datas do ato em: <http://rededigital.tjpb.jus.br>

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NOME COMPLETO DO EMPRESÁRIO		NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE	
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
NATURALIDADE DO EMPRESÁRIO	UF	NACIONALIDADE	SEXO
Itapui	SP	Brasileira	Feminino
ESTADO CIVIL	REGIME DE BENS DO CASAMENTO		
Casado(a)	Comunhão parcial de bens		
NOME COMPLETO DO MARIDO		NOME COMPLETO DA ESPOSA	
Orival Furiato do Nascimento		Erazilina de Lelis Nascimento	
DATA DE NASCIMENTO DO MARIDO	CPF DO MARIDO	DATA DE NASCIMENTO DA ESPOSA	CPF DA ESPOSA
28/09/1982	42.294.126-6	02/04/1960	302.814.698-30
ENDEREÇO DO EMPRESÁRIO			
RUA PRUDENTE DE MORAES			NÚMERO
Centro			273
CEP		CIDADE	UF
17230-000		5126	SP
CASA			
UF		PAÍS	
SP		Brasil	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário a requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.			
TIPO DE CONSTITUIÇÃO			
Constituição Normal:			
NOME COMPLETO DO EMPRESÁRIO			
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
CPF	DATA DE ASSINATURA		
4761003	28/12/2010		
4763601			
4789001			
4789099			
DATA DE ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	DATA DE ASSINATURA DO REPRESENTANTE	DATA DE ASSINATURA DO REPRESENTANTE	DATA DE ASSINATURA DO REPRESENTANTE
28/12/2010			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
DATA DE ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
28/12/2010	FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI (Empresário)		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			

DEFERIDO

REGISTRO

CONTROLE INTERNET

007130933-1



JUCESP - F. R. BAURI



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
E TABELIONATO DE NOTAS - CONJ. Q. 12 370-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1141 - Santa Inês - CEP 50.040-000 - Recife/PE - Tel: 31 22.11.11

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 62 da Lei Federal 8.934/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autenticou a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 49980708171504340291-4; Data: 07/08/2017 15:10:40

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFN16418-4C0H;
Valor Total do Ato: R\$ 4,12

Del. Valdo de Menezes Cavalcanti
Trib. J. Confirma os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

3512660857-1			
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
Itapui	SP	Brasileira	Feminino
Casado(a)	Comunhão parcial de bens		
ORIVAL FURIATO DO NASCIMENTO		BRAZILIANA DE LELIS NASCIMENTO	
28/09/1982	42.294.126-8	SSP	SP 302.814.698-30
RUA PRUDENTE DE MORAES		273	
CENTRO	17230-000	5126	
Itapui	SP	Brasil	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.			
Alteração de Nome Empresarial, Alteração do Código de Atividade Econômica, Objeto Social, Inclusão/Correção do CNPJ, Inclusão/Correção de Inscrição Estadual			
F. F. N. FORNAZARI - ME			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
475.900.000			
13.104.805-0001-27	Permanece Inalterado		
F. F. N. FORNAZARI - ME	F. F. N. Fornazari - ME		
21/06/2011	FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI (Empresário)		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			

DEFERIDO

REGISTRO

CONTROLE INTERNET

008106105-6



Página 1 de 1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS	1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
LABORATÓRIO DE NOTAS - Código CNJ 08.873-0	
Autenticação Digital	
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.932/1996 e Art. 1º, inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 emitido e assinado digitalmente por [Assinatura]	
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Sem dúvida.	
Cód. Autenticação: 49980708171504340291-7; Data: 07/08/2017 15:10:30	
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFN16415-H135;	
Valor Total do Ato: R\$ 4,12	
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

184



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa F. F. N. FORNAZARI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 05/04/2019 08:33:38 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 792826

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 13/08/2019 10:16:18 (hora local).

¹Código de Autenticação Digital: 49980708171504340291-1 a 49980708171504340291-7

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6912bec81baecc9c92809add3b8efd8f45f2b224c2ff26822940afee018e6092cbd9c540641923027adb8ab89decc051b1eeae91d03f330ccd8d1855d760742



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

[Assinatura]

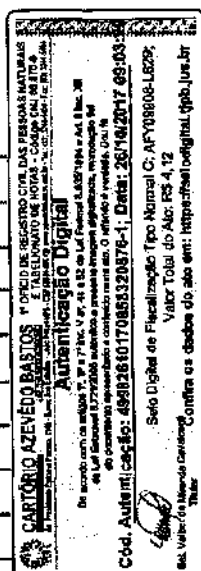
[Assinaturas]

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministerio do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior
Secretaria de Comercio e Servicos
Departamento Nacional de Registro do Comercio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Economico, Ciencia e Tecnologia

185

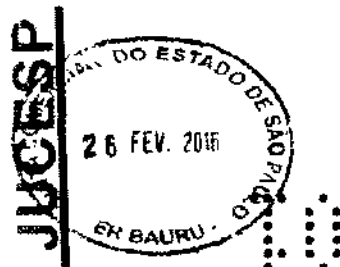
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO REGISTRADA (NIRE) DA EMPRESA		NOME DA EMPRESA	
3512660857-1		FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI	
NOME DO EMPRESÁRIO (Pessoa com administração)			
FABIANA FURIATO DO NASCIMENTO FORNAZARI			
NATURAL DE (cidade e sigla do estado)		UF	NACIONALIDADE
Itapuí		SP	Brasileira
ESTADO CIVIL		SEXO	
Casado(a)		Feminino	
REGIME DE BENS			
Comunhão parcial de bens			
FILIAÇÃO DO		MÃE	
ORIVALDO FURIATO DO NASCIMENTO		BRAZILINA DE LELIS NASCIMENTO	
NASCIMENTO EM (data de nascimento)	CPF	DATA DE EXERCÍCIO	CÓDIGO FISCAL
28/09/1982	42294126	8	20/03/2006
CÓDIGO FISCAL		UF	CPF
SSP		SP	302.814.698-30
EMANCIPADO POR (nome do município) - (sigla do estado)			
COM ENDEREÇO (logradouro, nº e complemento)			NÚMERO
Rua Prudente de Moraes			273
BARRIO (distrito)			CÓDIGO DO MUNICÍPIO
Centro			17230-000
COMPLEMENTO			5126
Casa			
MUNICÍPIO			UF
Itapuí			SP
			Brasil
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresa e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.			
ATO(S)			
Alteração de Endereço; Alteração do Código de Atividade Econômica; Objeto Social; Alteração do Valor do Capital;			
NOME EMPRESARIAL			
F. F. N. FORNAZARI - ME			
ENDEREÇO (logradouro, nº e complemento)			NÚMERO
Avenida Comendador Jose Maria de Almeida Prado			757
BARRIO (distrito)			CÓDIGO DO MUNICÍPIO
Dr. Alvaro Beltram			17230-000
COMPLEMENTO			5126
MUNICÍPIO			UF
Itapuí			SP
País			CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)
Brasil			marcofuriato@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL LÍQ.		VALOR DO CAPITAL (por extenso)	
80.000,00		OITENTA MIL REAIS	
CÓDIGO DE ATIVIDADE		NÚMERO DE INSCRIÇÃO (CNPJ)	
4761003		13.104.805-0001-27	
4789001			
4763601			
4789099			
4759899			
4930202			
4930201			
4753800			
4751201			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIA DE SEDE (CNPJ) - (UF) - (PAÍS)	
13/02/2016		13.104.805-0001-27	
ASSINATURA DA EMPRESA (EMPRESÁRIO)		DEPOSITE (RUBRICADO) - (JUNTA COMERCIAL)	
F. F. N. FORNAZARI - ME		Permanece inalterado	
DATA DE ASSINATURA		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (DEB. FISCALIZADO ASSINADO E REGISTRADO)	
18/02/2016		Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari (Empresário)	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**
RACESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
BOLETO DE PAGAMENTO

55.453/16-8



CONTROLE INTERNET

018180203-1



91 20 92

Abstract

JUCESP - E. R. RAIO

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

186



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

Eu, Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas em atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e extrajudiciais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **F. F. N. FORNAZARI - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **F. F. N. FORNAZARI - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **05/04/2019 08:34:21 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **F. F. N. FORNAZARI - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 841774

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **09/10/2019 09:28:58 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49982610170858320876-1

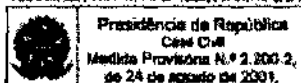
²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f0572d69fe6bc05b6912bec81baecc9c92809addc3b8efd858ab0c633db645d9be6a44716ceef242cbd9c540641923027adb8ab89decc05fe43ed8caaa3b960c5c078ef4d47ac17

Cartório - Assinatura Eletrônica
Conformidade com PROCON Normas de Transmissão de Informação (PTI)



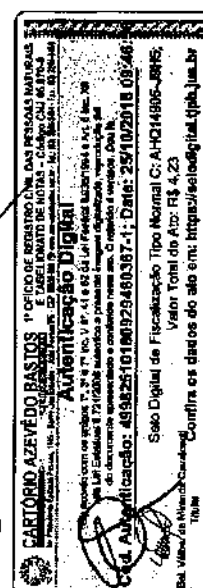
Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]





CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS - OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E TABELIONATO DE NOTAS - Cadeia, 100 - 11.000-000 - São Paulo - SP
 Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. 1º e 2º, 8º e 21º e 22º da Lei Federal 8.006/1990 e 104º da Lei Estadual 24.026/2000, o(a) requerente(s) do presente documento está(ão) devidamente registrado(s) no cartório, e o registro é válido. Data de
 Cód. Autenticação: 49882510180929480516-1; Data: 25/10/2018 09:47:47

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHQ14906-4THY;
 Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Des. Valério de Oliveira Cordeiro
 Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

gfb

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

189



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa F. F. N. FORNAZARI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 05/04/2019 08:34:57 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e Informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1102406

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 25/10/2019 10:28:18 (hora local).

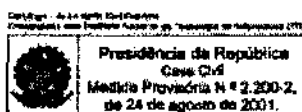
¹Código de Autenticação Digital: 49982510180929460367-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6912bec81baecc9c92809add3b8efd81d7881ab47c235a6879d19591ca2cce92cbd9c540641923027adb8ab89decc05437d7c29b82754c607c575e27db027c7



[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

190



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa F. F. N. FORNAZARI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 05/04/2019 08:35:16 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa F. F. N. FORNAZARI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1102407

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 25/10/2019 10:27:10 (hora local).

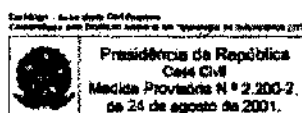
¹Código de Autenticação Digital: 49982510180929480516-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6912bec81baecc9c92809add3b8efd86874f04816e89bd92397732fcc26ddb82cbd9c540641923027ad18ab89decc05907fedac8ac8e42dca088b6ee9b90efc



[Assinaturas manuscritas]

FFN

Razão social: FFN FORNAZARI-ME

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Endereço: AV. José Maria de Al. Prado, 757 - Dist. Industrial - Itapui-SP

Telefone: (14) 3664-2110

e-mail: ffnformazari@hotmail.com

191

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO Nº 033/2019

Sra. Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa FFN FORNAZARI -ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.104.805/0001-27, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 42.294.126-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.814.698-30, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2019, cujo objeto é **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino.**

Itapui/SP, 01 de Abril de 2019

Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari
RG: 42.294.126-8 e CPF: 302.814.698-30

13.104.805/0001-27
FFN FORNAZARI - ME
AV. COMENDADOR JOSÉ MARIA
DE ALMEIDA PRADO, 757
DISTRITO INDUSTRIAL
CEP 17230-000-ITAPUI-SP

FFN

Razão social: FFN FORNAZARI-ME

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Endereço: AV. José Maria de Al. Prado, 757 - Dist. Industrial - Itapuí-SP

Telefone: (14) 3664-2110

e-mail: ffnfornazari@hotmail.com

192

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

FFN FORNAZARI -ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.104.805/0001-27, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 42.294.126-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.814.698-30, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 033/2019, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

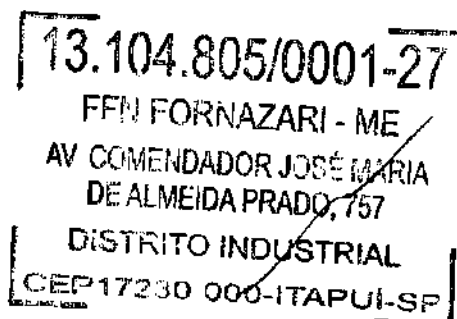
OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. (**x**) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Itapuí/SP, 01 de Abril de 2019


Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari
RG: 42.294.126-8 e CPF: 302.814.698-30





Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	
Tipo documento	CNPJ ▼
Número documento	13104805000127
Nome	

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 13104805000127!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 13104805000127

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:48) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 13.104.805/0001-27.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2C6F.785B.9511



CPF/CNPJ não encontrado. Emita Certidão Negativa de Cadastro.



196

Certidão negativa de débitos

Seleção do contribuinte

Cadastro: ☐ Imóvel urbano ☐ Imóvel rural ☐ Empresa do município ☒ Empresa de fora ☐ Pessoa física ☐ Autônomo

Inscrição municipal:

CNPJ:

Dados da certidão

Contribuinte:

Finalidade:

Dados do requerente

Nome:

CPF/CNPJ:

[Gerar nova certidão](#)

[Limpar](#)

[Página Inicial](#)

197

FFN

F.F.N. FORNAZARI – ME

AV. JOSÉ MARIA DE AL. PRADO, 757 – DISTRITO INDUSTRIAL
CEP: 17.230-000 – ITAPUI-SP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DATA: 10/04/2019

F.F.N. FORNAZARI-ME – CNPJ 13.104.805/0001-27
AV. COM. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA PRADO, 757 - DISTRITO INDUSTRIAL
CEP 17230-000 – ITAPUI – SP
FONE: (14) 3664-3195 – (14) 3884-2110 - e-mail: ffnornazari@hotmail.com

FFN

Razão social: FFN FORNAZARI-ME

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Endereço: Av. José Maria de Al. Prado, 757 – Dist. Industrial – Itapuí-SP

Telefone: (14) 3664-2110

e-mail: ffnfornazari@hotmail.com

198

PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Piên

Sra. Pregoeira,

Ref.: Edital de Pregão nº 033/2019

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é:

Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concavidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses. Marca: Engeflex Fabricante: Engeflex Modelo: Quadro Côncavo MDF, com armário lateral/Ref: 50803 Pág: 09 do catálogo	28	R\$ 1.730,00	R\$ 48.440,00

Valor por extenso: R\$ 48.440,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos e quarenta reais).

FFN

Razão social: FFN FORNAZARI-ME

CNPJ: 13.104.805/0001-27

Endereço: AV. José Maria de Al. Prado, 757 - Dist. Industrial - Itapui-SP

Telefone: (14) 3664-2110

e-mail: ffnfornazari@hotmail.com

199

DA ENTREGA: O objeto deste PREGÃO deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, onde constarão todas as instruções para a entrega, de segunda a sexta feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.

DA VALIDADE: O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

São obrigações da Contratada:

- a) Efetuar as entregas de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de entrega dos itens, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo ou em parte o produto em que se verifique falha, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação;
- h) Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

FFN

Razão social: FFN FORNAZARI-ME

CNPJ: 13.104.805/0001-27

200

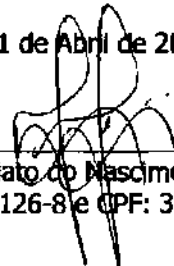
Endereço: AV. José Maria de Al. Prado, 757 – Dist. Industrial – Itapuí-SP

Telefone: (14) 3664-2110

e-mail: ffnformazari@hotmail.com

i) Não subcontratar todo e nem de parte do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

Itapuí/SP, 01 de Abril de 2019


Fabiana Furiato do Nascimento Fornazari
RG: 42.294.126-8 e CPF: 302.814.698-30

13.104.805/0001-27

FFN FORNAZARI - ME

AV. COMENDADOR JOSÉ MARIA
DE ALMEIDA PRADO, 757

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP 17230-000-ITAPUÍ-SP



Prefeitura Municipal de Piên

201

PROTOCOLO

Processo: 693 / 2019

Requerente: **FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS** CNPJ: 11.943.540/0001-25

Contato: **FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: FARIAS E FARIAS

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 693 / 2019

Requerente: **FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS** CNPJ: 11.943.540/0001-25

Contato: **FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: FARIAS E FARIAS

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS
Requerente



Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar:

Fornecedor			
Tipo documento	CNPJ ▼	Número documento	11943540000125
Nome			

Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 11943540000125!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 11943540000125

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 14:53) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 11.943.540/0001-25.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2DAC.EF42.F828



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/05/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 10 de Abril de 2019

NEGATIVA Nº: 482/2019

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJ42QETJ244MXU7T

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP

**INSCRIÇÃO EMPRESA
DE FORA**

61115

CNPJ/CPF

11.943.540/0001-25

INSCRIÇÃO ESTADUAL

25.690.359-8

ALVARÁ

ENDEREÇO

RUA 600, 500 - CENTRO CEP: 88330000 Balneário Camboriú - SC

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de móveis

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP**
CNPJ nº 11.943.540/0001-25
NIRE: 42205577258

LAURA FARIAS CARBONE, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 03/02/1999, SOLTEIRA, EMPREENHORA, CEP nº 087.811-480-09, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 6652908, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA 600, 500, CENTRO BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC, CEP 88.339-000, BRASIL.

NELIA GOMES FARIAS, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 03/02/1977, SOLTEIRA, EMPREENHORA, CEP nº 020.556-839-42, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 249.297-678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 167, PARAISO, CACADOR, SC, CEP 89.560-000, BRASIL.

DEONIRIA GOMES FARIAS, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 18/06/1938, VIÚVA, EMPREENHORA, CEP nº 817.974-029-09, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 247597, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 167, PARAISO, CACADOR, SC, CEP 89.560-000, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205577258, com sede Rua 600, 500, Centro Balneário Camboríu, SC, CEP 88.339-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.943.540/0001-25, deliberam de pleno e comum acordo ajuizarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

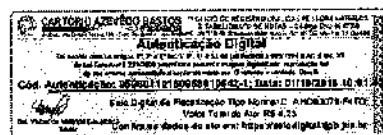
Cláusula Primeira. Retirada da sociedade a sócia **NELIA GOMES FARIAS**, detentora de 700 (Setecentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 700,00 (Setecentos Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula Segunda. A sócia **NELIA GOMES FARIAS** transfere suas quotas de capital social, que pertax o valor total de R\$700,00 (Setecentos Reais), direta e intransferivelmente à sócia **LAURA FARIAS CARBONE**, da seguinte forma: **VENDE E TRANSFERE EM MOEDA CORRENTE NACIONAL**, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Req: 81700600283327

Página 1



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP**
CNPJ nº 11.943.540/0001-25
NIRE: 42205577258

Cláusula Terceira. Votos a cessão e transferência de quotas, e da retirada da sócia, ficam assim distribuídos:

Sócios	Nº de quotas	Valor Participação	% Participação
Laura Farias Carbone	69.300	69.300,00	99%
Deoniria Gomes Farias	700	700,00	1%
Total	70.000	70.000,00	100,00%

PARÁGRAFO ÚNICO: A sócia que neste ato vende suas quotas de capital, da plena e total quitação das mesmas, nada mais tendo a exigir no tocante a venda, nem dos demais sócios nem da sociedade.

Cláusula Quarta: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Quinta: As sócias participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: As sócias são obrigadas a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta. A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a Sócia **LAURA FARIAS CARBONE**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização dos outros sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Sétima. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação

Req: 81700600283327



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP**
CNPJ nº 11.943.540/0001-25
NIRE: 42205577258

contratual, ou por se encontrar sob os efeitos de lei, a parte que vede, tanto que temporariamente, e acesso a cargos públicos, ou por crime eleitoral, de precatórios, penais ou cíveis, concessão, peculato ou contra a economia pública, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, tributos ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

Clausula Oitava. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações dos fundados dentro social permanece RAI NEARIO - ANIBORIO

Clausula Nona. As Clausulas e condições estabelecidas contratos invariáveis e que não foram expressamente modificadas por esta alteração contem em vigor

Clausula Dez - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

O contrato social fica consolidado da seguinte forma:

CAPÍTULO I

Do nome empresarial, objeto, sede e prazo de duração

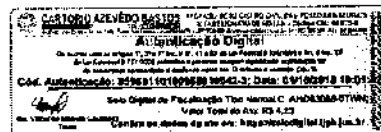
PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial de **FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP**

SEGUNDA. A sociedade mantém seu objeto social: Comércio varejista de móveis em geral e sob medida (CNAE 47.54-7-01); comércio atacadista de artigos de escritório e de papeleria (CNAE 46.47-8-01); Comércio varejista de equipamentos para escritório (CNAE 47.89-0-07); Comércio varejista de equipamentos de informática (CNAE 47.81-0-01); Comércio varejista de artigos de papeleria (CNAE 47.67-0-03)

TERCEIRA. A sociedade tem sua sede na Rua 000, n.º 500, Centro, CEP 88.150-022, no cidade de Balneário Camboriú-SC, e terá duração por tempo indeterminado

QUARTA. O empresário iniciou suas atividades em 17/05/2010, e como sociedade empresária poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, sucursal ou agência em qualquer parte do país, mediante alteração contratual

Req: 81700900283127



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP**
CNPJ nº 11.943.540/0001-25
NIRE: 42205577258

CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

QUARTA. O capital social no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) constituído de 70.000 (setenta mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), já subscrito e integralizado pelos sócios em sua totalidade, encontra-se distribuído da seguinte forma:

Sócios	Nº de quotas	Valor Participação	% Participação
Laura Farias Carboni	69.300	69.300,00	99%
Deoniria Gomes Farias	700	700,00	1%
Total	70.000	70.000,00	100,00%

QUINTA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

SEXTA. As sócias participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas
PARAGRAFOS UNICO. As sócias são obrigadas a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando nos lucros ou quantias se distribuírem e com prejuízo do capital

CAPÍTULO III

Da Administração

SÉTIMA. A sociedade será administrada pela sócia LAURA FARIAS CARBONI, que assume de direito, na representação a sociedade ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo assinar solidariamente sob a forma de sócia administradora

§ 1º - A administradora tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertencentes a gestão da sociedade.

§ 2º - A administradora receberá um "pro-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, na reunião anual de apreciação das contas, respeitando as normas fiscais, civis e os seus limites

§ 3º - É vedado a administradora fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social, bem como alienar, alienar ou comprar bens imóveis da ou para a sociedade, sem autorização dos sócios aprovada em reunião

Req: 81700900283127



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
CNPJ nº 11.943.540/0001-25

NIRE: 42205577258

1.4 - A administradora responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa ou descumprimento de suas funções.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

OITAVA - As deliberações dos sócios, quando não forem por consenso unânime, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelo administrador nos termos do art. 1.072 e 1.073 da CC.

1.1 - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios, de comum acordo, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

1.2 - Realizada a reunião dos trabalhos e deliberações, será lavrada no Livro de Atas de Reuniões, assinada pelos sócios participantes e copião da ata autenticada pelo administrador ou pela mesa será apresentada no Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

NOVA - Dependem da deliberação dos sócios, além de outros assuntos indicados na lei ou no contrato:

a) aprovação das contas da administração;

b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;

c) a destituição dos administradores;

d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

e) a modificação do contrato social;

f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

h) a recuperação judicial e extrajudicial da sociedade nos termos da Lei nº 11.101/2005;

DEZ - As deliberações dos sócios serão tomadas obedecendo o que determina o art. 1.076 da CC.

PARÁGRAFO ÚNICO: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e no amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Rev: 81700000283527

Página 5



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 DA SOCIEDADE FARIAS E FARIAS
COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
CNPJ nº 11.943.540/0001-25

NIRE: 42205577258

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

ONZE - Causa ao sócio que desejar ceder suas quotas em retirada, a sociedade continuar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiros.

DOZE - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolve a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

1.1 - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, permanecerá no inventário, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

1.2 - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

TREZE - Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão ponho em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

1.1 - Não sendo configurada a justa causa a exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, dentro o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

1.2 - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

1.4 - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente lavrado, a data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

1.4 - Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

Rev: 81700000283527

Página 6



NIRF : 42205577258

averbada a resolução da sociedade

nesta situação, enquanto não se requerer a elevação da resolução

CONTENTS

Do Exercício Social

QUINZE - O exercício social compreende como o ano civil

percentual existente, tendo desistido que os dados poderiam por bem determinar.

recebimento, a disposição dos sócios que não exercem a administração,

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

relações de consumo, é pública, ou propriedade,

Livro II - Código Civil e legislação complementar

eliminar qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

Ref: 81700000284327



NIRF : 42205577258

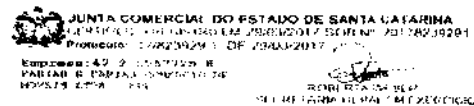
teor e forma, para que produza efeitos legais.

BASTIARDO CAMBORGHI, 27 de março de 2017

CPE 087 B: 489-09

CFE 0280 556 839-42

CPF 517 974 029-00



Eq. 8.17000028.5327



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS

FUNDADO EM 1998
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes!

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital da Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 01/10/2018 10:38:20 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1088887

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 01/10/2019 10:01:43 (hora local)

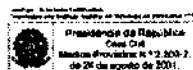
Código de Autenticação Digital: 95960110180958010542-1 a 95960110180958010542-8

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou-lo.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734d94f057f2d59e5bcd95b0fc82f7a23b2493691b688c7c7a470ef1466eb5bda230ab034731521e8461b0c0b4e54dd9d0682db522becb8
D410710ccc54c801151abaea2bd049a0c7cc



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Edição Pessoa 1145 Barro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.net.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valter Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes*.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-XYZZ) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada sendo da empresa DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 24/05/2018 15:18:37 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autenticacao@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://audigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 992828

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 24/05/2019 15:17:32 (hora local).

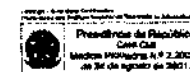
*Código de Autenticação Digital: 69642405181518320290-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2016, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734b594f05782d691e5bc05b782a49c262719c321b30eb42121b10046d13a10a011c2ef8041801bae4cd701d6539d3657158bab7a72e106b
eb45bd0db35b2e5b6d71b973c2eb8e8906e8d



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-4
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 82 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 5.724/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 95962301161627480391-1; Data: 23/01/2019 16:29:38
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AB41721-8A6M;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42
Valor Assinado de Miranda Cavalcanti
TITAN
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
13.540/0001-25 - INSC. EST. 25.609.359-8
Rua: 600, Nº 500, Bairro Centro
Bairro Camboriú - SC - CEP: 88.330-630
FONE: 47 3264-0004

212

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE Empresa **FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP** inscrita no CNPJ nº 11.943.540/0001-25, sediada à Rua 600 Nº 500, na cidade de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu **REPRESENTANTE LEGAL, LAURA FARIAS CARBONE**, brasileira, residente e domiciliado na cidade de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 087.811.489-09, e RG 6.152.908.

OUTORGADO: JOSNEI RODRIGUES, RG: 2.927.969, CPF: 870.612.799-15, brasileiro, vendedor; Residente na Rua Paulo Trauner, 45 - Bairro Alegre, RIO DE GRINHEI-SC

PODERES TODOS OS PODERES GERAIS NECESSÁRIOS À PRÁTICA DE QUALQUER ATOS JUNTO A QUALQUER ORGÃO PÚBLICO, OU AINDA, COM FINS ESPECÍFICOS, RELACIONADOS COM O PRESENTE PROCESSO, ASSIM COMO, OS PODERES PARA RUBRICAR TODA A DOCUMENTAÇÃO E AS PROPOSTAS, EMITIR DECLARAÇÕES, FORMULAR LANCES EM PREGÕES, APRESENTAR RECLAMAÇÕES, IMPUTACÕES OU RECURSOS, DESISTIR DE PRAZOS RECURSAIS, ASSINAR ATAS, CONTRATOS E PROPOSTAS..

Balneário Camboriú, 22 de janeiro de 2019.

1º TABELIONATO
DE NOTAS E PROTESTOS
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

LAURA FARIA CARBONE
SOCIA PROPRIETARIA
CPF: 087.811.489-09
RG: 6.152.908



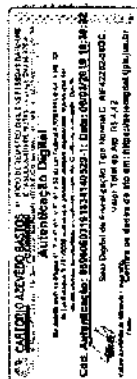
1º TABELIONATO
Tabelionato de Notas e Protestos
MARIANA VIEIRA LONHA - TITULAR

Nº 1122029. Reconhecida a assinatura por SEMELHANÇA da
1) LAURA FARIAS CARBONE

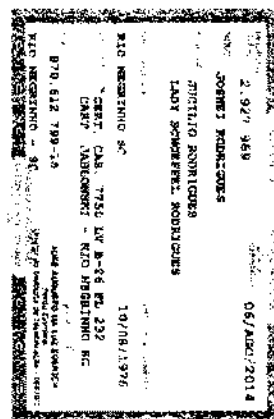
Balneário Camboriú, 23 de janeiro de 2019. Em...
verdade. Emolumento: R\$ 3,20. Selo: R\$ 1,20. Total: R\$ 4,40.
Conforme Art. 8º da CNCG/SC, o Tabelião emite a presente
e autenticada a assinatura lançada no documento legalizado
documento

JANINE VIEIRA DE SOUZA Escrivã
Selo Digital de Fiscalização - Selo Normal: 04A83303-0V8U
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Assinado em 23/01/2019 por Janine Vieira de Souza, Tabelião de Notas e Protestos de Balneário Camboriú, SC. Código de Verificação: 04A83303-0V8U. Para mais informações, consulte o site <https://selodigital.tjpb.jus.br>



afentidade-josnici 001.jpg



07/03/2019

<https://autdigital.azevedobastos.net.br/home/comprovante/65960603191834140529>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.net.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Václer Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes*.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos Serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJ/PB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-XYZ) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 07/03/2019 09:01:30 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1191911

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 08/03/2020 18:30:32 (hora local).

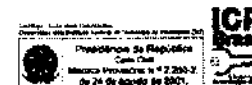
*Código de Autenticação Digital: 95960603191834140529-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.408/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d7341b940b5712d58e6bc05b081b3204426f010a7e9c1a77e029de6ca11d8cfa04c0d028539813265e2707a7d0b4e54add9f0962d0522becb8041071d7ded24b38983e3c1923dd9d94142281



FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP

CNPJ: 11.943.540/0001-25 / INSCR. EST.: 256.903.598
RUA, 600, 500 – CENTRO – CEP: 88.330-632 FONE: 47 3264 0004
BALNEÁRIO CAMBORIU / SC

214

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

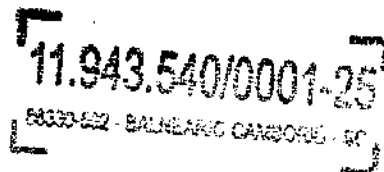
REF. PREGÃO Nº 33 /2019

Sra. Pregoeira,

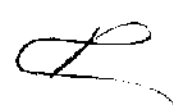
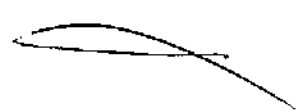
Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP CNPJ Nº 11.943.540/0001-25, Inscrição Estadual: 25.690.359-8, Rua 600 nº. 500, Bairro centro, na cidade de BALNEARIO CAMBORIU /SC, CEP:88.330-630, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 33/2019, cujo objeto é **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.**

PIÊN/PR, 10 DE ABRIL DE 2019.


FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP
Josnei Rodrigues - Procurador
CPF: 870.612.799-15 / RG: 2.927.969






FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP

CNPJ: 11.943.540/0001-25 / INSCR. EST.: 256.903.598
RUA, 600, 500 – CENTRO – CEP: 88.330-632 FONE: 47 3264 0004
BALNEÁRIO CAMBORIU / SC

215

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Este documento deverá estar fora dos Envelopes nº 01 e 02).

A Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

A empresa FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP CNPJ Nº 11.943.540/0001-25, Inscrição Estadual: 25.690.359-8. Rua 600 nº. 500, Bairro centro, na cidade de BALNEARIO CAMBORIU /SC, CEP:88.330-630, neste ato representado pelo Sr. JOSNEI RODRIGUES portador da cédula de Identidade nº 2.927.969 e do CPF nº 870.612.799-15, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

2. (X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

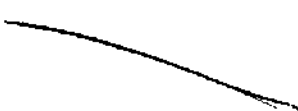
DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

PIÊN/PR, 10 DE ABRIL DE 2019.


FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP
Josnei Rodrigues - Procurador
CPF: 870.612.799-15 / RG: 2.927.969







11.943.540/0001-25
BALNEARIO CAMBORIU - SC



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA				
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 42 2 0557726-8	CNPJ 11.943.540/0001-25	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 14/05/2010	Data de Início de Atividade 17/05/2010	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA 600, 500, CENTRO, BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC, 88.330-632				
Objeto Social COMÉRCIO VAREJISTA DE MOVÉIS EM SÉRIE E SOB MEDIDA; COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA; COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA.				
Capital: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) Capital Integralizado: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Empresa de pequeno porte	Prazo de Duração Indeterminado	
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato				
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
DEONIRIA GOMES FARIAS 517.974.029-00	700,00	SOCIO		XXXXXXXXXX
LAURA FARIAS CARBONE 087.811.489-09	69.300,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
Administrador Nomeado/Término do Mandato				
Nome/CPF NELITA GOMES FARIAS 020.566.839-42	Término do Mandato XXXXXXXXXX			
Último Arquivamento Data: 29/03/2017 Ato: ALTERAÇÃO Evento(s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX	

Florianópolis - SC, quinta-feira, 24 de janeiro de 2019



HENRY GOY PETRY NETO

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Eu,
Conferi e assino.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
DE: FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP.
END: RUA 600, Nº 500 – CENTRO –
CEP: 88.330-630 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC -
REPRESENTANTE: JOSNEI RODRIGUES (procurador)
CPF: 870.612.799-15
EMAIL: josneisei@hotmail.com
FONE: 47 3264 0004 / 47 3644 9952 / 49 9 8863 3217
INSCR. ESTADUAL: 25.690.359-8
CNPJ: 11.943.540/0001-25
RECEBIMENTO: ATÉ ÀS 14:45 DO DIA 10/04/2019

FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP

CNPJ: 11.943.540/0001-25

RUA, 600, 500 – CENTRO – CEP: 88.330-630
BALNEÁRIO CAMBORIU / SC - FONE: 47 3264 0004

218

PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019
PROCESSO Nº 578/2019

DADOS DA EMPRESA:

RASÃO SOCIAL: FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA. – EPP

CNPJ: 11.943.540/0001-25

INCR. EST.: 256.093.598

END: RUA, 600, 500 – CENTRO – CEP: 88.330-630

BALNEÁRIO CAMBORIU / SC - FONE: 47 3264 0004

EMAIL: josneisei@hotmail.com

DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL / AG.4237-4 CONTA Nº 12129-0

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

ITEM	QUAN T	UNID	MARCA/ /MODELO	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	28	UN	DISMACEN TER/SOB MEDIDA	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO – Medida 120 altura X 400 comprimento - Confeccionado em MDF 9mm, e laminado melamínico verde quadriculado, espessura de 1,0mm, 1 módulo central de plano com medida proporcional ao quadro e 2 módulos laterais com curvatura nas extremidades de 20 cm a 35 cm de acordo com o comprimento e complementando a medida do quadro, laterais em MDF 15mm branco. 01 armário lateral confeccionado em MDF com porta e fechadura, suporte para giz e apagador acompanhando toda a extensão e concauidade do quadro, confeccionado em MDF branco na espessura de 9mm. Frete e Instalação inclusos. Garantia mínima de 12 meses.	1.345,00	37.660,00
				Total em R\$ (Trinta e sete mil seiscentos e sessenta reais).		37.660,00

Prazo de validade da proposta: 60 dias a contar de sua apresentação.

Condições de pagamento: 30 (trinta) dias após a entrega dos móveis...

Prazo de entrega e montagem: 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, de segunda a sexta
feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.

Local de entrega: conforme solicitado no empenho.

Garantia: 12 meses contra defeito de fabricação ou conforme solicitar no item.

Declaramos que concordamos com todas as exigências do edital.

*Declaro estar enquadrado na condição
de Empresa de Pequeno Porte*

PIÊN/PR, 10 DE ABRIL DE 2019.

FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP
JOSNEI RODRIGUES (REPRESENTANTE PROCURADOR)
RG: 2.969.927 / CPF: 870.612.799-15



Prefeitura Municipal de Piên

219

PROTOCOLO

Processo: 692 / 2019

Requerente: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME**

CNPJ: 26.716.048/0001-94

Contato: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: MÁXIMA

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS
Protocolista



Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Processo: 692 / 2019

Requerente: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME**

CNPJ: 26.716.048/0001-94

Contato: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME -**

Telefone:

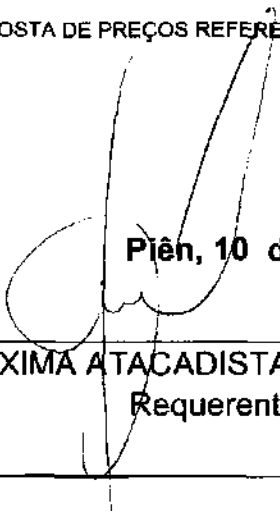
Assunto: **LICITAÇÃO - Versão: 1**

Descrição: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO
033/2019
FORNECEDOR: MÁXIMA

Tempo Minimo Estimado: 0 dias.

Tempo Maximo Estimado: 0 dias.

Piên, 10 de Abril de 2019.


MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME
Requerente

**ALTERAÇÃO Nº 01 DO ATO CONSTITUTIVO DE
"MÁXIMA ATACADISTA EIRELI"**

CNPJ: 26.716.048/0001-94

JOSE SENILTON KOHLBECK, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 24/10/1976, empresário, CPF nº 868.877.189-87, portador da Carteira de Identidade nº 2.927.811 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado em Rio Negrinho-SC, na Rua Nilo Saldanha Franco nº 311, Bairro Ceramarte, CEP nº 89295-000, titular da empresa "**MÁXIMA ATACADISTA EIRELI**", pessoa jurídica de direito privado, registrada na forma de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42600279507 em 14/12/2016, com sede em Rio Negrinho-SC, Rua Adolfo Konder nº 279 – sala 03, Bairro São Rafael, CEP nº 89295-000, inscrita no CNPJ nº 26.716.048/0001-94, resolve alterar seu ato constitutivo:

1ª. a) O titular **JOSE SENILTON KOHLBECK**, já qualificado, transfere neste ato, por toda, o capital de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o novo titular **LUIZ MARILDO MUELLER**, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 16/07/1965, empresário, CPF nº 516.501.429-00, portador da Carteira Nacional Habilitação nº 03656012560 expedida pela Detran/SC, residente e domiciliado em São Bento do Sul-SC, na Rua Paulo Parucker nº 578, apto 52, bairro Centro, CEP 89.280-393.

Alteração da administração da empresa.

Em razão dessas modificações, as cláusulas 5ª, 7ª e 8ª do Ato Constitutivo passam a ter a seguinte redação:

Cláusula 5ª: A empresa é administrada pelo seu titular, **LUIZ AMARILDO MUELLER**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Cláusula 7ª: O titular declara que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

Cláusula 8ª: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Jose Senilton Kohlbeck

Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 17/04/2018

Arquivamento 20189454121 Protocolo 189454121 de 10/04/2018

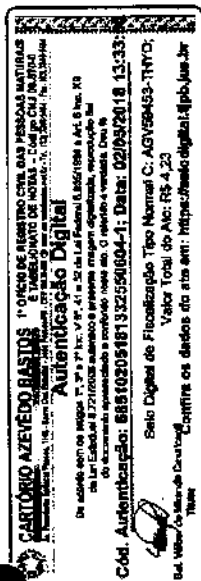
Nome da empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI NIRE 42600279507

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 306168364009203

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2018

por Gerson Antonio Basso - Secretário-geral em exercício;



À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Ato Constitutivo, com a seguinte redação:

Cláusula 1ª: A empresa gira sob o nome empresarial "MÁXIMA ATACADISTA EIRELI" e tem sede e domicílio em Rio Negrinho-SC, Rua Adolfo Konder nº 279 – sala 03, Bairro São Rafael, CEP nº 89295-000.

Cláusula 2ª: O capital é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

Parágrafo único – a responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

Cláusula 3ª: O objeto da empresa é o de comércio atacadista de materiais para escritório; papelaria e material escolar; livros; brinquedos e artigos recreativos; artigos esportivos; instrumentos musicais; bolsas e mochilas; confecções e acessórios; calçados; artigos de cama, mesa e banho; tecidos; armarinhos; material para artesanato; gêneros alimentícios; bebidas; produtos de higiene e limpeza; materiais, equipamentos e suprimentos de informática; eletrodomésticos e eletroeletrônicos; móveis para escritório, escolar e hospitalar; material de construção; artigos de fotografia; equipamentos para escritório; D'S e DVD'S; equipamentos e materiais hidráulicos e elétricos; pneus; câmaras; motores; divisórias; esquadrias de ferro e alumínio; persianas; sementes; madeira e tefatos; produtos descartáveis; utensílios domésticos; artigos decorativos; bombas e impressores diversos; pilhas; baterias; materiais para sinalização; controle e alarme; lanças e acessórios; materiais de segurança; extintores; material de enfermagem; artigos de mecanografia e tipografia; material para gráficas; material de embalagem; materiais para condicionamento e refrigeração; fornos e equipamentos para secagem; ferramentas em geral; artigos de marcenaria e carpintaria; ferragens para móveis; artigos de colchoaria; comércio varejista de madeira e artefatos e ferragens para móveis; serviços de fotocópias e cadernações; serviços de montagem de móveis; serviços de representação comercial.

Cláusula 4ª: A empresa iniciou suas atividades em 14 de dezembro de 2016 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª: A empresa é administrada pelo seu titular, **LUIZ AMARILDO UELLER**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Cláusula 6ª: O exercício coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 7ª: O titular declara que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

Luiz Amarildo Ueller

Página 2 de 3

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2018

Arquivamento 20189454121 Protocolo 189454121 de 10/04/2018

Nome da empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI NIRE 42600279507

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 306168364009203

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2018

por Gerson Antonio Basso - Secretário-geral em exercício;

17/04/2018



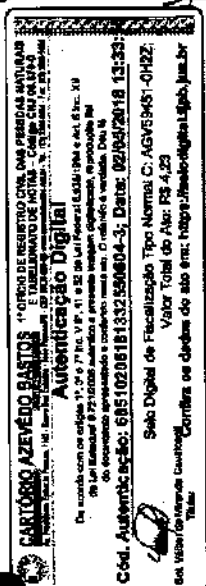
Cláusula 8ª: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 9ª: Fica eleito o foro da Cidade de Rio Negrinho/SC, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato Constitutivo de EIRELI.

Rio Negrinho/SC, 23 de março de 2018.

Se Senilton Kohlbeck
se Senilton Kohlbeck

Luiz Amarildo Mueller
Luiz Amarildo Mueller



Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2018

Arquivamento 20189454121 Protocolo 189454121 de 10/04/2018

Nome da empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI NIRE 42600279507

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucsc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 306168364009203

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2018

por Gerson Antonio Basso - Secretário-geral em exercício;

17/04/2018



223

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA
DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes*.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/05/2018 10:29:55 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 973229

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **03/05/2019 10:14:15 (hora local)**.

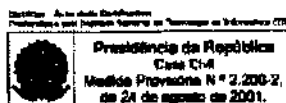
***Código de Autenticação Digital:** 68510205181332550604-1 a 68510205181332550604-3

***Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

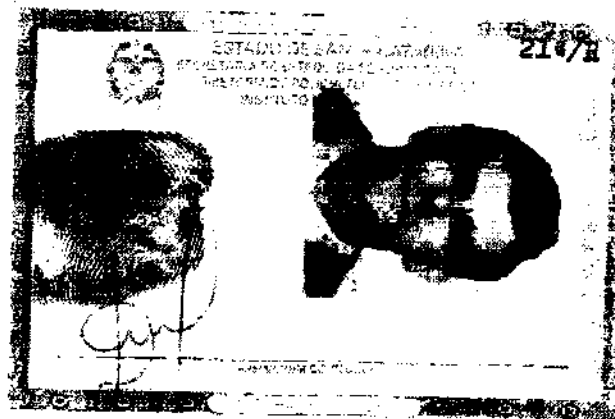
O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b988ac8ea30961a9ff7c60b335bbe408d1aabbf8db31b369ca715d8d51cc8bfa9478d04447429f265a85d7568
b0a602b5185367b79037d6f23fc9e98d06b8dfd0



Handwritten signatures and initials.



1.646.471 03.09.1997

EDIZ AMARILDO MUELLER

Haraldo Mueller
Maria Mueller

Rio Negrinho-SC 16.07.1965

Cert.Cas.Nº2.442-Iv.N-9-Fls.014.
Cart.Rio Negrinho-SC.
516.501.429-00

CARTÃO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELAMENTO DE NOTAS - CAMPO DE SÃO JOÃO

Autenticação Digital

De acordo com o art. 1º, § 2º, do Lei nº 11.307/2006, o presente documento eletrônico possui a mesma validade do documento físico, desde que o mesmo seja assinado digitalmente.

Cód. Autenticação: 68812401161215100128-1; Data: 24/01/2018 13:23.

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AG.803643-8FT;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Verifique a validade do documento em: <https://webodigital.spb.jus.br>

225

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **28/01/2019 10:07:57 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 897350

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/01/2020 08:14:12 (hora local)**.

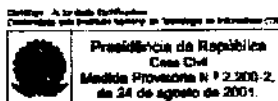
¹Código de Autenticação Digital: 68512401181215100128-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5c715833c7c922deb0989c17f77121f72ee3581b2e896177ae426e4d5cddfae1478d04447429f285a85d7568b0a602b5074c2ac5cf608f7c46c5ea0d37d09928



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

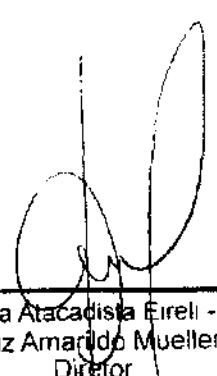
DECLARAÇÃO

Máxima Atacadista Eireli, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.716.048/0001-94, por intermédio de seu Representante Legal, Sr. Luiz Amarildo Mueller, portador da Carteira de Identidade nº 21/R 1.646.471, inscrito no CPF/MF sob o nº 516.501.429-00, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 033/2019, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
2. (X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
3. () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Rio Negrinho, 10 de abril de 2019.


Máxima Atacadista Eireli - ME
Luiz Amarildo Mueller
Diretor
RG: 21/R.1.646.471

26 716 048/0001-94

MÁXIMA ATACADISTA
EIRELI - ME

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03
BAIRRO SÃO RAFAEL - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SC



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 42 6 0027950-7	CNPJ 26.716.048/0001-94	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 14/12/2016	Data de Início de Atividade 14/12/2016
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA ADOLFO KONDER, 279-SALA 03, SÃO RAFAEL, RIO NEGRINHO, SC, 89.295-000			
Objeto Social COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO; PAPELARIA E MATERIAL ESCOLAR; LIVROS; BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; ARTIGOS ESPORTIVOS; INSTRUMENTOS MUSICAIS; BOLSAS E MOCHILAS; CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS; CALÇADOS; ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO; TECIDOS; ARMARINHOS; MATERIAL PARA ARTESANATO; GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; BEBIDAS; PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA; MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS; MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, ESCOLAR E HOSPITALAR; MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; ARTIGOS DE FOTOGRAFIA; EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; CD'S E DVD'S; EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS; PNEUS; CÂMARAS; MOTORES; DIVISÓRIAS; ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO; PERSIANAS; SEMENTES; MADEIRA E ARTEFATOS; PRODUTOS DESCARTÁVEIS; UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; ARTIGOS DECORATIVOS; BOMBAS E COMPRESSORES DIVERSOS; FILHAS; BATERIAS; MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO; CONTROLE E ALARME; BALANÇAS E ACESSÓRIOS; MATERIAIS DE SEGURANÇA; EXTINTORES; MATERIAL DE ENFERMARIA; ARTIGOS DE MECANOGRRAFIA E TIPOGRAFIA; MATERIAL PARA GRÁFICAS; MATERIAL DE EMBALAGEM; MATERIAIS PARA CONDICIONAMENTO E REFRIGERAÇÃO; FORNOS E EQUIPAMENTOS PARA SECAGEM; CERAS; INSUMOS E ARTIGOS AGRÍCOLAS; MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS; FERRAMENTAS EM GERAL; ARTIGOS DE MARCENARIA E CARPINTARIA; FERRAGENS PARA MÓVEIS; ARTIGOS DE COLCHOARIA; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS E FERRAGENS PARA MÓVEIS; SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS E ENCADERNAÇÕES; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS; SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.			
Capital: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) Capital Integralizado: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Empresa de pequeno porte	Prazo de Duração Indeterminado
Titular Nome/CPF JOSE SENILTON KOHLBECK 888.877.189-87 LUIZ AMARILDO MUELLER 516.501.429-00	Administrador sim sim	Início do Mandato 14/12/2016 17/04/2018	Término do Mandato 17/04/2018 XXXXXXXXXX
Administrador Nomeado/Término do Mandato Nome/CPF LUIZ AMARILDO MUELLER 516.501.429-00 Término do Mandato XXXXXXXXXX			
Último Arquivamento Data: 02/07/2018 Número: 20180900896 Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE Evento(s): REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, quarta-feira, 3 de abril de 2019

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

Certificação - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informação



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Eu,
Conferi e assino.

Documento Assinado Digitalmente 03/04/2019
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

ANEXO V

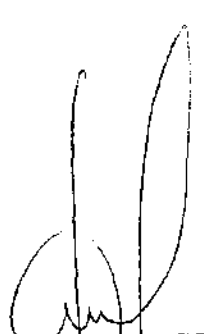
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO Nº 033/2019

Sra. Pregoeira,

Pela presente, declaramos que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa Máxima Atacadista Eireli cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2019, cujo objeto é o Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

Rio Negrinho, 10 de abril de 2019.


Máxima Atacadista Eireli - ME
Luiz Amarido Mueller
Diretor


26 716 048/0001-94

**MÁXIMA ATACADISTA
EIRELI - ME**

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03
BAIRRO SÃO RAFAEL - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SC



Consulta de Impedidos de Licitar

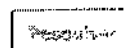
Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	Tipo documento	CNPJ	Número documento	26716048000194
Nome				

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até



NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 26716048000194!

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 26716048000194

LIMPAR

Data da consulta: 10/04/2019 14:23:26

Data da última atualização: 10/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (10/04/2019 às 15:00) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 26.716.048/0001-94.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CAE.2F47.D91E.6239



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/05/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 10 de Abril de 2019

NEGATIVA Nº: 484/2019

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJ42QETJ244MC999

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME

**INSCRIÇÃO EMPRESA
DE FORA**

59366

CNPJ/CPF

26.716.048/0001-94

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

ENDEREÇO

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03 - SAO RAFAEL CEP: 89295000 Rio Negrinho - SC

CNAE / ATIVIDADES

Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria

Emitido por: << Equiplano Público Web >>



REFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REGÃO PRESENCIAL N.º 033/2019

LICITANTE: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DATA DE ENTREGA: 10/04/2019 às 15h:00min

Endereço: Rua Adolfo Konder, nº 279, Sala 03, Bairro São Rafael, Rio Negrinho – CEP 89.295-000- SC

CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual: 258.204.982 Fone: (47) 3644-6300

Endereço Eletrônico: licitacoes@grupomaxima.com.br; luiz@grupomaxima.com.br

233

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 26.716.048/0001-94 **Fornecedor:** Máxima Atacadista Eireli

E-mail: licitacoes@grupomaxima.com.br

Endereço: Adolfo Konder 279 Sala 03 - São Rafael - Rio Negrinho/SC - CEP 89295-000

Telefone: (47) 3644 6300 **Fax:**

Celular:

Inscrição Estadual: 258.204.982

Contador:

Telefone contador:

Representante: Luiz Amarildo Mueller

CPF: 516.501.429-00

RG: 21/R 1.646.471

Endereço representante: Adolfo Konder 279 - São Rafael - Rio Negrinho/SC - CEP 89295-000

Telefone representante: (47) 3644 6300

E-mail representante: licitacoes@grupomaxima.com.br

Banco: 1 - BB

Agência: 1394-3 - Banco do Brasil - Rio Negrinho/SC

Conta: 3992-6

Data de abertura:

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote: 001 **Lote 001**

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtd.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO - MEDIDA 120 ALTURA COMPRIMENTO - CONFECCIONADO EM MDF 9MM, E LAMINADO MELAMÍNICO VERDE QUADRICULADO, ESPESSURA DE 1,0MM. 1 MÓDULO CENTRAL DE PLANO COM MEDIDA PROPORCIONAL AO QUADRO E 2 MÓDULOS LATERAIS COM CURVATURA NAS EXTREMIDADES DE 20 CM A 35 CM DE ACORDO COM O COMPRIMENTO E COMPLEMENTANDO A MEDIDA DO QUADRO. LATERAIS EM MDF 15MM BRANCO. 01 ARMÁRIO LATERAL CONFECCIONADO EM MDF COM PORTA E FECHADURA, SUPORTE PARA GIZ E APAGADOR ACOMPANHANDO TODA A EXTENSÃO E CONCAVIDADE DO QUADRO, CONFECCIONADO EM MDF BRANCO NA ESPESSURA DE 9MM. FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	28,00	UN	2.087,75	M Mobile		1.169,47	32.745,16

Máxima Atacadista Eireli - ME
Luiz Amarildo Mueller
Diretor

26 716 048/0001-94

**MÁXIMA ATACADISTA
EIRELI - ME**

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03
BAIRRO SÃO RAFAEL - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SC

PREÇO TOTAL DO LOTE: 32.745,16

TOTAL DA PROPOSTA: 32.745,16

Máxima Atacadista Eireli
CNPJ: 26.716.048/0001-94

Proposta de Preços

26 716 048/0001-94

**MÁXIMA ATACADISTA
EIRELI - ME**

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03
BAIRRO SÃO RAFAEL - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SC

Licitante: Máxima Atacadista Eireli

CNPJ: 26.716.048/0001-94

Inscrição Estadual: 258.204.982

Endereço: Rua Adolfo Konder n. 279, Sala 03, Bairro São Rafael, Rio Negrinho - CEP: 89295.000 – SC.

Telefone: (47) 36446300

Contas Bancárias para pagamento:

***Banco Brasil, Agência nº 1394-3, Conta Corrente nº. 3992-6**

***Bradesco, Agência nº 0366-2, Conta Corrente nº 3741-9**

Representante: Luiz Amarildo Mueller Cargo: Diretor

CPF: 516.501.429-00 RG: 21/R 1.646.471

E-mail p/ envio de Pedidos: faturamento@grupomaxima.com.br

Prefeitura Municipal de Piên

Pregão Presencial Nº 033/2019

Processo Nº 578/2019

CONDIÇÕES GERAIS:

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho.

Local da Entrega: Nas escolas municipais, conforme endereços descritos na Nota de Empenho.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal.

Frete: CIF

Declaramos que nos preços propostos estão inclusas todas as despesas, tais como: impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

As demais cláusulas conforme Edital.

Declaramos, ainda, que, estamos enquadrados no regime de tributação de empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Informamos que o e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo será o faturamento@grupomaxima.com.br,

e declaramos que se responsabilizamos pela comunicação feita pelo e-mail indicado.

Rio Negrinho, 10 de abril de 2019.

Máxima Atacadista Eireli - ME
Luiz Amarildo Mueller
Diretor
RG: 21/R 1.646.471

Fone: (47) 36446300 E-mail: licitacoes@grupomaxima.com.br; luiz@grupomaxima.com.br

Rua Adolfo Konder, 279, Sala 03 - Bairro: São Rafael - Cep 89295-000 - Rio Negrinho/SC

CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual: 258.204.982



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2019

LICITANTE: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI

ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO

DATA DE ENTREGA: 10/04/2019 às 15h:00min

236

Rua Adolfo Konder, nº 279, Sala 03, Bairro São Rafael, Rio Negrinho – CEP 89.295-000- SC

CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual: 258.204.982 Fone: (47) 3644-6300

Endereço Eletrônico: licitacoes@grupomaxima.com.br; luiz@grupomaxima.com.br

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte, Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.716.048/0001-94 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL MAXIMA ATACADISTA EIRELI		DATA DE ABERTURA 14/12/2016	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) S/D		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.48-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.41-8-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 46.49-4-05 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem 46.35-4-02 - Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante 46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 46.72-9-09 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 46.49-4-07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-6 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			
LOGRADOURO R ADOLFO KONDER		NÚMERO 279	
CEP 89.295-000		COMPLEMENTO SALA 03	
BAIRRO/DISTRITO SAO RAFAEL		MUNICÍPIO RIO NEGRINHO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@GRUPOMAXIMA.COM.BR		UF SC	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		TELEFONE (47) 3644-6300 / (47) 3644-2060	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/12/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/03/2019** às **08:49:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.716.048/0001-94	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/12/2016
NOME EMPRESARIAL MAXIMA ATACADISTA EIRELI		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico 46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramíneas 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos 82.19-9-01 - Fotocópias 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO R ADOLFO KONDER	NÚMERO 279	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 89.295-000	BAIRRO/DISTRITO SAO RAFAEL	MUNICÍPIO RIO NEGRINHO
UF SC	TELEFONE (47) 3644-6300 / (47) 3644-2080	
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@GRUPOMAXIMA.COM.BR		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/12/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/03/2019** às **08:49:09** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

239

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

		
ESTADO DE SANTA CATARINA		
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS		
CNPJ/CPF 26.716.048/0001-94	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTATUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	Início Atividade com ICMS 09/02/2017
INSCRIÇÃO ESTATUAL 258.204.982	NOME EMPRESARIAL MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) S/D		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 4647801 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 8219901 - Fotocópias 4530702 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras de ar 4619200 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 4623106 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas 4635499 - Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente 4639701 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral 4641901 - Comércio atacadista de tecidos 4641902 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 4641903 - Comércio atacadista de artigos de armarinho 4642701 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 4642702 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 4643501 - Comércio atacadista de calçados 4643502 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem 4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 4647802 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 4649401 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 4649402 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 4649404 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 4649405 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas 4649407 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos 4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 4649499 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 4651601 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 4651602 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 4661300 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 4665600 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças 4668901 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças 4668999 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 4671100 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados 4672900 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 4673700 - Comércio atacadista de material elétrico 4679604 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente 4679699 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 4686902 - Comércio atacadista de embalagens 4689399 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 4692300 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários 4744001 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 4744002 - Comércio varejista de madeira e artefatos 1822901 - Serviços de encadernação e plastificação 3329501 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material		
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/ISPENSADO A EMITIR OS SEQUENTES DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 09/02/2017 *****		

240

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2305 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EMPRESÁRIA)			
LOGRADOURO RUA ADOLFO KONDER		NÚMERO 279	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 89295-000	BAIRRO/DISTRITO SÃO RAFAEL	MUNICÍPIO RIO NEGRINHO	UF SC
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 09/02/2017			

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em 15/03/2019 08:23:18 (data e hora de Brasília).

IMPRIMIR

VOLTAR

241

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 26716048/0001-94
Razão Social: MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
Endereço: RUA ADOLFO KONDER 279 SALA 03 / SAO RAFAEL / RIO NEGRINHO / SC / 89295-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2019 a 14/04/2019

Certificação Número: 2019031604434401461354

Informação obtida em 25/03/2019, às 07:33:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAXIMA ATACADISTA EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 26.716.048/0001-94

Certidão nº: 166121814/2019

Expedição: 11/01/2019, às 15:24:23

Validade: 09/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAXIMA ATACADISTA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.716.048/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MAXIMA ATACADISTA EIRELI
CNPJ: 26.716.048/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:24:11 do dia 21/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/05/2019.

Código de controle da certidão: **2ECA.F6A9.1B33.E02E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI**
CNPJ/CPF: **26.716.048/0001-94**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	190140026830604
Data de emissão:	19/03/2019 08:31:52
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	18/05/2019

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO
ESTADO SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

245

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 2094/2019

Contribuinte

Nome/Razão: 389277 - MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME

CNPJ/CPF: 26.716.048/0001-94

Endereço: RUA ADOLFO KONDER, 279

Complemento:

Bairro: SAO RAFAEL

Cidade: Rio Negrinho - SC

Finalidade

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
19/03/2019	60 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Rio Negrinho - SC, 19 de março de 2019

Código de Autenticação: WGT211201-000-ZQUIUL-290692024

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Presencial nº 033/2019

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

- a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
- b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
- c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
- e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Negrinho, 10 de abril de 2019.


Máxima Atacadista Eireli - ME
Luiz Amarildo Mueller
Diretor

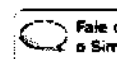

26 716 048/0001-94

MÁXIMA ATACADISTA
EIRELI - ME

RUA ADOLFO KONDER, 279 - SALA 03
BAIRRO SÃO RAFAEL - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SC

SIMPLES
NACIONAL**247**

Busca

**Simples**
Serviços**Simei**
Serviços[Início](#) [Voltar](#) [A+](#)**Consulta Optantes**

Data da consulta: 09/04/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 26.716.048/0001-94

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **MAXIMA ATACADISTA EIRELI****Situação Atual**Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 14/12/2016**Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI****Períodos Anteriores**Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem****Agendamentos (Simples Nacional)**Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem****Eventos Futuros (Simples Nacional)**Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem****Eventos Futuros (SIMEI)**[Política de Privacidade e Condições de Uso](#)



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 42 6 0027950-7	CNPJ 26.716.048/0001-94	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 14/12/2016	Data de Início de Atividade 14/12/2016
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA ADOLFO KONDER, 279-SALA 03, SÃO RAFAEL, RIO NEGRINHO, SC, 89.295-000			
Objeto Social COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO; PAPELARIA E MATERIAL ESCOLAR; LIVROS; BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; ARTIGOS ESPORTIVOS; INSTRUMENTOS MUSICAIS; BOLSAS E MOCHILAS; CONFEÇÕES E ACESSÓRIOS; CALÇADOS; ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO; TECIDOS; ARMARINHOS; MATERIAL PARA ARTESANATO; GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; BEBIDAS; PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA; MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS; MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, ESCOLAR E HOSPITALAR; MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; ARTIGOS DE FOTOGRAFIA; EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; CD'S E DVD'S; EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS; PNEUS; CÂMARAS; MOTORES; DIVISÓRIAS; ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO; PERSIANAS; SEMENTES; MADEIRA E ARTEFATOS; PRODUTOS DESCARTÁVEIS; UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; ARTIGOS DECORATIVOS; BOMBAS E COMPRESSORES DIVERSOS; PILHAS; BATERIAS; MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO; CONTROLE E ALARME; BALANÇAS E ACESSÓRIOS; MATERIAIS DE SEGURANÇA; EXTINTORES; MATERIAL DE ENFERMARIA; ARTIGOS DE MECANOGRÁFIA E TIPOGRAFIA; MATERIAL PARA GRÁFICAS; MATERIAL DE EMBALAGEM; MATERIAIS PARA CONDICIONAMENTO E REFRIGERAÇÃO; FORNOS E EQUIPAMENTOS PARA SECAGEM; CERAS; INSUMOS E ARTIGOS AGRÍCOLAS; MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS; FERRAMENTAS EM GERAL; ARTIGOS DE MARCENARIA E CARPINTARIA; FERRAGENS PARA MÓVEIS; ARTIGOS DE COLCHOARIA; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS E FERRAGENS PARA MÓVEIS; SERVIÇOS DE FOTOCOPIAS E ENCADERNAÇÕES; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS; SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.			
Capital: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)	Capital Integralizado: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Empresa de pequeno porte	Prazo de Duração Indeterminado
Títular Nome/CPF	Administrador	Início do Mandato	Término do Mandato
JOSE SENILTON KOHLBECK 868.877.189-87	sim	14/12/2016	17/04/2018
LUIZ AMARILDO MUELLER 516.501.429-00	sim	17/04/2018	XXXXXXXXXX
Administrador Nomeado/Término do Mandato Nome/CPF LUIZ AMARILDO MUELLER 516.501.429-00			Término do Mandato XXXXXXXXXX
Último Arquivamento Data: 02/07/2018 Número: 20188900896 Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE Evento(s): REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE		Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX	

Florianópolis - SC, quarta-feira, 3 de abril de 2019

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

Eu,
Conferi e assino.

Certidão - Autenticada Certificadora
Certificada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 03/04/2019
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

249

PREGÃO Nº 033/2019

**CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS
LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

No dia dez do mês de abril de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Piên, localizada na Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, a pregoeira e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 198/2018, para procederem às atividades pertinentes ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2019**, que tem como objeto o **Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria de Educação**. Às 14:45 horas encerrou-se o prazo para protocolização dos envelopes de proposta de preços e de habilitação pelas empresas interessadas em participar do certame, conforme previsto no item 1.4 do Edital. Às 15:00 horas foi aberta a sessão pública, iniciando o período de identificação/credenciamento dos representantes, tendo sido credenciadas 08 empresas participantes a saber: **FFN FORNAZARI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 13.104.805/0001-27, estabelecida na Avenida José Maria de Almeida Prado, nº 757, Distrito Industrial, em Itapui/SP, CEP 17.230-000, fone: (14) 3664-2110, sem representante na sessão; **NAMIARI MÓVEIS EIRELI - ME**, inscrito no CNPJ sob nº 17.591.628/0001-01, estabelecida na Avenida das Araucárias, nº 885, Bairro Barigui, em Araucária/PR, CEP 83.707-642, fone: (41) 3607-1881, representado nesta sessão pelo Sr. Mario Luiz Tuleski, portador do RG nº 4867306-06 SESP/PR. e inscrito no CPF sob nº 818.259.609-25; **LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 23.042.258/0001-56, estabelecida na Rodovia Gumercindo Boza, nº14863, Galpão 001, Bairro Mato Limpo em Campo Magro/PR, CEP 85.535-000, fone: (41) 3039-8855, representado nesta sessão pelo Sr. Paulo Roberto de Carvalho portador do RG nº 4.44949 e inscrito no CPF sob nº 320.980.739-68; **CWR COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.524.956/0001-46, estabelecida a Rua Pedro Druszc, nº 630, Sala 04, Centro, em Araucária/PR, CEP 83702-080, fone: (41) 3642-7206, representado nesta sessão pelo Sr. Rubilan Brancalhon Sapla, portador do RG nº 7319359-1 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº 007.880.519-89; **RICHELSE MÓVEIS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 20.265.303/0001-43, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº 1527, Bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.265-515, fone: (47) 3275-6175, representado nesta sessão pelo Sr. Jonas Todt, portador do RG nº 3.117.935 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 937.966.769-87; **ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA -ME**, inscrita no CNPJ sob nº 08.3331.877/0001-77, estabelecida na Avenida Manoel Ribas, nº 7423, CJ 01, Bairro Santa Felicidade, em Curitiba/PR, CEP 82.400-000, fone: (41) 3677-6434, representado nesta sessão pelo Sr. Bruno Cezar Barboza, portador do RG nº 4.425.128 e inscrito no CPF sob nº 065.239679-80; **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 26.716.048/0001-94, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, sala 03, Bairro São Rafael, Rio Negrinho/SC, CEP 89.295-000, fone: (47) 3644-6300, representada pelo Sr. Luiz Amarildo Mueller, portador do RG nº 1.646.471 e inscrito no CPF sob nº 516.501.429-00 e **FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 11.943.540/0001-25,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ 250

estabelecida na Rua 600, nº 500, Bairro Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP 88330-632, fone: (47) 3264-0004, representada pelo Sr. Josnei Rodrigues, portador do RG nº 2.927.969 e inscrito no CPF sob nº 870.612.799-15. Imediatamente após o encerramento do período de credenciamento a pregoeira e sua equipe de apoio iniciaram a abertura dos envelopes de propostas de preços, efetuando a verificação dos requisitos exigidos no edital. A pregoeira verificou os preços ofertados e sua conformidade com previsão editalícia. Foi constatado que todas as empresas apresentaram a proposta de acordo com o Edital. Após verificação e rubricas nas propostas. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados optaram por manter o inicialmente ofertado na proposta escrita, cujo Relatório de Lances segue em anexo. A documentação apresentada pelas demais licitantes foi verificada e estava em conformidade com as exigências do edital, sendo, portanto, habilitada. Os representantes presentes analisaram e vistaram a documentação, não tendo nada a acrescentar ao que já foi relatado. A pregoeira declarou a empresa **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI** vencedora, conforme registrado no Relatório de Classificação por Fornecedor que segue anexo. Concluídos os procedimentos relativos ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2019**, considerando que: a) as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; b) as vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; c) os preços cotados estão dentro do limite estabelecido em edital; d) não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recurso. Para a regular finalização do procedimento, a pregoeira adjudicou o item à empresa acima identificada. Nada mais havendo, foi lavrada esta ata, ressaltando, ainda, que os membros da equipe de apoio, ao assinarem a ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

Pregoeira: **PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI**

Equipe de apoio: **DOROTI DE FÁTIMA PIECKOCZ**

Equipe de apoio: **BERNADETE M. DOS SANTOS**

LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

RICHELSE MÓVEIS EIRELI - EPP

ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

MÁXIMA ATACADISTA EIRELI

FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP

[Handwritten signatures and stamps over the list of companies]

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal de Piên - 2019

Relatório de Lances dos Fomecedores

Pregão 33/2019

251

Impresso:

Página: 1

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE QUADROS LOUSAS PARA AS SALAS DE AU

Lote: 0001 Item: 0001 QUADRO LOUSA VERDE - CONJUNTO QUADRICULADO - MEDIDA 120x120x30 Marca/Material: Quantidade: 28,00

CONTEÚDO: CONJUNTO DE 01 ARMÁRIO EM MDF 15MM, EXIBINDO O METALÍFICO VERDE QUADRICULADO, ESPESURA DE 1,0MM, 1 MÓDULO CENTRAL DE PLANO COM MEDIDA PROPORCIONAL AO QUADRO E 2 MÓDULOS LATERAIS COM CURVATURA NAS EXTREMIDADES DE 20 CM A 35 CM DE ACORDO COM O COMPRIMENTO E COMPLEMENTANDO A MEDIDA DO QUADRO, LATERAIS EM MDF 15MM BRANCO
01 ARMÁRIO LATERAL CONFECCIONADO EM MDF COM PORTA E FECHADURA, SUPORTE PARA GIZ E APAGADOR ACOMPANHANDO TODA A EXTENSÃO E CONCAVIDADE DO QUADRO, CONFECCIONADO EM MDF BRANCO NA ESPESURA DE 9MM.
FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Fornecedor: 15668	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	M Móvel	Vencedor
Rodada:	Valor		
Lance Inicial	1.189,47		
1	1.189,47		
Fornecedor: 11432	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP	DISMAGENTER	Declinou
Rodada:	Valor		
Lance Inicial	1.345,00		
Fornecedor: 15808	RICHELSE MOVEIS -EIRELI EPP	VAMBEI	Declinou
Rodada:	Valor		
Lance Inicial	1.352,00		

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Pregoeiro

DOROTI DE FATIMA PIECKOCZ
Membro

BERNADETE MAGUIROVSKI DOS SANTOS
Membro

ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS-LTDA

MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME
Luiz Amílcar Mueller

NAMIARE MOVEIS EIRELI - ME

FRN FORNAZARI - ME

LOUSATEC FABRICA DE QUADROS ESCOLARES EIRELI

CWR COMERCIAL LTDA

RICHELSE MOVEIS -EIRELI EPP

FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP



Prefeitura Municipal de Piên - 2019

Classificação por Fornecedor

Pregão 33/2019

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 15086-0 MAXIMA ATADADISTA EIRELI - ME CNPJ: 26.716.048/0001-04 Telefone: 47 36426306 Status: Classificado Email: Representante: 9526-5 Luis Antonio Muelde									
Lote 001 - Lote 001								32.745,16	
001	19115 QUADRO LOUSA VERDE CÔNCAVO QUADRICULADO - MEDIDA 120 ALTURA X 400	UN	29,00	Classificado	M Móbile		1.168,47	32.745,16	*
COMPRIMENTO - CONFECCIONADO EM MDF 9MM, E LAMINADO MELAMÍNICO VERDE QUADRICULADO, ESPESSURA DE 1,0MM, 1 MÓDULO CENTRAL DE PLANO COM MEDIDA PROPORCIONAL AO QUADRO E 2 MÓDULOS LATERAIS COM CURVATURA NAS EXTREMIDADES DE 20 CM A 35 CM DE ACORDO COM O COMPRIMENTO E COMPLEMENTANDO A MEDIDA DO QUADRO, LATERAIS EM MDF 15MM BRANCO. 01 ARMÁRIO LATERAL CONFECCIONADO EM MDF COM PORTA E FECHADURA, SUPORTE PARA GIZ E APAGADOR ACOMPANHANDO TODA A EXTENSÃO E CONCAVIDADE DO QUADRO, CONFECCIONADO EM MDF BRANCO NA ESPESSURA DE 9MM. FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES									
VALOR TOTAL:								32.745,16	

[Handwritten signatures and marks]

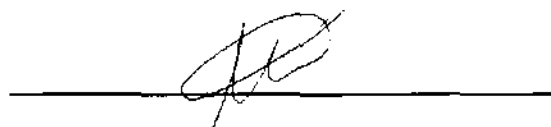
252

DECLARAÇÃO

Rubilan Brancalhoní brasileiro, inscrito no CPF nº 007.880.519-89 designado para representar a empresa **CWR COMERCIAL LTDA**, CNPJ 10.524.956/0001-46 na sessão pública do Pregão Presencial nº 033/2019 promovido pelo Município de Piên, declara para os devidos fins que está retirando-se da sessão pública às 15: 40 horas para atender compromissos particulares e que participou parcialmente da fase de lances verbais e do julgamento dos documentos de habilitação relativos ao item 8.1 do edital, estando de acordo com o julgamento proferido pela Pregoeira relativo aos lances e documentos, bem como da decadência do direito de recurso, em razão da saída antecipada.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Piên/PR, 10 de ABRIL de 2019



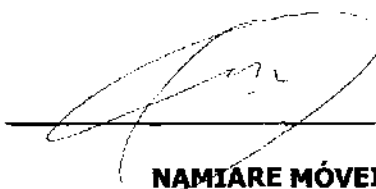
CWR COMERCIAL LTDA

DECLARAÇÃO

Mario Luiz Tuleski brasileiro, inscrito no CPF nº 818.259.609-25 designado para representar a empresa **NAMIARE MÓVEIS**, CNPJ 17.591.628/0001-01 na sessão pública do Pregão Presencial nº 033/2019 promovido pelo Município de Piên, declara para os devidos fins que está retirando-se da sessão pública às 15: 47 horas para atender compromissos particulares e que participou parcialmente da fase de lances verbais e do julgamento dos documentos de habilitação relativos ao item 8.1 do edital, estando de acordo com o julgamento proferido pela Pregoeira relativo aos lances e documentos, bem como da decadência do direito de recurso, em razão da saída antecipada.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Piên/PR, 10 de ABRIL de 2019



NAMIARE MÓVEIS,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

255

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO FINAL

Processo Administrativo nº: **578/2019 (Pregão Presencial nº 033/2019)**

Interessado: **Departamento de Licitações e Compras/Pregoeiro**

Assunto: **Homologação final de Licitação**

Encaminha-nos a Pregoeira Municipal, o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 033/2019, cujo objeto é **a registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino**, em atendimento à Secretaria de Educação, para análise quanto à possibilidade de homologação do certame.

1. Da análise do processo:

A contratação em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, contendo o requerimento formulado pela Secretaria interessada, detalhando o objeto de sua pretensão e justificando sua finalidade.

Foram informados os recursos orçamentários, a previsão financeira para o custeio da despesa foi confirmada e depois de avaliada a necessidade e conveniência do pedido, a contratação foi autorizada pelo Prefeito.

A Comissão Permanente de Licitação sugeriu que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade Pregão Presencial, justificando que o objeto é de natureza comum.

Foi designada Pregoeira e equipe de apoio para a condução dos trabalhos, os quais elaboraram a minuta do instrumento convocatório e da respectiva ata de registro de preços, que foram submetidos à apreciação da Procuradoria Jurídica, e, por estarem em conformidade com os termos das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 002/06 e 153/11, foram aprovados, consoante parecer incluso ao processo.

No que diz respeito à licitação em questão ser destinada à exclusiva participação de Microempresas e/ou empresas de Pequeno Porte, tal exclusividade encontra respaldo no disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como está amparada pelo que disciplina o inciso III do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 1/15.

Já na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Da apreciação dos documentos apresentados pela licitante, relativos ao credenciamento, habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas e proposta de preços, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, concluiu-se que a licitação foi



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

256

processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e no Decreto Municipal nº 002/06.

Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnação ao edital, nem mesmo interposição de recursos e o objeto da licitação foi adjudicado pela Pregoeira à vencedora do certame.

2. Da conclusão:

Considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e, considerando ainda, que nenhuma ilegalidade foi constatada na análise efetuada por esta Procuradoria, opinamos pela homologação do processo em epígrafe, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É o parecer.

Piên/PR, 16 de Abril de 2019.


Fernanda Ribas Wierzynski
OAB/PR 92.275



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

257

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PROCESSO Nº 578/2019

HOMOLOGAÇÃO

Eu, JOÃO OSMAR MENDES, Prefeito Municipal de Piên, no uso de minhas atribuições legais:

HOMOLOGO para que produza seus efeitos legais, o Pregão Presencial nº 033/2019, referente ao processo nº 578/2019, que tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, tendo em vista que em toda sua tramitação foi atendida a legislação pertinente, consoante parecer jurídico contido nos autos.

Piên/PR, 16 de abril de 2019.



JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito Municipal

SANDRO RODRIGUES GERALDOMaj. QOBM Comandante do Corpo de Bombeiros de Paranavai
Órgão Gerenciador

258

IRINEU BETTI JUNIORGabinete do Prefeito
Órgão Gerenciador

Empresas Participantes:

AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E

CNPJ: 14.676.091/0001-94

MARCOS A. S. SIMONETTI - OXIGENIO SIMONE

CNPJ: 78.907.235/0001-59

SALVI, LOPES E CIA LTDA ME

CNPJ: 82.478.140/0001-34

Publicado por:

Aline da Silva Ferreira

Código Identificador:775A5119

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÕES -PREGÃO 032/2019**

Nº LICITAÇÃO	MODALIDADE	DATA INSTAURAÇÃO	DATA ABERTURA/JULGAMENTO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR R\$	DATA ENTREGA/EXECUÇÃO
032/2019	PREGÃO PRESENCIAL	27/03/2019	18/04/2019 16/04/2019	Registro de preços para eventual aquisição de premiações em troféus e medalhas, para eventos esportivos em atendimento a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer	G. T. A. ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 20.257.784/0001-45	46.730,25	12 (DOZE) MESES

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:D1CB829

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÕES -PREGÃO 033/2019**

Nº LICITAÇÃO	MODALIDADE	DATA INSTAURAÇÃO	DATA ABERTURA/JULGAMENTO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR R\$	DATA ENTREGA/EXECUÇÃO
033/2019	PREGÃO PRESENCIAL	27/03/2019	18/04/2019 16/04/2019	Registro de preços para eventual aquisição de quadros, lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria de Educação.	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 26.716.048/0001-94	32.745,16	12 (DOZE) MESES

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:F50E3BC9

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Pregão Nº 12/2019

JAIME ERNESTO CARNIEL, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pelo pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento designada pela portaria nº 2281/2019 resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de Pregão nº 12/2019 referente à **Aquisição de combustíveis de forma parcelada (Abastecimento na bomba) de Etanol, Gasolina comum e Óleo Diesel**, para utilização nos veículos e máquinas da frota da municipalidade, em favor da(s) empresa(s) conforme abaixo:

AUTO POSTO SAO BENTO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	GASOLINA COMUM	RODOIL		L	30.500,00	4,83	147.315,00
TOTAL								147.315,00
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SONEIDE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ETANOL	RODOIL		L	14.500,00	3,30	47.850,00
1	3	ÓLEO DIESEL S-10	RODOIL		L	77.000,00	3,74	287.980,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

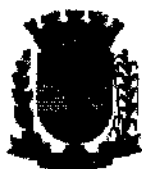
259

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

Aos 17 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, autorizado pelo **Pregão Presencial nº 033/2019**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) e Decretos Municipais nº 002/2006 e nº 153/2011, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA:

1. Consideram-se registrados os preços constantes do relatório em anexo, do Detentor da Ata: **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.716.048/0001-94, Inscrição Estadual nº 258.204.982, Inscrição Municipal nº 68283, com endereço na Rua Adolfo Konder, nº 279, Sala 03, São Rafael, em Rio Negrinho/SC, CEP: 89295-000, fone/fax: (47) 3644-6300, e-mail comercial@grupomaxima.com.br, neste ato representada por **Luiz Amarildo Mueller**, inscrito(a) no CPF sob nº 516.501.429-00.
2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega da Nota de Empenho com que correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile e e-mail, na forma descrita no Edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**.
3. O objeto deste PREGÃO deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, onde constarão todas as instruções para a entrega, de segunda a sexta feira das: 08:00 às 11:30 e das 13h00 às 16:00, devendo ser realizada nas escolas municipais.
- 3.1. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, **mesmo que em pequena quantidade**.
4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, junto a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

260

5.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.2 O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

6. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo Órgão Gerenciador.

7. Os itens serão entregues provisoriamente o recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e quantidade, e consequentemente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega dos itens, ou imediatamente quando for o caso.

8. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta do código a seguir discriminado(s):

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Dotações: 08.001.12.361.0009.2017-4490520000

Contas: 2160

9. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

10. O descumprimento das obrigações pactuadas sujeitará o fornecedor às sanções definidas no item 28 do edital e subitens do edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**, que desta Ata faz parte integrante.

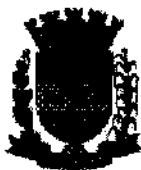
11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**.

12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº 033/2019**, as Notas de Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.A fiscalização da execução do objeto da Ata de Registro de Preços será realizada pela Administração, através da servidora indicada abaixo, a qual atuará no acompanhamento das

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.

CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: patricia@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

261

solicitações, entrega e recebimento dos materiais e execução destes:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DAIANE DOS SANTOS

14. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro/PR, esgotadas as vias administrativas.

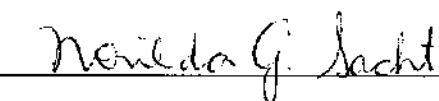
15. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo **Sr. JOÃO OSMAR MENDES**, Prefeito de Piên, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.


JOÃO OSMAR MENDES - MUNICÍPIO DE PIÊN
ÓRGÃO GERENCIADOR

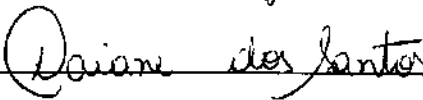

MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Testemunhas:

Nome: NORILDA GROSSL SACHT

Assinatura: 

Nome: DAIANE DOS SANTOS

Assinatura: 



Prefeitura Municipal de Piên - 2019

Classificação por Fornecedor

Pregão 33/2019

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Set
Fornecedor: (RNEC) MATEUS ATACARESTAS ELI - ME CNPJ: 26.735.049/0001-54 Telefone: 47 3544-6559 Situação: Classificado									
								32.745,16	
Equipamento: 15115 - Quadro Lousa Verde									
								32.745,16	
Lote 001 - Lote 001									
001	15115 QUADRO LOUSA VERDE CONCAVO QUADRICULADO - MEDIDA 120 ALTURA X 400	UN	29,00	Classificado	M Mobile		1.169,47	32.745,16	*
COMPRIMENTO - CONFECCIONADO EM MDF 9MM, E LAMINADO MELAMINICO VERDE QUADRICULADO, ESPESSURA DE 1,0MM, 1 MÓDULO CENTRAL DE PLANO COM MEDIDA PROPORCIONAL AO QUADRO E 2 MÓDULOS LATERAIS COM CURVATURA NAS EXTREMIDADES DE 20 CM A 35 CM DE ACORDO COM O COMPRIMENTO E COMPLEMENTANDO A MEDIDA DO QUADRO, LATERAIS EM MDF 15MM BRANCO.									
01 ARMÁRIO LATERAL CONFECCIONADO EM MDF COM PORTA E FECHADURA, SUPORTE PARA GIZ E APAGADOR ACOMPANHANDO TODA A EXTENSÃO E CONCAVIDADE DO QUADRO, CONFECCIONADO EM MDF BRANCO NA ESPESSURA DE 9MM.									
FRETE E INSTALAÇÃO INCLUSOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.									
VALOR TOTAL:							32.745,16		

262

Valor: R\$ 88.500,00 (oitenta e oito mil e quinhentos reais)

Dotação: 110.001.08.244.0012.2025-4490510000a serem pagos em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega.

Dotação: 11.001.10.301.0014.2029-4490524800

O prazo de fornecimento dos equipamentos é de 90 (noventa) dias, contados do envio da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por ambas as partes.

O presente Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua publicação.

Data da Assinatura: 17 de outubro de 2018.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador: B77B41EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019
PROCESSO Nº 722/2019

O processo em epígrafe fica alterado nos seguintes termos:

1) Fica alterado o tipo da licitação: Onde se lê TIPO: MENOR PREÇO – POR LOTE leia-se TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO, fica alterada para o dia 03 de maio de 2019, às 09:30 horas

• LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Centro – Piên/PR.

• O edital completo estará à disposição dos interessados do dia 17 de abril a 03 de maio de 2019, no Departamento de Licitações e Compras.

• As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Piên/PR, 17 de abril de 2019

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Prefeitura

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador: 80699348

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

Detentor da Ata: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI – ME.
CNPJ sob nº 26.716.048/0001-94

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria de Educação.

Valor Total: R\$ 32.745,16 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos)

Dotação Orçamentária: 08.001.12.361.0009.2017-4490520000

Data de assinatura: 17 de abril de 2019.

Validade: 12 (doze) meses

JACQUELINE NIEZER
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO OSMAR MENDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador: 506148A6

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

Detentor da Ata: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI – EPP.
CNPJ sob nº 20.257.784/0001-45

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de premiações em troféus e medalhas, para eventos esportivos em atendimento a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

Valor Total: R\$ 46.730,25 (quarenta e seis mil, setecentos e trinta reais e vinte e cinco centavos)

Dotação Orçamentária: 09.002.27.812.0011.2023-3390310400

Data de assinatura: 17 de abril de 2019.

Validade: 12 (doze) meses

JACQUELINE NIEZER
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO OSMAR MENDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador: 1D426ED9

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL Nº 05/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2019

SÚMULA: Torna pública presença em Audiência Pública Municipal e convoca munícipes representantes de classes autoridades em geral para discutir /dispor sobre as diretrizes da elaboração do projeto de lei para LDO2020.

JAIME ERNESTO CARNIEL, Prefeito de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

TORNA PÚBLICO

Que comparecerá, em audiência pública, perante os munícipes e as equipes juntamente com os secretários do Município para apresentação discussão/ inclusão, no projeto de lei da LDO 2020.

CONVIDA

Todos os munícipes, representações de classes servidores autoridades em geral:

Data: 06/05/2019
Horário: 18:15

Local: Nas dependências da Casa de cultura, situada à Rua. Presidente Vargas.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2019**264**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 Detentor da Ata: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI – ME. CNPJ sob nº 26.716.048/0001-94 Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de quadros lousas para as salas de aula da Rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria de Educação. Valor Total: R\$ 32.745,16 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) Dotação Orçamentária: 08.001.12.361.0009.2017-4490520000 Data de assinatura: 17 de abril de 2019. Validade: 12 (doze) meses JACQUELINE NIEZER Secretário de Administração e Finanças JOÃO OSMAR MENDES Prefeito Municipal

17 de Abril de 2019